

MARIA ANTÓNIA MARQUES FILHO COSTA CONDE

MOSTEIRO DE S. BENTO DE CÁSTRIS (ÉVORA):  
BASES PARA UMA PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO  
HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

( VOLUME 1 )



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO  
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 1995

**MOSTEIRO DE S. BENTO DE CÁSTRIS (ÉVORA): BASES PARA UMA  
PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA**

MARIA ANTÓNIA MARQUES FIALHO COSTA CONDE

MOSTEIRO DE S. BENTO DE CÁSTRIS (ÉVORA):  
BASES PARA UMA PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO  
HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

( VOLUME 1 )

74 229

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO  
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 1995

*A meus filhos*

## Introdução

Surge o presente Trabalho como Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Optámos pelo estudo de um monumento que, pela sua ancestralidade numa cidade que é hoje Património da Humanidade, justifica uma abordagem visando o diagnóstico sobre o seu estado de conservação, apresentação de soluções de intervenção para resolução de anomalias construtivas ou estruturais e de patologias dos materiais de intervenções sucessivas que o conduziram ao seu estado actual e, enquanto edifício histórico que é, a sua valorização histórico-arquitectónica.

A complexidade do edifício, confessamo-lo, atraiu-nos, tentando discernir a sua estrutura inicial, desde cedo relacionado com a cidade e com a sua própria cristianização. As grandes épocas da cidade foram também as suas grandes épocas, de que destacamos os séculos XVI-XVIII, épocas de renovação espiritual e material. Conheceu o mosteiro a elite de algumas grandes famílias de Évora, evoluindo e enriquecendo ao ritmo das suas doações e das preferências reais dos monarcas que escolhiam Évora para assento da Corte. Oportuno será também referir que essa mesma proximidade o conduziu, como se deduz de relatos coevos, a épocas de graves situações que comprometiam toda a moral e ética cistercienses - o século XVI foi, em termos epocais, o auge desse desvio - ; vários terão sido os escândalos morais da altura, que, por envolverem precisamente homens da Corte, foram ciosamente calados. Sobreviveu o mosteiro às grandes épocas de crise, em especial os séculos XIV e inícios do XIX, sucumbindo apenas por condicionalismos nacionais - de que as Invasões Francesas são exemplo.

Está a sua história desde o início relacionada com Alcobaça, conhecendo no século XVI apenas um reforço; como mosteiro cisterciense feminino, documentado oficialmente como cisterciense desde 1275, conheceu anteriores doações, o que o colocará entre as comunidades femininas mais antigas não só de Portugal como da Península, servindo certamente de modelo - nem sempre no sentido positivo, diga-se - para comunidades congêneres; à sua imagem - imitando-o ou procurando evitar os seus defeitos - outros foram edificados, na cidade de Évora ou no País.

Interpretar as linhas arquitectónicas de S. Bento de Cástris é um desafio, descodificar os seus documentos e interpretá-los é uma árdua tarefa intelectual que remete para os próprios valores cistercienses, como os do silêncio, do afastamento do mundo, no sentido de que apenas quem passeia ou reflecte lhe encontra o sentido que, felizmente, permanece mais in:ocado no rés-do-chão ao longo das galerias sul, norte e nascente; tudo o resto é em grande parte produto da adaptação contemporânea - onde o betão armado teve liberdade de se expandir- havendo uma necessidade constante de recorrer à operação de "subtrair" o que foi acrescentado para encontrar o edifício antigo.

Em 29 de Junho de 1922 é classificado como " edifício de valor artístico, arquitectónico e histórico e inscrito em cadastro especial, não podendo realizar-se nele nenhuma obra de conservação ou restauração sem que o respectivo projecto haja sido aprovado pela comissão do Conselho de Arte e Arquitectura da 1ª Circunscção", sob proposta do Ministro de Instrução Pública ( lei de 26 de Maio de 1911).

São as características oficialmente reconhecidas desde 1922 - valor artístico, arquitectónico e histórico - as directrizes fundamentais que procuramos que o nosso estudo venha a evidenciar. Considerado inscrito em cadastro especial, também desde a altura, todas as propostas que venham a ser apresentadas com o objectivo da sua reabilitação, manutenção e valorização deverão obedecer a uma cuidadosa metodologia assente em bases sólidas de conhecimento dos espaços ocupados e sua funções noutros tempos.

Conduziu-nos a perspectivização do nosso trabalho a áreas sugeridas pela natureza do Mestrado e pouco habituais na nossa formação académica; porém, o discurso histórico é antes de mais um discurso aberto à inter/transdisciplinaridades, à troca de saberes, a limites que cada vez mais se entrecruzam com outras abordagens da realidade. Assim, se enquanto ciência a História tem antes de mais uma metodologia própria, reconhecemos que a experiência que usufruímos com este trabalho foi sobretudo inovadora: de facto, o monumento foi analisado de dentro para fora, percorrendo os seus espaços e tentando percebê-los, tentando encontrar-lhe uma lógica, tentando depois, documentalmente, encontrar-lhe todos os vestígios que pudessem ajudar a redefinir os primitivos espaços hoje inexistentes. A ocasião para trabalho de campo, facultou-nos a observação de pormenores e processos que nos passavam despercebidos: zonas de maior desgaste nos granitos, o factor humidade na degradação dos inertes, a acção dos homens na alteração de toda uma gramática conceptual dos espaços - e, diga-se, algum desmazelo e desprezo na obrigação da preservação do património comum. Compreendeu este estudo intenso trabalho de pesquisa, com consulta de diversos autores - fontes secundárias - em que muitos se repetem na forma como o abordam, e de fontes primárias, a serem ainda exploradas de forma mais exaustiva. Documentalmente, é de facto um monumento com um fraco espólio, sobretudo no que respeita à área prioritária da nossa busca: a história da sua arquitectura, oferecendo porém boas perspectivas noutras áreas, particularmente da História Económica.

Definição clara de conceitos, a aposta na colaboração de especialistas de áreas diversas para o delinear de propostas adequadas, a revelação da importância do trabalho prático para o estudo e conservação dos edifícios, a necessária actualização de conceitos, métodos e técnicas ligados à salvaguarda e valorização do Património edificado, foram as conclusões mais evidentes a que chegámos, e que nos guiarão em futuros trabalhos.

Agradecemos a colaboração e a disponibilidade de diversas entidades e personalidades locais, que tornaram possível o nosso trabalho: Direcção Regional de Segurança Social - Secção da Casa Pia, em especial a Sr.ª Directora Mª José La Sallete que nos facilitou o acesso

a todas as dependências do labirintico edificio, onde fomos guiados pelo senhor Ilídio; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora; Universidade de Évora - Departamento de Química ( Dr<sup>a</sup> Adélia Viana) e Laboratório de Análises da Água, Biblioteca, Secção de Audio-Visuais ; Câmara Municipal de Évora - em especial o Núcleo de Documentação; Direcção Regional de Monumentos do Sul e Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais; Museu Regional de Évora; Serviços Metereológicos de Évora; sr. Cascalho, na sua disponibilidade para reprodução de fotografias da Colecção Freitas; Seminário de Évora; e, claro, *the last but not the least*, ao nosso orientador, no pleno sentido da palavra, prático, objectivo e crítico que, em especial na última fase do trabalho o ajudou a objectivar.

## 1. Estado Actual da Investigação

Vários têm sido os Autores para quem S. Bento de Cástris tem sido alvo de estudo, em especial cronistas da Ordem, historiadores de Arte e investigadores locais, em especial pela sua relação com Alcobaça, que desde a sua origem se viu dele encarregado. Uma das fulcrais questões sem dúvida que é a data da sua origem - interessante no sentido de ser o mais antigo mosteiro cisterciense da Península- além do seu enigma construtivo, que sobrepõe divesas épocas e influências.

Neste conjunto de Autores, temos o Padre Manuel Fialho, com a sua obra *Évora Ilustrada*.<sup>(1)</sup> Este Autor coloca logo de início uma das principais questões a quem se dedicar ao estudo deste espaço conventual e suas dependências: é-nos apresentado como "... *convento de Religiosas de S. Bernardo, teve principio no ano do Senhor de 1169 ou 1275...*".

Diversos e por demais conhecidos são os relatos, convergindo em alguns pontos, sobre a fundação desta comunidade religiosa, que só mais tarde viria a ser mosteiro ( só o terá sido, enquanto tal, no último quartel do século XIII, se considerarmos mosteiro como o complexo arquitectónico que abriga uma comunidade regular, compreendendo o sector religioso - igreja e anexos -, os serviços - claustro, sala capitular, refeitório, cozinha, dormitório, etc. - e outras dependências - celeiros, estábulos, lagares, etc. -); o seu início está, pois, ligado a um grupo eremítico que fundou um retiro junto a uma ermida - fundada em local onde o Bispo de Évora vira uma resplandecente luz, em forma de cruz, em vésperas do dia de S. Bento - 21 de Março - ( ou, segundo outros, a figura do próprio Santo) e por isso a ele dedicada, onde inúmeras obras milagrosas aconteceram, chamando inúmeros devotos -, grupo este em que Urraca Ximenes desempenhava papel de liderança, e que terá passado à Ordem de Cister, como aconteceu com diversos grupos eremíticos.

Segundo Bernardo de Brito, Cronista da Ordem de Cister, terá rapidamente aumentado o número de recolhidas, tornando-se imperiosa a necessidade de observância de uma Ordem; preocupado o Bispo, D. Paio, terá colocado a questão ao próprio monarca, Afonso Henriques, que a remeteu para o Abade de Alcobaça, D. Martinho; o mesmo achou conveniente orientar a fé das devotas e não deixá-la ao abandono ( terá até invocado que o abolir da comunidade seria dar a entender aos parentes das recolhidas que elas se portavam desonradamente), propondo que as mesmas fossem ouvidas individualmente e em comum se quieram sujeitar-se a um hábito, de uma Ordem com reconhecido mérito. Desencadeou-se o processo a partir desta proposta, que do Rei seguiu para o Bispo e deste para as recolhidas; estas disposeram as suas vontades para a recepção do hábito, deste facto o Rei teve conhecimento e terá ordenado deslocação a Évora de D. Martinho, para com o Bispo, em 1169, lançarem o hábito de Cister a todas as recolhidas e alterarem o estatuto da comunidade



de simples recolhimento para mosteiro. Segundo esta versão, teríamos de facto em S. Bento de Cástris o mais antigo mosteiro feminino da Ordem de Cister em Portugal.

A partir de um documento original, encontrado no Cartório do mosteiro de Odivelas, Frei António Brandão, apresenta outra versão dos acontecimentos, apontando mesmo erros cronológicos a Bernardo de Brito - em 1169, não era Bispo de Évora D. Paio mas sim D. Soeiro, por exemplo, -; defende que no ano de 1275 viveriam junto (não são citadas distâncias, podendo, como nos inclinamos, ser junto à cerca, ou distanciadas, não sendo nomeada a sua aproximação junto à ermida citada por Bernardo de Brito) à cidade de Évora, muito religiosamente, umas devotas mulheres que desejavam sujeitar-se a professar religião aprovada pela Igreja, tendo-se deslocado a Roma uma sua representante, Domingas Soeira, e algumas acompanhantes, expressar a sua vontade ao Papa Gregório X; ( como consta do Documento 2 do Apêndice Documental, para este Autor teria sido Domingas Soeira a fundadora do Mosteiro). Remetidas para o Cardeal Pedro Julião, português, atendeu ao seu pedido, escrevendo ao Abade de Alcobaça, para que as acolhesse e admitisse na sua Ordem. O então Abade, Estêvão Martins, obedecendo às ordens do Papa, e por comissão do Capítulo Geral de Cister, terá expedido Carta a 12 de Janeiro de 1275, na qual declarava a necessidade de que a Igreja do mosteiro fosse dedicada à Mãe de Deus - construída de raiz?- recebendo debaixo da sua obediência o mosteiro, tal como os seus sucessores, que por eles seria visitado, devendo ainda os Abades de Alcobaça presidir às eleições das Abadessas ( o mesmo Abade Estêvão, tal como é citado na *Peregrinatio Hispanica*, teria obrigado as religiosas a afastarem-se do aglomerado urbano, segundo as normas cistercienses, e como também é sublinhado pelo Professor Artur de Gusmão).

Tal relato está de acordo com o dos Cónegos Regulares de Santa Cruz, quando escrevem a vida de D. Paio, Bispo de Évora, e que foi Cónego da sua Congregação ( Livro 40, capítulo 10 da Crónica dos Cónegos Regulares).

Francisco da Fonseca,<sup>(2)</sup> refere também D. Soeiro como Bispo em 1169, e como sendo o que tivera a visão da "formosa luz e resplandecente chama"; de maneira conciliadora, apresenta essa visão como o início de S. Bento de Cástris - uma vez que de facto se construíra a ermida e junto a elas Urraca Ximenes com ordem do Bispo fundara umas casas, onde vivia com familiares em retiro, sem votos nem clausura, sendo conhecidas como as Emparedadas, nome então dado às Recolhidas - e, respeitando a fonte histórica citada por Brandão, considera que em 1169 podemos falar da fundação de S. Bento de Cástris, mas apenas enquanto recolhimento, passando em 1274 a ser mosteiro cisterciense ( solução esta que aliás já havia sido apontada pelo próprio Frei António Brandão). Terão, segundo este Autor, as matronas sido persuadidas por D. Soeiro e pelo próprio D. Martinho, Abade de Alcobaça, a seguir as Regras de Cister e a fazer uma vida em comum, de comunidade religiosa, que assim o terão feito durante noventa e quatro anos, mas sem voto de clausura nem os votos essenciais da religião; tal só seria conseguido pela Superiora das Emparedadas

em 1274, Domingas Soeira, transformando o retiro em comunidade religiosa: foram jurados os votos solenes de Pobreza, Castidade, Obediência e Clausura, bem como a Profissão religiosa.

Interessante é também a referência deste Autor à contínua "presença" de S. Bento e S. Bernardo nas instalações do mosteiro; referimo-nos a que, além dos conhecidos milagres apontados a S. Bento, é-nos apontado que, em 1663, quando os castelhanos cercavam a cidade, e as religiosas nada tinham que comer, entrou pelo pátio um regatão, entregando ao Padre Procurador tudo o que achara por aqueles montes, tal como lhe havia sido pedido por dois frades, um vestido de negro e outro de branco - S. Bento e S. Bernardo; numa outra ocasião, terão também interferido e transformado os respectivos báculos em bastões para fazerem retirar do mosteiro um maligno feiticeiro que queria envenenar a fonte de onde as religiosas bebiam.

Manuel Severim de Faria diz-nos também que "(... *Em Évora foy primeiro Bispo Dom Payo Conego regrante do mosteiro de Banhos, & consta pelas Escrituras do Cabido, que os Conegos viverão em commum até o anno de 1200, em que se fez a divisão das rendas entre o Bispo, & Cabido.*")<sup>(3)</sup>

Analisando também a relação com Alcobaça, e origens do mosteiro, temos estudos mais recentes, como os de Túlio Espanca<sup>(4)</sup>, Gabriel Pereira<sup>(5)</sup>, Artur Nobre de Gusmão e Joaquim Chorão Lavajo<sup>(6)</sup>.

Parece-nos que, datando de 1275 o primeiro documento referente a S. Bento de Cástris como mosteiro cisterciense - petição de Domingas Soeira ao Papa, em nome da Comunidade, para que fosse autorizada a adopção dos usos cistercienses -, representa este mosteiro uma simbiose dos pareceres acima referidos: grupo eremítico de devotas, inicialmente de cariz simplesmente familiar e que com o tempo se viu acrescentado, reunido bem próximo da cerca da cidade, junto à Porta da Lagoa, deslocando-se pouco tempo após o seu início enquanto comunidade para junto da ermida de culto a S. Bento, em local muito ligado à história da cidade ( junto da Torre-atalaia que Geraldo Sem Pavor tomou aos mouros), respeitando assim, desde os seus primórdios enquanto comunidade cisterciense as regras de isolamento exigidas, com a intervenção de Estêvão, então Abade Geral de Alcobaça, encontrando-se ligado a Alcobaça e não a Claraval.

Sendo possível datar com precisão a fundação dos outros mosteiros femininos em Portugal do século XIII - S. Mamede de Lorvão, S. Pedro de Arouca, S. Salvador de Bouças, Santa Maria de Celas, e todos estes ligados às Santas Princesas, Santa Maria de Cós, Santa Maria de Almoester e S. Dinis de Odivelas -, a ambiguidade em relação a S. Bento de Évora persiste: ele é documentado desde 1275, altura em que se ligou à Ordem de Cister, ou seja, em termos de fundação cisterciense, não transparecendo a data do seu início enquanto comunidade religiosa feminina<sup>(7)</sup>. Lembremos também que se os primeiros cronistas da Ordem de Cister acabam por chegar a uma conclusão com um mínimo de homogeneidade - o

primeiro mosteiro de religiosas cistercienses em Portugal senão mesmo de toda a Península - esta ideia é por demais refutada por Artur Nobre de Gusmão ao longo das suas obras<sup>(8)</sup>. Segundo documentação vária já publicada, parece-nos clara a existência anterior de Santa Maria de Cós enquanto comunidade cisterciense, mosteiro fundado antes de 1241.

No Capítulo II.2. ficará, porém, bem vincada a ambiguidade da datação, ao termos conhecimento de um emprazamento de uma herdade do mosteiro em 1256, pressupondo doação prévia à sua fundação como comunidade cisterciense (1275).

(1) Analisámos especialmente a Primeira parte do Quarto Tomo da obra deste Padre da Companhia de Jesus, que corresponde ao Códice CXXX/1-1 da Biblioteca Pública de Évora, a propósito de todos os conventos de freiras da cidade de Évora.

(2) Autor da obra *Évora Gloriosa*, escrita no primeiro quartel do século XVIII.

(3) Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, Impressos por Manuel de Carvalho, Imprensa da Universidade, Évora, 1624. "Discurso 4º- Da Origem das Vestes Sacerdotais", p. 163, v.

(4) Túlio Espanca, *Inventário Artístico do Concelho de Évora*, Lisboa, 1960, vol. I.; *Arrolamento das Freguesias Rurais do Concelho de Évora*, 1957; "Estudos Alentejanos: extinção do mosteiro de S. Bento de Cástris" in *A Cidade de Évora*, ano XXXIII, Janeiro /Dezembro de 1976, e vários outros artigos nesta mesma Revista.

(5) Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, Ed. Nazareth, Évora, 1947, 2ª ed. , vol. I.

(6) Joaquim Chorão Lavajo, " S. Bento de Cástris e Alcobaça. Da afiliação à ruptura.", *Separata das Actas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*, Braga, 1991.

(7) " *Dos mosteiros femininos que se estabeleceram em Portugal na obediência de Alcobaça, os mais antigos foram: Santa Maria de Cós, fundado antes de 1241; S. Bento de Évora, só documentado desde 1275; Santa Maria de Almoester, filiado em Claraval em 1287. S. Dinis de Odivelas, autorizado pelo Capitulo Geral de 1294 e fundado em 1295. (...) O período áureo dos mosteiros de monjas, em Portugal, como nos outros países, foi o século XIII. Temos igualmente dois grupos: as comunidades fundadas pelas Santas Princesas em sujeição directa a Claraval ou à Santa Sé, e as que se constituíram sob patrocínio e visitação dos abades de Alcobaça.*" P. Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1951, pp. 38, 39.

(8) " *Quanto aos mosteiros de religiosas, excluindo os tardios de Odivelas e Almoester, cujo significado é realmente importante, nada nos chegou das suas igrejas susceptível de aproveitamento para este inquérito. Lorvão, Celas, Arouca e S. Bento de Évora existem hoje profundamente remodelados. (...) As casas de monjas, normalmente tardias e dotadas de apenas uma nave e simples cabeceira, têm de facto menos interesse para um inquérito sobre a originalidade da arquitectura cisterciense, pelo que, por esse lado, o prejuízo causado com as aludidas reconstruções não terá sido muito grande. Ocuparam estas no seu todo o século XVI e prolongaram-se até ao XVII. (...) De S. Bento de Évora, de que ficaram alguns restos no claustro, como a entrada da sala capitular. (...)*" . Artur Nobre de Gusmão, " Os mosteiros de Cister na Época Moderna" *Separata da Lusitana*, Porto, 1957, vol. III, nº 10, pp. 361 e 362.

## **I. Descrição do Mosteiro**

### **I.1. Situação e Sítio**

Neste Capítulo, o recurso a bibliografia especializada<sup>(1)</sup> e a consulta de diversas Cartas ( Carta Militar de Portugal - 460, Carta de Solos - 40.A, Carta Corográfica de Portugal - 40.A e Carta Agrícola e Florestal de Portugal - 460) foram imprescindíveis.

Está o mosteiro de S. Bento de Cástris situado no Alto de S. Bento, na área do mapa geológico de Évora, dentro da extensa penepalanície alentejana; o citado Alto encontra-se a 263 metros de altitude, distando cerca de 2,5 quilómetros da cidade. Segundo a repartição de massas geológicas, situa-se o mosteiro num enclave, que permite a divisão em zonas para aproveitamento económico distinto: hortos, pomares e vinhedos na zona fértil do gabro e do diorito, e o olival e o sobro nas zonas de gnaisses e quartzodiorito, respectivamente; as zonas do massiço granítico são propícias à captação de água.

No enclave de três bacias hidrográficas - Tejo, Guadiana, Sado -, para a região de Évora são significativos os cursos de água do Degebe e afluentes, com influência nas regiões leste e sudeste da cidade; os mais significativos para as regiões oeste e sul são a ribeira de Alcáçovas e o Xarrama, ligado à bacia do Sado.

Enquadra-se este Alto numa paisagem que periga pelos riscos de erosão/desertificação, devendo apelar-se à boa gestão do solo, com exploração intensa de terras apropriadas sendo as restantes entregues ao mato ou à pastagem; as espécies dominantes são a azinheira, o sobreiro e a oliveira, havendo também muitos terrenos incultos. As espécies citadas encontram-se na cerca do mosteiro, na parte que não é dedicada à horta, onde encontramos, tal como em hortas próximas do mosteiro, culturas hortícolas de regadio, culturas ervenses de sequeiro, a laranjeira e a tangerineira.

Também neste local, como em toda a envolvência de Évora, a escassez de água justifica cada vez mais a redução ao mínimo do escoamento superficial das águas pluviais: o recurso a matas nas encostas e valas de retenção e a capacidade de armazenamento da água tem de ser pensada apelando também a uma boa administração da rega.

A mata ( especialmente a mata mista, baseada na formação clímace) deverá ser privilegiada na sua relação ao solo e à água, havendo também que reconhecer a sua importância económica; há que reservar às matas não apenas as áreas más de produção, uma vez que as culturas arbóreas ou arbustivas têm um papel importante na conservação do húmus, fulcral na paisagem mediterrânica.

Várias ameaças surgem, pois, como o desaparecimento da mata, a expansão de culturas cerealíferas e a conquista acelerada do espaço produtivo útil por construções e indústrias - daí que vejamos o mosteiro de S. Bento de Cástris aproximar-se, involuntariamente se fosse preservado o ideário cisterciense, cada vez mais da cidade de Évora; há que separar áreas habitacionais de áreas industriais e de áreas agrícolas, bem como de áreas/paisagens históricas - tendo estas últimas a sua lógica própria, só compreensível enquanto se procurar que elas se mantenham o mais próximo possível daquilo para que foram concebidas e que, no caso em estudo, eram o afastamento, a clausura, o silêncio.

Temos assim o conjunto edificado inserido numa paisagem que exige, também ela, um olhar atento, havendo que respeitar componentes estéticos básicos - como a luz e a cor, a profundidade, a grandeza, a forma e a figura, o movimento, a vida e a cultura -; embora condicionada aos nossos valores culturais, temos que a apreciação estética é básica na recuperação de uma paisagem.

No que se refere a condições climáticas, e numa análise sumária dessa índole característica da cidade de Évora, diremos que, em termos de pressão atmosférica, os valores médios mensais variam pouco durante o ano; têm valor mínimo normalmente em Abril, crescem até Julho, mantendo-se estacionários até Janeiro, mês em que volta a crescer, voltando novamente a um período de diminuição.

Os valores médios da temperatura do ar variam durante o ano, com o máximo em Agosto (raramente em Julho) e o mínimo em Janeiro (ou Dezembro). A amplitude da variação anual da temperatura do ar - diferença das temperaturas médias do mês mais frio e do mês mais quente do ano - é, em Évora, das mais amplas do país. Em Évora, o número médio de dias em que a temperatura máxima é superior a 25 graus é também muito elevado, tal como o número médio de dias do ano de temperatura mínima superior a 20 graus - noites tropicais. A insolação apresenta, assim, valores mínimos em Janeiro/Dezembro, com cerca de um terço dos valores máximos atingidos em Julho.

A humidade do ar apresenta valores diversos, embora regulares: valores mínimos em Julho e Agosto e máximos em Dezembro e Janeiro. Em observações diárias de humidade do ar, recentes, feitas às 9.15 e às 21.00 horas, Évora apresenta uma média anual na ordem dos três valores em cerca de 63% dos dias. Neste contexto, podemos falar da precipitação, em que temos um semestre seco - Abril a Setembro, ou Maio a Outubro - com cerca de 1/4 do valor anual da precipitação, que em regra apresenta o seu máximo em Janeiro e o mínimo em Agosto. A quantidade anual de precipitação diminui, na região eborense, de Norte para Sul e de Oeste para Leste, com valores entre os 750 e 450 mm. No que respeita a hidrometeoros, a queda de

granizo e saraiva apresentam uma frequência média anual de 2,9 dias. Trovoadas muito frequentes nos meses de Maio a Setembro, que são os de maior instabilidade atmosférica. As trovoadas de Inverno são do tipo frontal, associadas à passagem de frentes frias.

Quanto à evaporação os seus valores são concernentes com os das outras variáveis já apresentadas: mínimos em Janeiro ou Dezembro, em média quatro vezes menor que os seus valores máximos, que são atingidos em Julho ou Agosto.

Quanto ao vento, regista-se uma predominância durante todo o ano do vento Norte/ Nordeste. A velocidade média do vento apresenta valores máximos em Julho ou Agosto e mínimos em Setembro ou Outubro. Diga-se, porém, que Évora regista elevados valores de velocidade do vento: o número de dias de vento forte - com velocidade igual ou superior a 36 Km/h - é de c. de 16,5 dias e de vento muito forte - velocidade igual ou superior a 55 Km/h - é de 0,3. O Alto de S. Bento é local protegido dos ventos, a Norte e Noroeste, pelas suas elevações, aproximando-se assim muito de um sistema de vale, zona preferida dos cistercienses.

Estamos assim numa cidade - e numa região - sujeita a um clima temperado, com o valor médio anual da temperatura do ar entre os 10 e os 20 graus; é um clima seco, com humidade relativa do ar entre os 55 e os 75%, e moderadamente chuvoso, entre os 500 e os 100 mm. De acordo com a classificação de Koppen (2), o clima é tipo **Csa**, em que **C** significa que estamos perante um clima mesotérmico ou temperado húmido, estando a temperatura do ar no mês mais frio situada entre os 0 e os 18 graus; **s**, significando que a estação mais seca é o Verão, sendo a precipitação no mês mais seco do semestre quente inferior a 1/3 da do mês mais chuvoso do semestre mais frio, e inferior a 40 mm; e em que **a** se refere à existência de um Verão quente, em que a temperatura média do ar no mês mais quente do ano é superior a 22 graus.

Relacionando os traços climatéricos com os materiais vivos - a vegetação - temos que o manto vegetal espontâneo se caracteriza pelo predomínio de árvores e arbustos cobertos de folha perene; com Verão quente, temos folhas coriáceas e aceradas, resinas odoríferas, intenso cheiro das labiadas, com características genericamente partilhadas pelo Mediterrâneo. Nos bosques primitivos, a complexidade de associações de *Quercus* de folha perene seria maior: a azinheira, o sobreiro, vários *Quercus* de pequeno porte ( como o carrasco), o pinheiro manso e outras espécies de pinheiros resistentes à secura; o medronheiro, o loureiro, o lentisco ou aroeira, os cistos ou estevas, algumas urzes, as labiadas ( alecrim, rosmaninho, tomilho, por exemplo), são as espécies que melhor resistiram à acção do Homem(3).

Mercê do clima e dos vários contactos civilizacionais estabelecidos ao longo da História, apresenta a zona de Évora uma flora cultivada variada, com tendência para o

domínio da oliveira, videira, figueira, lentilha, ervilha fava, ervas de pasto. Neste contexto paisagístico surgem as hortas e os pomares - onde frisamos a importância dos citrinos - sendo as formas de obtenção e de transporte da água muito variados; porém, dada a carência da água e a prática actual, na zona mediterrânica, da chamada rega de carência, e da pouca representatividade do regadio - cerca de 1/10 em relação à área ocupada pelo sequeiro, na mesma zona -, as hortas que ainda subsistem são cada vez mais especificadas na sua produção, não tendo já o sentido de pluralidade no fornecimento de produtos e mesmo o sentido de autarcia que outrora tiveram, sobretudo nas comunidades monásticas, cistercienses em especial.

O caso que estudamos é o de um mosteiro feminino - lembremos que à volta dos mosteiros masculinos se encontravam os terrenos que os monges cultivavam com a ajuda dos conversos - e o aproveitamento do solo nunca é tão sistemático, e pela natureza do solo; para o Alentejo, os monges alcobacenses sugeriram à comunidade cisterciense de Avis a mudança dos métodos de cultivo, sujeitos à monocultura, com a criação de sobreiros e a plantação de oliveiras.

Na altura da fundação do mosteiro em estudo, impunha a Regra a escolha de um local onde a água fosse abundante - necessária à subsistência e higiene da comunidade, fornecedora de energia e também para a conservação dos espaços verdes - horta e jardins, nomeadamente; esta imposição está bem patente no Capítulo 66 da **Regula Sancti Benedicti**: "*Monasterium autem, si possit fieri, ita debet constitui, ut omnia necessaria, id est aqua, molendinum, hortus, vel artes diversae, intra monasterium exerceantur, ut non sit necessitas monachis vagandi foris, quia omnino non expedit animabus eorum*".

Respeitando a solidão, são também as regiões húmidas as preferidas, em pequenos vales e em depressões verdejantes, objectivando as orientações de S. Bernardo, face às preferências beneditinas dos montes. Os vales, por evocação do próprio S. Bernardo, são símbolo de vida mística, falando ele próprio de um "vale de humidade", em que o Senhor revelaria a eternidade.

Em S. Bento de Cástris fica por demais expressa a engenhosa distribuição da água, compreendendo toda a cerca, herança também da sábia experiência cisterciense, tão perita em obras de hidráulica, tal como a preocupação das monjas, provada em alguns documentos do Apêndice, pela gestão da água e sua vital importância. Curiosa é, nesta temática, a existência de uma cisterna, nas poucas partes do edifício que ainda subsistem da época da sua fundação: falamos do Coro gótico - do que dele resta -, situado debaixo do Coro das conversas ou Coro alto, com acesso directo ao claustro. Parece-nos revelar em especial a riqueza do lençol freático na zona.



O misticismo deste local encontramos-lo bem expresso no discurso de Amador Patrício, onde o Alto de S. Bento nos surge referenciado como sítio eleito pelas nove Musas ligadas à fictícia origem da cidade de Évora, e que o Autor situa, numa linha puramente imaginária, no tempo histórico correspondente ao ano 546 depois do Dilúvio, 2202 depois da Criação do mundo e 1760 antes do nascimento de Jesus Cristo<sup>(4)</sup>.

O Padre Manuel Fialho também nos descreve o edifício, e sua localização, de forma bem esclarecedora <sup>(5)</sup>.

São estas descrições apresentadas no Apêndice Documental.

No ideário cisterciense, povoado de constantes apelos à completa auto-abnegação, pobreza, simplicidade, isolamento, pureza, apelo à vida espiritual, e que se procurou traduzir nas escolhas dos sítios dos edifícios e numa nova abordagem dos espaços, o mosteiro cisterciense de Évora espelha ainda hoje esse isolamento, e os vestígios mais antigos que localizamos exprimem a simplicidade e a pobreza, tendo paulatinamente evoluído ao sabor de influências externas.

(1) Prof. Dr. H. Amorim Ferreira (dir. de) - *Serviço Meteorológico Nacional, O Clima em Portugal - Normas Climatológicas do Continente, Açores e Madeira correspondentes a 1931-60*, Fascículo XIII, Lisboa, 2ª ed., 1960.

(2) Id. - *Serviço Meteorológico Nacional, o Clima em Portugal - Estremadura, Ribatejo e Alto Alentejo*, Fascículo VI, Lisboa, 1950.

(3) Lembremos, a propósito, as plantas citadas na obra de Gil Vicente, em pleno século XVI, e que certamente povoariam os solos na sua diversa vocação de pomar, jardim, horta ou floresta : além das citadas por autores coevos - como o alho, aveia, cebola, faveira, figueira, giesteira, lentilha, lírio, linho, malmequeres, malva, oliveira, zambujeiro, pinheiro, rabaça, roseira, salsa, tomilho, tremoço, trigo, videira - o Autor referencia ainda a abóbora, o agrião, a alface, o almeirão, a bonina, o catasol (girassol), o centeio, a couve, a diabelha, a gravaniza (gravanço ou grão de bico miúdo), a herveja (ervilhaca), o jacinto, o jasmim, a macela, a madressilva, a margaça, o mastruço, o nabo, o pampilho, o pessegueiro, o porro, o rábano, o sobreiro, a túbera, a vampolla (papoila), e o verdolago (beldroega). Como vemos, já na altura um manancial de plantas e flores usadas, nem sempre da melhor forma, mas que acabaram por caracterizar a agricultura portuguesa.

(4) Interessante é também a ligação do mosteiro a uma ocupação preferencialmente feminina, como se constata no primeiro documento do Apêndice Documental.

(5) Cf. Apêndice Documental, documento 3, de acordo com o Códice CXXX/1-1 da Biblioteca Pública de Évora, Quarto Tomo, Capítulo 3.

## I.2 Plantas

Na sua obra *Apologia ad Guillelmum*, escrita entre 1123 e 1125, S. Bernardo expressa bem a sua preferência pelas boas obras, os estudos espirituais e o vestuário simples; opina que a pobreza e a humildade são princípios básicos para uma Ordem Religiosa, apresentando-os como princípios morais em que se deveria fundar toda uma teoria estética. A busca de Deus não se situaria na exterioridade do vestuário ou dos edifícios, mas na interioridade da virtude: a pureza da alma deve coincidir com a do corpo. A opção pela vida monástica supõe à partida a negação do luxo. Nesta perspectiva de ascese mística, é a cidade sinónimo de mundanidade, do *homo carnallis*, apelando assim a espiritualidade da vida monástica à localização de Deus na racionalidade das proporções, na beleza que coincide com a disposição dos edifícios, na calma dos claustros. A beleza dos mosteiros revela-se na sua relação estrutural, nas proporções das suas partes, livres de decorações. Assim, a verdadeira comunidade é a comunidade monástica só ela podendo esperar o caminho para a *Civitas Dei*.

Vários são os Estatutos da Ordem - 1123/24, 1134, 1153, por exemplo,- que explicitam o afastamento das cidades, vilas e castelos, longe do contacto com o homem. A *Carta de Caridade* é, no que se refere à construção, bem clara nas suas regras - construções de tal modo concebidas que reunissem num dado espaço tudo o necessário à sobrevivência, de maneira a evitar contactos com o mundo exterior; Igrejas de grande simplicidade, face ao exagero então atingido pelo românico em especial no aspecto decorativo; é a *Carta de Caridade* coeva do surgir uma nova concepção do espaço e da sua interpretação- o estilo gótico; da citada *Carta* deduzem-se alguns princípios, ligados em especial à simplicidade, harmonia e proporção das construções, que acabaram por individualizar uma forma de organização do espaço marcadamente cisterciense, implicando um trabalho em equipa de monges e conversos, obrigando a constantes deslocações para novas edificações, de molde a conseguir alguma homogeneidade, embora fossem determinantes as condições geográficas locais. O respeito pelo rigor construtivo, recomendado pelo próprio S. Bernardo, terá levado a que ele próprio vigiasse directamente o evoluir das construções na busca da uniformidade cisterciense<sup>(1)</sup>.

Nos mosteiros cistercienses, os claustros são elementos vitais, reunindo à sua volta todo o conjunto de edifícios regulares; quadriláteros, são ponto de referência urbanístico, proporcionando-se em relação ao elemento ordenador da estrutura edificada de todo o complexo: a Igreja. É em torno dele que as construções se acomodam, pela mesma ordem e com as mesmas posições relativas, constituindo a lógica construtiva cisterciense. O conhecimento dos preceitos geométricos usados

pelos construtores cistercienses não é conhecido na íntegra, tentando encontrar-se a sua lógica a partir de alguns exemplos práticos<sup>(2)</sup>; o gosto pela harmonia acabava por reflectir a importância da música no ideário medieval e bernardiano devendo a arquitectura, tal como a música expressar relações perfeitas, desprendidas da ostentação cluniacense, das alturas imensas, dos comprimentos e larguras exagerados ( presentes na *Apologia* citada) e que culminariam na própria noção de *paradisus claustralis*, criada por S. Bernardo, que acabaram por permanecer no esquema construtivo cisterciense

Os claustros, enquanto espaços-jardim, eram espaços plenos de carga simbólica, contendo árvores de fruto, plantas aromáticas, pequenos canteiros de formas regulares, que eram autênticas alegorias ao espaço sagrado. Para os cistercienses, eram local de paz e contemplação, separados do mundo exterior, e onde até a decoração dos capitéis era severamente vigiada, locais de meditação, e que não deveriam sugerir a distração ou a imaginação, alimentadas pela decoração sugestiva dos capitéis. Fechados, com superfície limitada, em geral relvados, utilitários, locais de passagem, aliando a funcionalidade à simplicidade ( com plantas ornamentais e medicinais ), é assim que nos surgem os jardins das abadias e mosteiros, em geral, e os jardins dos claustros, em particular<sup>(3)</sup>.

O conjunto arquitectónico de S. Bento de Cástris que hoje subsiste enquadra-se na realidade do particularismo arquitectónico alentejano entre fins do século XV e inícios do XVI: hibridismo de elementos, influências várias - mediterrânicas, mudéjares, do gótico final -, conseguindo a simbiose com as exigências da Ordem.

Mosteiro quadrilátero, com as construções das alas sul, este e oeste em ângulo recto, apresentando a ala norte alguma obliquidade. Esta ordenação em forma de quadrilátero acabava por obedecer a uma harmonia típica, à qual a própria tarefa da escrita não era alheia<sup>(4)</sup>.

### **I.2.1. Rés-do-Chão**

As diversas alas apresentam as seguintes dimensões:

Ala Sul (principal, pois contém a portaria - acesso ao Claustro- e o portal manuelino da Igreja) - 60 metros; ala sul interior: 26 metros:

Ala Oeste - 69,20 metros; ala oeste interior, 31,50 metros.

Ala Norte - 62 metros; ala norte interior, 25,60 metros.

Ala Este - 54 metros; ala este interior, 35 metros.

O edifício da Enfermaria apresenta uma fachada de 38,50 metros.

Em Planta, a Ala Sul apresenta-se da seguinte forma:

Partindo da entrada, temos a Igreja e a Sacristia, duas salas que têm ligação com o Claustro, das quais a mais afastada da Igreja pode ter tido funções de parlatório, numa fase primitiva, e a entrada no mosteiro, com um arco abatido de 4,10 metros de largo; mede 7,70 x 4,60 a sala da Portaria. Paralelas à Portaria, temos, à esquerda, salas hoje aproveitadas como salas de aulas, mas que, no prolongamento da ala das conversas, seriam salas a elas destinadas, em actividades próprias de uma comunidade cisterciense feminina; a área é dividida por três salas, embora de forma desigual, pois a sala central é maior: é uma grande sala abobadada, dividida em seis tramos por duas colunas toscanas- também possível grande parlatório; a última sala desta ala comunica com pequenas salas que conduzem ao exterior - átrio do mosteiro.

### **I.2.1.1. A Igreja**

A Igreja, enquadrada no conjunto monástico, apresenta nave única, apresentando características evidentes de templo quinhentista, por exemplo em alguns pormenores arquitectónicos da fachada - esfera armilar, armas dos Melos -, que aliás se repetem na decoração de alguns capitéis do claustro (nos lanços oeste e norte). São evidentes elementos de um templo anterior, gótico.

Conforme é de regra para os mosteiros femininos, surge-nos a porta principal na fachada lateral, em arco de volta perfeita, da largura do tramo central da galilé - que consta de três tramos abobadados, com ogivas simples de alvenaria, ligadas por arcos quebrados. As nervuras unem-se no centro, em efeito espiral, decorado com as armas dos Melos. Na parede, morrem os arcos ogivais em mísulas, com efeitos geométricos e vegetalistas. Mede a galilé 9,40 m de largura e 4 m de profundidade. Nela se localiza ainda contraforte da primitiva igreja. Apresenta o portal central colunelos e arquivoltas, de diferentes larguras, trocando entre si -arquivoltas e fustes dos colunelos - os espaços lisos e torsos; colunelos e bases em alvenaria, jogando com o mármore usado nos capitéis e arquivoltas. O arco da entrada mede, de largo, 3,70 metros. Uma escada exterior comunicaria com a hospedaria.

A Igreja apresenta Planta de cruz latina, com as seguintes dimensões:

- 24,50 metros a toda a profundidade: a nave, 11,90 x 6,80 metros e a cabeceira, posterior (século XVI) 9,60 x 3,80 metros;

- o transepto, 15 x 3,20 metros.

A nave e os braços do transepto apresentam abóbada manuelina; a divisão da nave é em três tramos, medindo o primeiro ( que é o do transepto) e o segundo 5,70x 6,80; o terceiro apresenta igual largura, apresentando apenas 3,50 metros de comprimento. Este último tramo e parte do seguinte é ocupado pelo designado Coro

duplo: supomos que, obedecendo ao modelo cisterciense clássico, antes das intervenções durante o reinado de D. Manuel o Coro das religiosas ocupasse o fundo da Igreja, explicado até pela facilidade de acesso ao Claustro; subsistem ainda, no Coro de cima, alguns traços góticos. Com essas intervenções, as religiosas passam a ter novo Coro, sendo apenas aproveitada a parte de cima - Coro das conversas. A comunicação deste novo Coro com a estrutura do mosteiro é resolvida com a abertura do muro oriental da Casa do Capítulo (pela abadessa D. Maria Pacheco, entre 1589 e 1592, ficando um arco com 3,10 metros) e a construção do edifício paralelo.

A cobertura abobadada da Igreja é de nervuras, finalizando os arcos torais e os formeiros em meias colunas, apresentando os respectivos capitéis decoração manuelina - nós, cordas, por exemplo; é de destacar o descentramento do transepto em relação ao tramo em que se enquadra na nave, evidenciando a existência de um espaço anterior. Encaixa a galilé no espaço sobrance do lado esquerdo do transepto, uniformizando e tentando equilibrar o conjunto. Sofre a Igreja novas intervenções no século XVIII, decorativas, ao estilo rococó.

Alvenaria de tijolo caiada é o material essencialmente usado na construção da Igreja.

### **1.2.1.2. Edifícios regulares**

Sofreu a Ala poente alterações radicais. Nesta ala, apenas a cozinha ocupa o seu lugar de origem; todas as outras dependências foram adaptadas às funções actuais. Estas adaptações são testemunhadas pelas fotografias apresentadas em Anexo.

A Ala norte, oposta à Igreja, é uma das mais interessantes do mosteiro.

Temos o antigo Refeitório das religiosas- com 20,10x6,10 metros -, de cobertura abobadada com arco de volta perfeita, com caixotões de estuque, a passagem que colocava o claustro em comunicação com o jardim e o corredor da Enfermaria ( disposição cisteciense clássica); hipoteticamente, e antes das obras do século XVI ( que conduziram também à construção da Enfermaria), o Refeitório prolongar-se-ia até às duas salas seguintes, que abrem para o Claustro, tendo outras duas paralelas. No extremo da ala, sala abobada com quatro tramos em torno de uma coluna, toscana, central.

Curiosa é a Ala nascente, pela sua particular caracterização.

Trata-se de uma ala dupla, ou seja, que apresenta saguão de separação entre dois espaços construtivos de épocas distintas. No trecho primitivo, comportando vestígios góticos, e em relação directa com o Claustro, todas as salas são abobadadas<sup>(5)</sup>. As duas primeiras salas comunicam por uma grande abertura, apresentando a mesma espessura no muro oriental que a inicial Sala do Capítulo. A

primeira tem 12 x 6,70 metros. Nestas salas nota-se a necessidade que houve de refazer o cruzamento das abóbadas ogivais, devido a posteriores divisões internas. Notemos que muros em espigão suportam as nervuras das abóbadas. Locais existem onde é possível averiguar da espessura do muro oriental, com c. de 1,45 metros. Depois da Sala do Capítulo ( 6 x5,80 metros, com abóbada hoje manuelina; a abertura para o Claustro, com portal original, mede 1,40 metros), uma outra sala abobadada, finalizando a ala com capela da Senhora do Rosário.

Esta ala apresenta, pois, construções posteriores, paralelas, depois do citado saguão a todo o comprimento de 35x2,50 metros; essas construções posteriores são constituídas por uma grande sala - 39,30x8,60 metros -, dividida ao meio por nove colunas toscanas, formando duas naves. Coeva desta fase renascença - último quartel do século XVI -, do ponto de vista construtivo, é a Enfermaria, com linha central de oito colunas, separando o espaço em duas naves, medindo 32x6,60 metros; o andar superior foi junto em finais do século XVII. Quando da desafectação do Capítulo original, com a abertura do muro atrás citada, é possível que a primeira das salas de que falamos se tornasse em Sala do Capítulo: apresenta enquadramento de grande arco por dois mais pequenos, à maneira de Capítulo típico cisterciense.

À excepção dos do Claustro, apenas o muro oriental da Enfermaria e o muro setentrional do Refeitório das monjas apresenta contrafortes - estes com cerca de 1,40 x0,90 de largo.

O Coro, quinhentista, apresenta abóbada muito baixa, com caixotões em forma de losango, muito salientes, à maneira barroca; não é um quadrado perfeito: muro oeste, 9,50 metros; muro este, 10,10 metros; muro sul, 7,70 metros e muro norte 8 metros. Devido ao seu achatamento, o encosto das cadeiras do Coro alcançavam a cornija.

### **I.2.1.3. Claustro**

No lanço sul - medindo 32,80 metros no interior, 3,20 de largura e 26 de fachada, temos vinte e quatro capitéis, predominando a decoração geométrica e vegetalista; também quatro capitéis com decoração antropomorfa, e um deles, mais próximo do lanço ocidental, decoração com cordas. No lanço ocidental - com 38 metros no interior, 3 de largura e 31,50 de fachada - temos trinta capitéis, predominando a decoração vegetalista, seguida da geométrica, antropomórfica, zoomórfica e, nos três últimos capitéis deste lanço, a decoração heráldica, com as armas dos Melos e a esfera armilar. No lanço norte - com 33,20 metros no interior, 3,20 de largo e 25,60 de fachada - também vinte e quatro capitéis, predominando também a decoração vegetalista, seguida da geométrica e antropomorfa; temos

também, agora no último capitel antes do lanço oriental, decoração heráldica. Frisemos neste lanço a presença mais acentuada de capitéis que apresentam cordas no seu conjunto decorativo, aliando-se a elementos geométricos ou vegetalistas. Para efeitos explicativos, salientemos que: esta decoração não é clara em todos os capitéis, mercê do seu estado de conservação; a decoração vegetalista compreende caules, folhas e frutos, e também folhas isoladas e árvores completas, como a palmeira, que nos surge no capitel dezoito do lanço ocidental; quando nos referimos a decoração antropomorfa, queremos apontar a presença de caras, registando-se apenas num dos capitéis a presença da figura humana completa; do mundo animal, surgem-nos apenas representações de aves; os escudos dos Melos e a esfera armilar de D. Manuel existentes apenas nos lanços ocidental e norte confirmam em S. Bento de Cástris a idéia segundo a qual a decoração heráldica é dominante na decoração não figurativa do tardo-gótico português, em geral, e do alentejano, em particular.

Especial atenção nos mereceram ainda os colonelos de alvenaria, com capitéis góticos apresentando folhagem estilizada, localizados no sub-coro antigo, comunicando com o claustro: são prova da construção trecentista que antecedeu o templo actual.

Nos três lanços do Claustro analisados, fortes contrafortes a redente elevam-se até ao tecto da galeria superior, abobadada, com nervuras, ornadas com alguns caixotões. Esses contrafortes estariam presentes antes da intervenção de Estêvão Lourenço, em 1520.

No ângulo sul-poente, temos piso suplementar, com quatro aberturas para o Claustro - apresenta arcos de volta perfeita suportados por três colunas.

O lanço nascente, de construção posterior -1825 - mede 42 metros no interior, 3,20 de largura e 26 de fachada; não apresenta, pois, interesse de maior para análise: fortes pilares quadrados ligados arcos abatidos constituem a sua figuração, representando no núcleo conventual, que é o Claustro, o espírito da época em que foi construído.

Apresentamos nos Anexos dedicados aos Desenhos uma hipotética Planta do mosteiro no século XIV, já com a Igreja gótica (que terá substituído a primitiva ermida dedicada a S. Bento) de acordo com a estrutura cisterciense clássica, e que constituiria o típico quadrilátero cisterciense. Nesse quadrilátero apenas os lanços nascente e norte apresentariam galeria claustral completa (no lanço sul, apenas acompanharia o espaço ocupado pelo comprimento da Igreja, e no lanço poente, o espaço da cozinha) acrescentada aos outros dois após a intervenção de Estêvão Lourenço, e que gozariam apenas, em 1520, como cita o contrato, de simples poial.

Parece-nos menos viável a hipótese de uma construção anterior, que a nova Sala do Capítulo terá substituído, com funções de Dormitório, Capítulo e Sala das



conversas, constituindo assim a ala das conversas, separada da das monjas pelo actual saguão. Desenvolver-se-ia ainda estrutura edificada com funções de cozinha e Refeitório, totalmente separado do das monjas, pensamos que no espaço da posterior Enfermaria. O acesso à Igreja seria feito rodeando a cabeceira e entrando para o Coro respectivo, atrás do das monjas, pelo pátio, que daria também acesso à cerca, separada da das monjas. Ficariamos, porém com duas estruturas edificadas, uma destinada às monjas e outra às conversas, ambas em L, completamente separadas uma da outra, apenas unidas num único ponto, o fundo da Igreja, contrariando o espírito comunitário cisterciense.

A evolução da Planta original, de piso único a dois andares - e em alguns pontos com três - revela toda a prosperidade do mosteiro, reflectida também no recrutamento das monjas, citado em algumas fontes do Apêndice Documental. Remodelações na Igreja, com acrescentos - transepto e prolongamento da cabeceira, como demonstramos na Planta referente ao evoluir cronológico das obras - , também a proliferação de capelas, são sintomas desse aumento da comunidade, permitindo a celebração de missas em altares distintos, como regravam as normas ancestrais. Encontramos, porém, ao longo do piso mais antigo, reflexos da tentativa de unidade arquitectónica da Ordem - daí a disposição apresentar vestígios claros da uniformidade da planta cisterciense; apesar da perda de importância do Capítulo Geral, em 1531, 1534 e 1536 que determinavam sobre questões concretas dos edifícios e espaços envolventes: sua localização, segurança das fundações, relações com a sociedade temporal e espiritual circundante, garantias de propriedade dos terrenos doados, entre outras.

### **I.2.2. Pisos Superiores**

Dos pisos superiores, adaptados às actuais funções de Casa Pia- Secção Masculina, após numerosas intervenções, as zonas que, arquitectonicamente, se conservam mais de acordo com a disposição original são os Dormitórios de noviças e conversas, construídos paralelamente, e o piso superior da Enfermaria, datando do século XVII. São os Dormitórios que, precisamente, se prolongaram em termos de funções, uma vez que aos outros espaços lhes foram atribuídas funções distintas das que desempenhavam ( com novo sistema de coberturas, da década de cinquenta, demonstrada no Desenho... do Anexo 2) . A galeria do Claustro ocupa apenas três dos quatro lanços, apresentando o lanço nascente ampla varanda, importante na luminosidade dos Dormitórios. Interessante é, ao longo deste piso, a diferença na

altura dos pavimentos da galeria claustral em relação às salas a que dão acesso, acentuadamente mais alto na ala norte.

### I.3. Alçados

Os alçados apresentados em Anexo, expressam a situação geral do mosteiro - de intervenção recente. De facto, os alçados poente e nascente são alçados lisos, simples, respeitando uma geometria muito actual; vãos quadrados ou rectangulares, ocupados por janelas encaixadas nas alvenarias, com pintura totalmente branca. Não existem também alçados relativos à antiga Enfermaria, conjunto que se desenvolve em três pisos: no rés-do-chão, na sala quinhentista, secção de tratamento de roupas; no primeiro piso, conjunto de quartos individuais, a nascente; finaliza, em altura, com o ponto mais alto do mosteiro, e que poderá ter tido funções de mirante, com duas salas sem ocupação precisa.

No alçado nascente, não representado, as janelas, repartidas em dois pisos, são gradeadas. É um alçado ocupado quase na totalidade pela Sala quinhentista do Capítulo, correspondendo a parte terminal esquerda à cabeceira da Igreja. No alçado interior, corresponde aos dormitórios e a uma varanda que percorre todo o lanço oriental do Claustro.

O alçado poente, como testemunham os respectivos desenhos de alçado e planta, é ocupado, no rés-do-chão, da esquerda para a direita, pela copa, cozinha, zona de refeitórios, finalizando com escadaria de acesso ao piso superior, ocupado actualmente por salas de aulas. Destaca-se deste alçado a imponente chaminé, correspondendo à da cozinha quinhentista. No extremo direito do alçado desenvolve-se construção não representada: a actualmente chamada Casa dos Pássaros, correspondendo a uma residência particular (e que pensamos que também poderá ter tido funções ligadas a uma Abadessa, que teria escolhido para si outro local que não o das suas antecessoras). Este extremo está representado nos cortes A-B e C-D. Na parte interior deste alçado, primeiro piso, além das colunas, temos as salas de aula e as escadas de acesso ao terceiro piso, com a Casa dos Pássaros.

Os alçados norte e sul, este o principal, apresentam uma geometria menos monótona.

O alçado norte, ocupado pelo antigo Refeitório e pela zona da actual rouparia, apresenta pesados contrafortes, que sustentam, juntamente com ligantes metálicos, as ancestrais estruturas. Como a secção de rouparia ocupa apenas o rés-do-chão, no primeiro piso, quando termina a abóbada do Refeitório, surgem salas de música e desenvolve-se interessante aglomerado de casas particulares; assim, o alçado interior norte apresentaria, além das colunas do Claustro, salas que conservam instrumentos

musicais, tal como escadas que conduziriam a um piso superior, onde à esquerda temos as salas de aulas e uma varanda, com decoração exterior setecentista, e à direita casas particulares ( de antigas freiras, e hoje fechadas).

O alçado principal -sul- é ocupado na sua quase totalidade pela Igreja; as várias épocas construtivas marcam aqui a sua presença - portal manuelino, torre sineira pequena barroca, apresentando a maior uma decoração setecentista, reflectindo as janelas gradeadas do primeiro piso uma intervenção recente. Presente neste alçado o arco abatido de acesso à portaria, anteriormente antecedido de alpendre, do qual apenas restam hoje duas colunas. No interior deste alçado, presente no Corte A-B, desenvolvem-se os pisos superiores: no primeiro, atrás das colunas, o Coro alto ,a Biblioteca e um pequeno gabinete de apoio; no segundo, da esquerda para a direita, a suposta Casa da Abadessa, sala de reuniões , e parte da Casa dos Pássaros

Predominam neste alçado, como por todo o mosteiro, coberturas inclinadas de três , e, no caso da Igreja, de quatro águas.

Em ambos os Cortes ( A-B e C-D ) se conclui da imponência do Claustro no mosteiro, acentuando-se uma simbiose de elementos não só estruturais como também decorativos, testemunhando intervenções sucessivas. Os vários andares individualizam essas múltiplas influências: mudéjar, transmitida pelos arcos de ferradura do primeiro piso; tardo-gótica, nos arcos abatidos do segundo e renascentista nos arcos de volta perfeita do terceiro. Frisemos que os contrafortes ao longo do primeiro piso suportam as posteriores intervenções nos outros lanços, lembrando ainda que até à construção do claustro afonsino de dois andares do mosteiro de Santa Maria da Vitória, os claustros conventuais apresentavam apenas um andar. A primitiva cobertura do claustro seria de madeira, substituída depois por abóbada de alvenaria, com ogivas de secção rectangular chanfrada e arcos torais abatidos. À volta do claustro, em pleno século XVI e contrariando o espírito cisterciense, antes da chegada das freiras de Odivelas na sua acção "reformista", todas as freiras tinham celas particulares. Particularizando os capitéis, neles encontramos figuras humanas, decoração vegetal, animalésca, geométrica e heráldica.

É nos capitéis do lanço sul do claustro que se detecta um maior ancestralismo - Corte A-B; podemos detectar, abaixo da Torre sineira, um amplo compartimento com chaminé, que, devido às suas características e à sua proximidade em relação à Igreja e Dormitórios, nos conduz à ideia de que se trata da Casa da Abadessa. Nos lanços Norte e Ocidental, Corte C-D, temos mais frisada a presença tardo-gótica ( meados do século XV a meados do século XVI), provada pela presença da heráldica relativa aos Melos e Almeidas e da esfera armilar manuelina. Foi o lanço Oriental alvo de importantes obras no século XVIII, pelo que se desprende do conjunto, nada restando de épocas anteriores; formaria, juntamente com o lanço Sul, os mais antigos

testemunhos da decoração gótica, até porque nesse mesmo lanço se localiza a Sala do Capítulo, elemento de decisivo cariz gótico. Abre esta Sala para o corredor do Claustro com porta com arco em ogiva, ladeada de duplos colunelos geminados, com capitéis trabalhados de forma grosseira, sendo os arcos em lanceta, remontando ao século XIV. No mesmo lanço do Claustro encontramos outro dos elementos mais ancestrais, também porta gótica com arco em ogiva, certamente restos da antiga fábrica do mosteiro.

(1) "(...) Não pode haver dúvida de que o abade de Claraval tomou parte activa do desenvolvimento do projecto da arquitectura cisterciense, embora não conheçamos o exacto alcance da sua supervisão; nem pode haver qualquer dúvida de que o estilo distinto que evoluiu sob a sua direcção foi um dos maiores eventos da história da arquitectura medieval. (...) Aqui chegados, devemos salientar que o que é peculiarmente cisterciense ou bernardiano nestes edifícios, não é a sua planta mas o seu estilo. Praticamente todo o elemento individual da igreja cisterciense inicial pode ser encontrado noutros tipos de arquitectura eclesiástica. É o espírito do santuário bernardiano que o põe à parte. Detalhes de plano e construção tirados da mais antiga arquitectura beneditina foram transformados de uma forma que cria uma disposição única e inequívoca.(...) Em vista dos ideais estéticos de Bernardo, a eliminação da escultura e da pintura figurativas das igrejas da sua origem era inevitável.(...) O desaparecimento das artes representativas parece ter aclarado o caminho para uma inexcedível pureza e perfeição de construção e proporção arquitectónica.(...)". Otto Von Simson, *A Catedral Gótica - origens da arquitectura gótica e o conceito medieval de ordem*, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 1ªed., p. 58.

(2) "(...) A relação «perfeita» de Agostinho de 1:2 determina claramente o alçado. Na Abadia de Fontenay (1130-1147), o melhor exemplo sobrevivente da arquitectura cisterciense inicial - o próprio Bernardo poderá ter sido o responsável pelo seu plano - a oitava relação determinou igualmente a planta. Além disso, os tramos das naves laterais têm igual comprimento e largura, e a dimensão é verticalmente delimitada por um friso(.). A austera fachada, hoje em dia extirpada do seu pórtico, descreve uma vez mais um quadrado se incluirmos os contrafortes e o friso superior. A distância entre os frisos superior e inferior é determinada «de acordo com a verdadeira medida».(...) a proporção «de acordo com a verdadeira medida» pode ser definida como a expressão geométrica da oitava relação não nos termos do rectângulo, 1:2, (...) mas do quadrado, representação geométrica da Face de Deus. As relações das outras consonâncias perfeitas estão similarmente presentes em Fontenay: além da relação 1:1 do cruzeiro, a relação da quinta, 2:3, regula a relação da largura do cruzeiro com o seu comprimento, incluindo o coro, e também a relação entre a largura do cruzeiro e a largura total da nave mais naves laterais. Finalmente, a relação da quarta, 3:4, determinava a relação entre a largura total da nave mais naves laterais e o comprimento do transepto incluindo capelas. Em nenhum estilo da arquitectura cristã estão as relações «perfeitas» de Agostinho tão em evidência como nas igrejas da ordem cisterciense (...)". Idem, pp. 58/59.

(3) Das plantas usadas nos espaços religiosos podemos ter uma ideia, através da abadia cluniacense de Saint-Gall, e que no século IX usava já no seu espaço algumas medicinais - custo ou erva de St.<sup>a</sup> Maria, rosa gálica, lillium, menta, coriandrium sativa -, no horto a cebola, couve rouxa, aipo, salsa, cenoura branca, rabanete, e no pomar a pereira, a ameixeira, o marmeleiro, a amendoeira, o castanheiro, a figueira, a noqueira, a amoreira e o loureiro. As peregrinações a Roma, por parte de alguns monges cistercienses, permitiriam apreciar e estudar métodos agrícolas de outros povos, e mesmo experimentar novas sementes e plantas. Conheciam também as obras de Demócrito, Xenofonte e Teofrasto, este último abordando questões de biologia arbórea, e também as de Catão, Varrão, Columela e Paládio. Não estavam também alheios às obras dos árabes, que ganham fama em pleno século XII pelas hortas e jardins de Sevilha, Córdoba e Granada; o Tratado da Agricultura de Ibn-al-Vahschied e a Enciclopédia do agrónomo sevilhano Ibn-al-Awan também não lhes seriam desconhecidas.

(4) "(...) Na ordenação monástica, tal acto (o da escrita) consubstancia um dos lados do quadrilátero formado pelo recinto claustral em torno do qual se congregam e harmonizam as tendências e operações conflituais e contraditórias do homem: Igreja vs. refectório; sala do capítulo/biblioteca vs. ala dos conversos. Ou seja: espírito vs. corpo; trabalho intelectual vs. trabalho braçal. O exercício desse acto dependente do Abade cisterciense significa necessariamente (na própria renúncia a ver nesse acto um privilégio de alguns ou uma escolha individual, e na sua integração nas actividades normais da vida comum) a procura de uma conciliação entre actividade contemplativa e actividade intelectual. Ao opor entre si as várias tendências e operações, a vida monástica, sem as anular e consentindo a sua coexistência, confere-lhes uma orientação hierarquizadora, significada no próprio espaço vazio de céu aberto e concretizada na pacificação obtida principalmente através da contemplação dirigida pelo Abade e exercitada na lectio divina.

*O livro desempenha aí uma função mediadora particularmente importante, e por isso não será de estranhar que a técnica de elaboração traduza já uma relação concreta do leitor/comunidade com o texto.(...)" Aires Augusto Nascimento e António Dias Diogo . Encadernação Portuguesa medieval . Alcobça, I.N.I.C. . s.d., p. 90.*

(<sup>5</sup>) Maur Cocheril é de opinião que, pela disposição interior, pela compartimentação e pela maior espessura da parede oriental, poderia ser primitivamente a fachada do mosteiro. Cf. Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Capítulo X, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1978, pp. 421, 459.

## II. História do Mosteiro

### II.1. Construções iniciais

Dos documentos que localizámos, data de 1405 a doacção por D. João I <sup>(1)</sup> de bens residuais para o "Reparamento" do mosteiro; provada fica assim a existência de obras no edifício em inícios do século XV<sup>(2)</sup>, e a intervenção régia.

Encontramos dispersas referências a alguns espaços do mosteiro neste enquadramento temporal - como ao alpendre<sup>(3)</sup>, em 1431 e que não é citado em nenhum outro documento coevo; em 23 de Novembro de 1470, em que é citado um emprazamento feito em S. Bento de Cástris, na "(...) casa do cabido(...)" <sup>(4)</sup>.

Localizamos, em planta, os vestígios góticos subsistentes, apenas no primeiro piso e ao fundo da Igreja a um nível mais elevado, e daqui partimos para a proposta do espaço antes do século XVI, apresentada no capítulo II.5.

Nesta conjuntura, citemos documentação cisterciense, de 1593, acerca dos edifícios e obras nos mosteiros: *"(...) Nam sera licito a nenhum Abbade fazer sem conselho dos deputados edificio que passe de 40 cruzados, e avendo de passar de 50, em tal caso, se nam fará sem licença de nosso Reverendissimo: que informandose da necessidade, preço, lugar e traça desse edificio, por meyo de dois religiosos de autoridade que escolherá para isto, dara ou negara a licença como lhe parecer mais justo. Advertindo sempre que de tal modo seja o edificio, que nam tenha por sua magnificencia exorbitante preço, mas o justo e necessario.*

*Podem os Abbades sem licença do Abade Geral prosseguir as obras começadas. E assim manda o Capitulo Geral, que nam comecem outra nenhuma obra, até nam serem acabadas e postas em toda perfeiçam, as que sam começadas agora. Poderam assi mesmo os Abbades sem licença do Padre Geral reparar o que estiver pera cair, e o que em seu mosteiro for necessario. Os Abbades depois de pagos os quindénios e depositado pero rata o que lhe couber em seu tempo, e pagas as contribuiçoens que lhe forem lançadas, e as dividas que tiverem, podem gastar em edificios tudo o mais que lhe ficar, e não em outra cousa, com tal que deixem seu mosteiro provido do necessario. (...)" <sup>(5)</sup>*

(1) Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de S. Bento, doc. 23.

(2) A relação de D. João I e de D. Filipa de Lencastre com o mosteiro fica também ela provada pelo facto seguinte, relatado no Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, nº. 79, de Março de 1985: "*A infanta D. Isabel, que depois foi a mais célebre das Duquesas de Borgonha e mãe de Carlos, o Temerário, nasceu ali, em Fevereiro de 1397, quando a piedosa D. Filipa de Lencastre se achava aposentada, com honras de rainha e benfeitora, no mosteiro das bernardas de S. Bento de Cástris*". Acrescente-se ainda o facto de a então Abadessa, Mor Paes, ser parente de Nuno Álvares Pereira, que procurou poderosos apoios: o Mestre de Aviz terá escrito ao Abade de Alcobaça pedindo-lhe que a confirmasse como Abadessa, expondo-lhe todos os seus merecimentos.

(3) Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de S. Bento, doc. 36.

(4) Id., doc. 74.

(5) CASTRO, D. Miguel de - *Diffiniçoens da Ordem de Cistel: e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*. António Alvarez Impressor, Lisboa, 1593, cap. LI, fl. 55.



## II.2. Quadro de Doações e Privilégios

Na compreensão da evolução do espaço e funções do mosteiro, determinantes são as suas relações com a Coroa, num conjunto patrimonial do mosteiro, que, como fica demonstrado nos quadros a seguir apresentados, ganha força a partir de meados do século XV, perdendo importância apenas no primeiro quartel do século XVII; só um vasto património, sob diversas formas, poderia garantir grandes rendimentos derivando estes em grandes intervenções/aplicações no único local onde a comunidade podia dele directamente usufruir: o mosteiro.

O apoio e a intervenção dos monarcas ao mosteiro fica demonstrado nas diversas Chancelarias, sendo contínuo, com maior ou menor força, desde D. Fernando a D. José. Expressa-se na cedência de bens fundiários - D. Duarte e D. Afonso V -, de bens rústicos urbanos - D. Afonso V -, de inúmeras Cartas de Privilégio - D. João I, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, Filipe I, Filipe II e D. João IV -, Cartas de Protecção e Provisões - D. Afonso V, D. João III, D. Sebastião, Filipe II, D. João VI e Pedro IV -.

Outro tipo de doações, também cedidas pelos monarcas, são importantes para o crescimento dos bens móveis do mosteiro, em especial sob a forma pecuniária: são os Padroados, que surgem no século XV, e de Verbamentos a Juro, cerca de um século depois.<sup>(1)</sup>

D. João III cede ainda seis arrobas de açúcar - lembremos os "papos de anjo" das freiras, famosos doces - e duas de cera, D. João IV faz a cedência de uma pena de água na arca do cano da Água de Prata e ainda de especiarias: o mosteiro poderia ter cravo, gengibre e pimenta na Casa da Índia ( curioso é o facto de as freiras de S. Bento terem chegado a participar em seguros marítimos de viagens para a Índia).

Na documentação local é possível avaliar a importância da acção dos particulares - doações e dotes - na evolução do património acima citado. O primeiro dote que localizamos data de 1392, sob a forma de bem de raiz - herdade - e que foram progressivamente aumentando em herdades, casas, vinhas e hortas, além das posteriores propinas pecuniárias. Os seus bens de raiz são emprazados desde muito cedo, - o mais antigo emprazamento é de 1256 - e a doação documentada mais antiga desse tipo de bens é de 1287, doações de bens móveis e de raiz que se vão acentuar a partir de meados do século XIV.

A partir de meados do século XV existem referências a recebimentos de rendas e doações em libras; porém, já em 1382, em Alvará de D. Fernando, se autoriza o herdamento, por parte das freiras de 500 libras <sup>(2)</sup>. Também os emprazamentos cujo foro era pecuniário se acentuam no século XVI.

No século XVIII, são indicadas 161 posses do mosteiro - herdades, quintas, vinhas, casas, tendas - possuídas a partir do século XIV, porém anteriores já existiam. Neste mesmo século, em 1709, a legislação régia interferiu de forma determinante no evoluir do património fundiário do mosteiro: foi o reconhecimento real de posse de todas as fazendas e bens de raiz até então conseguidos<sup>(3)</sup>. Numa breve perspectiva envolvendo o tempo aproximado de centúria e meia, entre 1703 e 1858, temos para 1703, 67 herdades; 1741, 65 herdades; 1752, 68 herdades, 1771, 70 herdades e em 1858 o seu número desce radicalmente para 28 herdades. Ainda neste ano, a nossa análise permitiu-nos chegar aos seguintes dados:

- a) diminuição drástica no número de casas sujeitas a foro;
- b) desaparecimento de cinco importantes fontes de foro: forno de cal, adegas, estalagens, loja e celeiro;
- c) manutenção do número de hortas;
- d) diminuição do número de vinhas e de ferragiais;
- e) aumento do número de quintas sob domínio do mosteiro, algumas em substituição de antigas vinhas (era a "moda das quintas", de meados do século XIX);
- f) mantém-se a exploração do lagar de azeite em Vila Viçosa e dos olivais fora da cidade.

De referir que, no século e meio acima referenciado, além do rendimento advindo dos bens fundiários, ele provinha também de juros reais (no almoxarifado de Évora, na Alfandega de Lisboa, no Estanco do Tabaco, nos Padres Lóios em Évora, das bernardas de Portalegre, a vários indivíduos intra e extra-muros do mosteiro); em meados do século XVIII, nos anos de 1752 e 1771, os dados são mais objectivos, e além dos juros mencionados, citam-se vários foros:

a) na cidade: forno de cal e seu ferragial; casas, adegas; vinhas, estalagens; ferragiais; lojas; celeiro e hortas. Parece-nos interessante localização destas fontes de rendimento; vejamos as casas:

- duas no Adro de S. Domingos; três no Terreiro dos Mercadores; umas na Rua de Alconchel; duas na Rua de S. Cristóvão; quatro na Rua de Avis e umas à Porta de Avis; umas na Rua das Molinas; três na Rua Ancha; umas na Rua do Paço; duas à Porta Nova; umas na Rua de Frei Brás; umas na Travessa dos Cogulos; umas na Rua da Selaria; umas na Rua da Parreira; duas na Rua da Lagoa; duas na Travessa das Tâmaras; umas na Rua da Mouraria; umas na Travessa da Zanguella; umas na Praça; duas na Rua do Tinhoso, umas defronte do mosteiro e umas na Rua de Aljustrel;

- o celeiro era na zona da actual Rua das Amas do Cardeal;

- duas adegas, uma na Rua do Passarinho e uma na Rua do Tinhoso;

- três quintas, sendo especificadas a do Esborrondadouro e de Gouveia; no século XIX, esse número totaliza 6 : da Sousa, do Monte Redondo, do

Esborronadouro e três que no século anterior surgiam como vinhas: da Chamboinha, de Val de Flores e do Degebe.

- quatro estalagens, todas na Rua de Avis;

- duas hortas, dos Pelomes e do Drago;

- ferragiais, alguns não especificados, mas que nas cercanias da cidade chegam a ser 11: das Brabas, à Porta de Avis, às Olarias (Alconchel), Posto de Entre-Vinhas, à fonte de Santo António, , junto ao forte de St.º António, e ao cemitério dos Remédios;

- vinhas, num total de 14, sendo especificadas as do Peito da Galé, do Lagar Derrubado, da Lagardona, de Val de Romão, de Val de Carvalhos, da Retorta, de Pedro Aldarda, da Chamboinha, de Val de Flores, do Espinheiro e do Degebe.

b) fora da cidade ( Serpa, Beja, Pavia, Alandroal, Vila Viçosa, Alcácer do Sal, Avis, Estremoz, Arraiolos): lagar em Vila Viçosa; alqueires de azeite; vinhas( Alandroal); ferragiais ( Pavia, Estremoz, Ribeira de Tera, Stº António de Pavia); extravagantes - peles e lã de carneiro, couros de bois e vitelas, bagaço da azeitona- e laudémios.

Desta forma, e particularmente durante todo o século XVIII e o primeiro quartel do século XIX, a renda total do mosteiro seria de 4.324.050 réis, sendo apenas apresentadas despesas na ordem dos 5.000 réis destinados à festa de Stº António e outros para missas( que totalizavam 14: 11 de tostão e 3 de 10 tostões cada, sendo sete de Intenção e sete de Requiem); muitas outras não nomeadas existiriam, mas sem dúvida que a opulência decorativa setecentista das instalações do mosteiro muito tem a ver com essa avultada renda.

Estes domínios directos tomavam figura em distintas formas, agindo também eles sobre o espaço envolvente e a sua ordenação; assim, diversificados eram os bens e as suas localizações, donde se infere que o mosteiro de S. Bento de Cástris agiu sobre a ocupação do espaço e sobre os homens que o ocupavam: local por excelência de clausura, revela-se como entidade ordenadora espaço/homens no exterior da sua cerca. Revela-se interessante a diversidade dos bens sobre os quais o seu domínio se exercia; a inventariação mais recente, de 23 de Agosto de 1900 (<sup>4</sup>), revela-nos os seguintes:

- casas e pátios na cidade, freguesias da Sé, Stº. Antão, S. Mamede e S. Pedro; adegas, freguesia de S. Mamede; estalagens, freguesia de S. Mamede; moinhos de vento e terras anexas ( herdade da Tourinha, S. Miguel de Machede); casais; vinhas , quartéis de vinha, courelas de vinha; courelas; ferragiais; quintas; quintais; olivais e herdades, restando poucas nesta altura.

Da análise diacrónica destes dados, e em consonância com os quadros a seguir apresentados, verificamos:

a) uma aposta, nos inícios do mosteiro, e em termos do ordenamento rural, nas grandes unidades - latifúndios - , que, progressivamente, foram cedendo lugar a outras unidades mais repartidas - courelas, ferragiais, casais,

b) na zona envolvente do mosteiro, uma preocupação pela ocupação dos solos até aí desocupados, ou pela sua apreensão, em especial sob a forma de vinhas e moradas de casas, preocupação esta bem patente nos inícios do mosteiro, sobretudo pela sua ligação às vinhas de Peramanca, mas que com o tempo vão esmorecendo em favor dos ferragiais e, numa última fase, das quintas e quintais;

c) ressalta também o empenho no usufruto e alargamento das vinhas, com reflexos no espaço urbano (referimo-nos à exploração de adegas);

d) a completa exploração dos produtos típicos dos grandes latifúndios fica também expressa na existência de lagares (em estreita ligação com os numerosos olivais nas herdades), um junto ao mosteiro, de grandes dimensões, e outro em Vila Viçosa;

e) de referir, porém, a capacidade de adaptação do mosteiro à recolha de diversos tipos de foros: frisemos a sua ligação aos fornos da cal e das olarias, na cidade; do uso dos moinhos de vento numa herdade sua e até do uso da água: trata-se de uma nascente de água numa herdade junto a Montemor;

f) a constante relação com o núcleo urbano, pois cerca de 50% dos bens do mosteiro eram precisamente imóveis na cidade; grande parte dos rendimentos do mosteiro advinham da sua exploração, sendo curiosa a flagrante existência de estalagens;

g) a influência na zona envolvente da cidade, em especial com o incremento de quintas;

h) já na última fase da história do edifício, já sem funções religiosas, em 1900, a existência de contratos enfiteúticos com a classe nobre: vinha na quinta da Manizola, cujo enfiteuta era o Visconde da Esperança; ferragial da quinta do Galego, enfiteuta a Condessa da Costa; herdade do Sobral, freguesia do Freixo, cujo enfiteuta era o Conde das Galveias; herdade da Rascôa, freguesia de S. João da Ribeira, o enfiteuta era o Conde de Valenças.

Desta forma, o património do mosteiro resultava em grande parte de uma linha que apostava na ecologia humana, uma vez que procurava combinar de forma harmoniosa os dois elementos fundamentais que definem a paisagem: o espaço e os homens. Agiu sobre a organização do espaço, chegando a converter-lhe as funções, e sobre os homens que o ocupavam - ao exigir determinado tipo de foros, que não pecuniários, incitava a determinado tipo de culturas. Sublinhemos que uma boa parte das rendas do mosteiro se dirigia também para a conservação física desses espaços: no

espólio documental do mosteiro, inúmeras são as referências aos reparos nos montes e instalações afins.

Apresentamos a seguir alguns quadros que se nos afiguraram sugestivos para uma leitura mais objectiva dos rendimentos e dos bens patrimoniais do mosteiro, relacionando-o até com comunidades afins na cidade.

(1) Nas Chancelarias dos vários monarcas, consultadas na Torre do Tombo, verifica-se que a cedência de Padroados e Verbamentos; a doação de Padroados inicia-se precisamente a partir de meados do século XV, com D. Afonso V - de 800 brancos ( Livro 11, fl. 63 e Livro dos Místicos, fl. 291 e 291v) e 400 réis brancos ( Livro 11, fl. 80v.), confirmados na Chancelaria de D. João II: são retomados por D. Sebastião - 20.000 ( Livro 12 fl. 281 v. e Livro 24, fl. 155) e 8.000 réis ( Livro 20, fl. 2v.)- , seguidos por Filipe I - 15.300 ( Livro 26, fl. 343) e 8.800 réis ( Livro 30, fl. 113) - e por Filipe II - 15.000 ( Livro 45, fl. 253), 8.000 ( Livro 45, fl. 257) e 5.000 réis ( Livro 1, fl. 96 e Livro 45, fl. 253)-.

Os Verbamentos a juro surgem a partir de meados do século XVI, com D. João III - 15.000 ( Livro 19, fl. 216) , dois de 8.000 ( Livro 38 fl. 19v. e Livro 49, fl. 272), 5.000 ( Livro 55, fl. 234) e 4.400 ( Livro 55, fl. 233) - , D. Sebastião - 4.400 ( Livro 15, fl. 76v.), 16.000 ( Livro 24, fl. 155), 6.000 ( Livro 20, fl. 3) e um espectacular de 300.000 ( Livro 15, fl. 74v.) réis, Filipe I - 30.000 ( Livro 20, fl. 61v.), dois de 10.000 ( Livro 21, fl. 265 e Livro 26, fl. 235) , 12.240 ( Livro 26, fl. 343) e 7.040 réis ( Livro 30, fl. 113) -, Filipe II - 6.400 ( Livro 11, fl. 257v.) e 4.000 réis ( Livro 1, fl. 96) -, D. João IV - 30.000 ( Livro 8, fl. 422)- e D. José - 4.000 na alfândega de Lisboa ( Livro 73, fl. 142) e 10.000 no Contrato do Tabaco ( Livro 73, fl. 137).

(2) Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de S. Bento, doc. 10.

(3) Biblioteca Pública de Évora, Fundo de S. Bento (não catalogado), Livro 19 ( numeração nossa), peça 61, fl.10 v.: "*...Não teve este mosteiro na sua fundação nem muitos séculos depois licença p.<sup>a</sup> adquirir porem por Alvara de 11 de 9.bro de 1709 concedeo por Esmola Sua Magestade a Abb.<sup>a</sup> e Religiosas do Mesmo Mosteiro que podem pecuir todas as fazendas e bens de raiz de que estivessem de poce athe o dito dia mez e anno sem embargo da Ordenação do L.<sup>o</sup> 2<sup>o</sup> fl.1861 cujos titolos foram reformados e lançados em hum Tombo que em virtude de hum Alvara de S. Magestade de 14 de Maio de 1687 com declaração que de dece aos Treslados a fe e credito somente que avião ter os mesmos instromentos que se copiasem de maneira que sendo Originais ficarem com a fe dos Originais e não o sendo com a fe que de antes tinham vindo a conferir o dito alvara ao Porvedor que entam hera desta comarca sitadas para iço as partes intreçadas cujo Original se acha supranumerariamente entre p. 16 e 17 do dito Tombo que foi numerado e rubricado pello Porvedor M.el Viegas de Oliveira e cujo titulo e inserramento he posto pello sendicante do mesmo Menystro M.el de Carvalho o qual declara no dito enserramento feito em 5 de 7.bro de 1690 ter 221 Laudas o referido Tombo e que se achão lançados os titolos das fazendas do Mosteiro pella maneira que são sitadas neste Apendis."*

(4) Torre do Tombo, Cástris, Caixa 53, 1926, Capilha 1, documento 3. Sublinhe-se que o documento se refere a uma inventariação dos fôros do mosteiro, para efeitos de avaliação, concluindo que as avaliações dos 71 domínios directos do mosteiro descritos importavam em treze contos cento e noventa e seis misl réis.

QUADRO 1

NATUREZA E ORIGEM DO PATRIMÔNIO DO MOSTEIRO

Datas	Bens Fundiários												Prédios Rústicos			Não Especif.		Verbas				
	herdades			vinhas		olivais		ferragiais		courelas		na cidade			fora cidade		testamentos de freiras	testamentos exteriores				
	D.	C.	T.	D.	C.	T.	D.	C.	T.	D.	C.	T.	D.	C.	T.	D.			C.	T.	(todos os bens são doados)	3 libras
1256																						
1266																						
1321																						
1332	1#																					
1344						1*																
1354																						
1357																						
1363																						
1367																						
1372	1#																					
1376																						
1392	1£																					
1406	1#																					
1419																						
1434	1#																					
1438	1#																					
1441	2*																					
1444																						
1445																						
1450	2"																					
1453	1#																					
1462	3*																					
1463	2* 0,5																					
1467	3#																					
1468																						
1469																						
1475																						
1500																						
1512	1#																					
1521	1£																					

NATUREZA E ORIGEM DO PATRIMÓNIO DO MOSTEIRO

Datas	Bens Fundiários																Prédios Rústicos					Não Especific. (todos os bens são doados)	Verbas												
	herdades						ferragiais				na cidade						fora cidade		testamentos de freiras	testamentos exteriores															
	D.	C.	T.	D.	C.	T.	D.	C.	T.	D.	C.	T.	casas	adegas	pardieiros	casas	moin.	e lag.																	
1526																																			
1535													1*	1*																					
1544																																			
1548																																			
1555																																			
1578																																			
1580																																			
1588																																			
1628																																			
TOTAL	22	3	5	20	1	2	1	1	2	3	1	13	3	4	1	1	1	2	1	1	2	1	3	libras	3	libras									

LEGENDA:

T - Troca  
 C - Compra  
 D - Doação  
 L - Lagar  
 ' - Determinado por sentença  
 ? - Doação provável

Tipos de Doação:

\* - Post Mortem  
 # - Testamento  
 £ - Dote  
 " - Reservato usufrutu



## QUADRO 2

FOROS DO MOSTEIRO: 1771 (Em réis e alqueires)																
Na Cidade								Fora da Cidade					Extravagantes	Laudémios		
casas	adegas	vinhas	estalagens	quintas	ferragiais	lojas	celiros	hortas	fomos cal	lagares	ferragiais	vinhas	Azeite (alqueires)	(obs 1)	(obs 2)	TOTAL
55530	600	56490	7260	7386	7180	1000	200	7040	4500	3500	900	240	51	65000	16000	232826

OBS 1: - Peles e lã de carneiro couros de bois e vitela, bagoço de azeitona

OBS 2: - Pensão paga ao mosteiro pelo prédio aforado na cidade que o foreiro alienou por título oneroso

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DOS JUROS DO MOSTEIRO: SÉCULO XVIII							
Datas	Juros (em réis)						Totais
	Almoxarifado de Évora	Alfândega de Lisboa	Estanco do tabaco	Dos Padres Loios	Particulares		
1703	80840	49000	10000	66000	112800	318640	
1741	80840	5000	10000			95840	
1752	80840	49000	10000	66000	202216	408056	
1771	80800	5000	10000			95800	
Totais	323320	108000	40000	132000	315016		

QUADRO 4

		Rendimento dos Mosteiros e Conventos de Évora e localidades limítrofes em 1860																										
	Religiosas pode tem	Rendimento em dinheiro	Trigo		Centeio		Milho		Pão		Cevada		Azeite		Queijos		Bolotas		Porcos		Carneiros		Galinhas		Perus		Divida passiva	
			moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.	moios	alq.
Calvário	26	432 000												60													400 000	
S <sup>a</sup> Clara	72	678 840	99	52.3/4	3	15.3/4						18	25.1/4	68.1/2													4 800 000	
S <sup>a</sup> Cat <sup>a</sup> de Sena	67	487 008	28	19		28						12	31	63													4 027 078	
Menino Jesus	60	875 716	38	6								16	58	28													893 720	
Salvador	50	1 148 100	23	30	1							6	50	146													1 750 000	
S. José	21	965 523	8		1	30		9				3	30												23	1	2 360 000	
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Paraiso	62	972 379			8	50			44	29		8	50	72													10 161 271	
<b>S. Bento de Cástris</b>	<b>75</b>	<b>735 000</b>	<b>54</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>23</b>						<b>5</b>	<b>23</b>													<b>7 560 000</b>		
S. João Penit. (Estremoz)	40	835 340	19	46								4	28.1/2	120													11 234 640	
Jesus dos Jerón. (Viana)	50	576 684	42	42.1/4	4	39.1/4						12	22.3/4	300													1 216 619	
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Saudação (Montm)	62	562 746												100													12 000 000	

Fonte : Mss. 255 n<sup>o</sup> 40

Biblioteca Nacional de Lisboa

### II.3. As obras do século XVI

As vastas obras do século XVI iniciaram-se no reinado de D. Manuel, tendo prosseguido nos reinados seguintes toda uma renovação arquitectónica renascentista que ficou bem expressa em S. Bento de Cástris. As rendas dos mosteiros de monges bernardos foram inquiridas por D. Manuel, reflectindo-se, porque muito poucas, nas frágeis construções dos mosteiros - presença exclusiva de *saybro* e *ripa* - , urgindo uma intervenção planeada. S. Bento de Cástris não foi excepção, e as intervenções posteriores acabaram sempre por reflectir a opulência económica do mosteiro.

Por alvará de D. Manuel, de 4 de Dezembro de 1520, é confirmado o contrato celebrado entre Estêvão Lourenço, pedreiro, e o amo ( Bartolomeu de Paiva) do Príncipe, por mandado do rei, acerca das duas quadras do Claustro do mosteiro de S. Bento de Cástris, a construir de acordo com as outras duas que já estavam construídas -alas sul e oriente-; o contrato foi celebrado em 29 de Dezembro de 1520, tendo sido o seu conteúdo já publicado por Sousa Viterbo<sup>(1)</sup>, e do qual analisámos o microfilme existente na Torre do Tombo.

Curiosa é a terminologia empregue, e pelo documento podemos saber como era a cobertura original do claustro de Cástris, uma vez que a que hoje existe é resultado de intervenções nos séculos sucedâneos, em especial o XVIII e o XX.

Analisemos em pormenor a intervenção melhor documentada que temos, a de Estêvão Lourenço, em 1520. Técnica e, nas fundações temos o uso de alicerces de alvenaria para sustentação dos pegões, até ao nível do chão, sendo depois de pedraria.

As colunas a realizar estavam também sujeitas a algumas medidas de carácter técnico-decorativo: as bases, fustes e capitéis respeitariam os anteriores, havendo que observar a segurança oferecida pelo simples poial que existia: se estava forte e seguro para suportar as colunas, e, se necessário, repará-lo e refundá-lo, reparando, limpando e chanfrando as lages existentes à maneira das outras.

Houve, segundo o documento, significativa intervenção de Estêvão Lourenço nas colunas existentes: foram lavradas e limpas, de maneira a parecerem novas, sendo escolhidas as melhores e maiores bases e capitéis, de maneira a serem lavrados para ficarem conformes aos novos, reconhecendo porém o documento que eles eram " de outro lavramento", e na falta de alguns seriam colocados nos anteriores lanços capitéis recentes.

Quanto ao sistema de cobertura e materiais usados, as duas quadras já existentes apresentavam cobertura de madeira, assentando sobre as colunas, sendo na altura homogeneizado todo o sistema de cobertura como a seguir descrevemos:

- sistema de abóbadas de cruzeiro, de tijolo chanfrado e alvenaria, tendo o número de capelas correspondente ao número de abóbadas, tal como acontecia nos outros lanços;

- as abóbadas assentavam em "pegões" de pedraria, com três palmos de sacada e cinco palmos fora da parede, do lado de dentro do claustro; de pilar a pilar haveria dois archetes das dimensões dos existentes nos outros lanços, com os "chebretes" correspondentes do lado da crasta.

Do lado dos pegões havia "buees" de tijolo da grossura das colunas, apresentando meias bases e meios capitéis.

As abóbadas seriam telhadas, de acordo com as outras, que na ocasião foram inspecionadas; antes da telha, seriam entulhadas e postas a escorrer para o lado do pátio.

Finalmente, as regras que geriam os acabamentos: toda a obra seria guarnecida e "apincelada", a pedraria muito bem cintada, de molde a garantir a segurança que a anterior apresentava, tal como a beleza: pedra bem lavrada e limpa.

A obra teria que estar pronta em Junho de 1521, como firmava o contrato.

Outro documento localizámos, datado de 1 de Janeiro de 1521. Trata-se de um Alvará do mesmo monarca, em que é nomeado Gonçalo Nunes, escudeiro da Casa Real como vedor da obra do mosteiro de S. Bento.

Apresentamos, em planta no Anexo 2, a zona hipotética da intervenção de Estêvão Lourenço.

Esta intervenção localizou-se, porém, apenas e de acordo com o contrato, no Claustro; desta forma, o mosteiro cerca de dez anos depois é-nos descrito ainda, por Claude de Bronseval <sup>(2)</sup> como sendo pequeno, com poucos edifícios, ocupando pouco espaço na sua extensão, "(...) *vale collectum ad modum castelluli, cuius edificia omnia clausuram faciunt exteriorem (...)*" <sup>(3)</sup>; lembrando um castelo, fechar-se-ia ainda sobre si mesmo, constituindo pela seu sistema construtivo uma auto-clausura. Citam-se algumas partes do mosteiro, como a Sala do Capítulo, a Igreja, a Sacristia (localizada junto à entrada da Igreja, e dividida em duas partes- uma delas com chaminé). Todas as monjas tinham os seus quartos particulares, dispostos à volta do pequeno e belo claustro. Cita-se também o Armório (local onde o Santíssimo Sacramento era colocado, um armário escavado na parede do santuário, segundo os costumes cistercienses, apenas alterados em 1601, passando a colocar-se atrás ou debaixo do altar), e uma sala que teria funções de Enfermaria, embora não fosse a que hoje identificamos como tal.

Se um pouco antes da visita, a igreja, em finais do século XV, tinha sofrido algumas alterações até no sentido da conservação, conclui-se que grande parte do

conjunto foi construído após a passagem de Dom Edme de Saulieu; se todos os mosteiros masculinos demonstravam degradação e necessidade de intervenção, o de Cástris, de entre os femininos, terá sido aquele de que o Abade menos gostou, mas que após a Visita não ficaria no esquecimento, até porque entrara num período de reforma. Há que enquadrar esta Visita com a ocorrência breves anos depois da Congregação Autónoma de Alcobaça, entre 1564 e 1570, e só ao território português respeitante, que, se significou o encerramento de alguns mosteiros, para outros foi a renovação e a conjuntura propiciadoras do surgir de obras, caso do mosteiro que estudamos. Será sobretudo com as abadessas trienais, a partir de 1596, que os edifícios foram melhorados e alargados.

Foi a época manuelina época de grande intervenção no edifício, tal como a da época renascença; a grande sala que preenche toda a ala oriental, e que é paralela à que contém a Sala do Capítulo, tal como a Enfermaria e a sala paralela à portaria são construções coevas - onde o uso de colunas toscanas frisa bem a época renascentista - e que seriam ajuntamentos ao edifício inicial.

Na ala sul, a ábside da Igreja estaria saliente, acompanhada a sul pela sacristia (que estaria próxima da entrada da Igreja, e de molde a que a clausura não fosse quebrada, quando os capelães celebravam eucaristia); apenas as duas salas que, a seguir à Igreja, dão para o Claustro existiriam antes da intervenção do século XVI. A primeira delas, ao fundo da nave, faria parte do Coro das religiosas antes das alterações manuelinas, sendo de fácil acesso para o Claustro - disposição clássica dos mosteiros cistercienses femininos.

Da ala poente, muito alterada no século XX, quase integralmente no seu exterior para adaptação a novas funções, apenas a cozinha e copa se mantêm no local original e o seu interior, que finaliza a galeria poente do Claustro.

Na ala norte, a passagem ligando o claustro ao jardim e o corredor da enfermaria - disposição cisterciense clássica. O Refeitório original seria mais longo, e o espaço construído a seguir a ele - Enfermaria - são do século XVI.

(1) Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, vol. 2, Lisboa. Imprensa Nacional. 1899, 1904 e 1923, pp. 82/84.

(2) Frère Claude de Bronseval e Edme de Saulieu, *Peregrinatio Hispanica*, Presses Universitaires de France, Paris. 1970, Tome I, pp.418-455

(3) Op. Cit., pg. 418.

#### II.4. Intervenções Posteriores

As intervenções no século XVII no mosteiro fizeram-se sentir sobretudo nos pisos superiores do mosteiro. No primeiro piso: construção dos dormitórios paralelos - das monjas e conversas - , com celas individuais, de paredes e tecto de masseira, onde existia também longa varanda de madeira, com balcões e balaústres de madeira que acompanhava as celas ao nível das cimalthas, com clarabóias, para permitir eficaz controle por parte da monja vigilante; construção do primeiro piso da Enfermaria, encimado com altar de alvenaria, estucado e escaiolado, acompanhado lateralmente por pintura a têmpera; na galeria do claustro deste piso, obras nas coberturas e ao nível das decorações: a capela ao lado da actual Biblioteca - azulejos e esgrafitos -, e pinturas murais, de que restam escassos vestígios. No piso acima, junto da Torre, a presença da estética barroca - frontões, volutas, decoração dos azulejos - no campanário menor.

As intervenções deste século, no rés-do-chão, localizam-se ao nível decorativo e não estrutural - pintura mural e azulejos no Refeitório, intervenção barroca na cobertura do Coro sobre estrutura quinhentista, e ainda, na nova Sala do Capítulo, a ocupação dos dois primeiros tramos, com uma capela, de traça seiscentista, com pinturas murais, e um altar contíguo, sem vestígios actualmente, em que a talha era o essencial elemento decorativo.

Já no pátio, é do século XVII a actual entrada no mosteiro - frontão triangular, pináculos de granito, armorial de S. Bernardo em mármore -, o portal da Igreja, muito simples, de mármore, a abertura para o pomar, tal como algumas intervenções provadas durante as obras a partir de 1937, que puseram a descoberto pilares de granito e uma escada de ligação para o pomar frequentado pelos padres capelão e feitor, hoje facilmente localizáveis.

As obras deste século provam a actividade no sentido do alargamento e melhoramento das instalações do mosteiro após a criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça, conhecendo os outros mosteiros fenómeno semelhante; em Cástris, foi apenas uma relação que se acentuou.<sup>(1)</sup>

É o século XVIII o século da profusão dos azulejos e da abundância da talha, que neste mosteiro se reflectem nos azulejos da nave da Igreja, no uso da talha e no retábulo da capela-mór; também desta época, o restauro da capela da Sr<sup>a</sup> do Rosário, intervenções na zona da portaria sobretudo ao nível dos revestimentos, renovação das espadanas dos sinos,<sup>(2)</sup> alguns móveis - como a cadeira que ainda subsiste no



Refeitório - e o portal que se abre para a cerca, tal como alguns melhoramentos ao nível da zona da capelania.

Para o século XVIII, encontramos referência a algumas intervenções em códices locais <sup>(3)</sup>; determina-se, por Visita ao mosteiro relatada neste mesmo Códice, em 1771, que o mosteiro além de ter Livros para gastos ordinários e gastos extraordinários, crie um especial para Obras. Parte desse Códice é apresentado no Apendice Documental, Documento 8, nos fólios de maior interesse para o surgir de novos espaços e funções. Nessa mesma parte do trabalho apresentamos documento comprovativo das obras em finais desse mesmo século, em 1790, no Documento 6. O mosteiro conheceu algumas intervenções, que nos dão interessante imagem sobre o conjunto construído; são focadas no documento as mais urgentes obras - como a reedificação das casas altas que se localizavam por cima da Enfermaria (relacionemos com o terramoto de 1755), o reparo da atafona, estábulos ( casa dos bois) e casa dos criados. Repare-se no uso da cal e da areia, para preparação de argamassas e no uso das madeiras ( coberturas); na altura foi o refeitório ladrilhado, bem como todo o claustro sobre argamassa de cal e areia, e o passadiço emmadeirado - sendo estas obras para melhor conservação das instalações. Frisemos o cuidado na conservação do espaço, uma vez que se programavam ainda intervenções anuais nos telhados e algum outro reparo que urgisse, intervenções estas sempre baseadas em opiniões práticas- de pedreiros e carpinteiros.

Terá sido por altura destes reparos que o mosteiro é apresentado nestes termos: " (...) *Não he edificio sumptuozo; mas tem toda a commodidade para as Relligiosas que o habitão: huma Igreja aceada, e decente, dois Coros, Sancristia, Capitulo, Refeitório, Botica, Celleiros, e tidas as mais precizas, bem reparadas e proporcionadas à grandeza do mosteiro. Tem hum quadro grande, e desafogado, em que ha setenta e tres cellas, bem reparadas e novamente concertadas(...)*. "<sup>(4)</sup>.

No primeiro quartel do século XIX - 1820 e 1821, sendo abadessa D. Quitéria Mariana- , após a passagem dos franceses que muito afectaria o conjunto, são testemunhadas obras no mosteiro; assim, em 1820, declara-se o mosteiro como bastante arruinado, necessitando de doze mil cruzados para obras de reparo e de quatrocentos a quinhentos cruzados para a sua conservação anual, só assim podendo albergar 48 religiosas, como determinado superiormente ( na altura, tinha 37); em 1821 são declarados como necessários 2.000.000 de réis para reparos e 200 mil para obras de conservação. Em 1825, é reconstruída a galeria oriental do Claustro, intervenção da responsabilidade da então abadessa Mariana Escolástica.

Em 1857, é relatada a situação do mosteiro <sup>(5)</sup>, de que apresentamos uma elucidativa frase: "(...) o Edifício é grande e bello, o seu estado material é ótimo, e permite muita duração(...)".

A 14 de Setembro de 1887<sup>(6)</sup>, a Comissão da Cadeia Distrital através do Governo Civil da cidade solicita ao Governo a concessão do mosteiro e suas dependências, não compreendendo os terrenos não murados, para a nova cadeia; é evocada a proximidade da cidade, e a idade avançada da freira, sendo até solicitada autorização para proceder aos estudos para essa adaptação. Treze dias depois, a 2ª Repartição da Direcção Geral dos Próprios Nacionais responde pela negativa, uma vez que o mosteiro não havia sido ainda suprimido, e quando o fosse os seus bens deveriam ser aplicados, de acordo com o artigo 11 da Lei de 4 de Abril de 1861, à manutenção de outros estabelecimentos de piedade ou instrução e à sustentação do culto e clero. Esta hipotética ocupação do espaço é assim recusada.

Desde 23 de Dezembro de 1891<sup>(7)</sup>, por Despacho do Ministério das Obras Públicas de 28/11/91 - após a morte da última freira, a 18 de Abril de 1890 - , Ministério que era então proprietário do edifício, se declara que o edifício é propriedade da Oitava Região Agronómica de Évora, na pessoa do seu agrónomo chefe; desta forma, um requerimento dirigido ao Ministério, datando de 1910, para aquisição em hasta pública de terreno inaproveitado perto do mosteiro, que dava acesso a propriedade particular - Quinta da Caldeirinha - , não obtém resposta.

No século XX, conheceram alguns espaços do mosteiro propostas para novas funções; destacamos uma, vinda da própria Estação Eborense de Fomento Agrícola, quando solicita a cedência, em 28 de Julho de 1904, da Igreja para celeiro<sup>(8)</sup>; as Finanças de Évora negam, dando conhecimento ao Conselheiro Director Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais<sup>(9)</sup>.

Desde 1941, o edifício pertence à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos; porém, as intervenções por este organismo começaram em 1937, estendendo-se por mais de meio século. Várias foram as obras, como de conservação e restauro, mas as mais significativas foram as de adaptação do edifício para novas instalações da Casa Pia de Évora. Estas obras de adaptação afectaram a estrutura, espaços e funções do edifício, tornando-se hoje quase um desafio encontrar referências ancestrais in situ.

Frisemos também que no início destas campanhas de obras o edifício se encontrava em estado de ruína, particularmente na zona do Claustro: coberturas e pavimentos completamente deteriorados, como constatamos nas fotografias a isso respeitantes do Anexo fotográfico. É oportuno salientar aqui o uso da documentação existente na Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul, que nos foi facultada sempre que solicitada, e sem a qual não era possível datar com a precisão

apresentada a seguir essas intervenções e ainda concluir da importância dessas intervenções para o actual estado do edifício; só com a consulta desta documentação foi possível obter informações tão precisas - por exemplo, composição das argamassas - , que procurámos analisar neste Capítulo e mais pormenorizadamente em todo o Capítulo III.

Podemos agrupar essas intervenções, cronologicamente, da seguinte forma:

a) Obras entre 1937 e 1950

- obras de consolidação e restauro, com demolição e reconstrução das abóbadas do Claustro, passando-se o mesmo processo em outras coberturas;
- pavimentações;
- obras de carpintaria, acabamentos, ferragens.

b) Obras entre 1950 e 1955

- obras de adaptação e aproveitamento imediato para secção masculina da Casa Pia;
- reparação e conservação da Igreja;
- obras de canalização e esgotos, abastecimento de água;
- construção das salas de aula do 2.º pavimento;
- máquinas , ferramentas e mobiliário para as oficinas.

c) Obras entre 1955 e 1960

- continuação de construção das aulas do 2º pavimento;
- acabamentos na Igreja e arranjos no Claustro;
- restauros na Igreja e Torre;
- obras na ala agrícola : fossa anti-séptica, posto de inseminação; lambris de azulejos na vacaria;
- conservação dos telhados das oficinas;
- construção de muro de suporte junto ao convento.

d) Obras entre 1960 e 1980

- conservação e reconstrução de telhados, rebocos, portas e caixilhos, havendo reparação dos telhados de várias zonas do Claustro, dormitórios e Sacristia, compreendendo a substituição de telhas partidas, fixação de telhas desligadas e limpeza de ervas; reparações na caleira do telhado da Sacristia (arranque de ervas), com limpeza e isolamento com produto betuminoso; reparação dos tectos de estuque da galeria do segundo piso do Claustro;
- beneficiação dos dormitórios;

- reparações nas instalações sanitárias.

e) Obras depois de 1980

- reparação de instalações eléctricas, dos telhados, das portas e caixilhos, dos pavimentos;

- reconstrução do muro da vedação, com alvenaria hidráulica em elevação, com dois paramentos vistos, empregando pedra rija da região e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4;

- caiações e pinturas: pintura com três demãos de tinta de óleo em portas, caixilhos, no refeitório e sala das colunas do primeiro piso; pintura com tinta de água branca em paredes e abóbadas do refeitório e anexos; caiação com três demãos de cal em paredes, tectos e abóbadas na sala das colunas do primeiro piso;

- substituições de estruturas do telhado em madeira, limpeza e rectificação de remates no telhado; substituição de parte do tecto por caixotões de madeira; substituição de almofadas e couceiros; reparação dos tectos de estuque das galerias do segundo piso do Claustro;

- arranjo de paredes salitrosas;

- demolição de paredes;

- remoção de azulejos, reparação no algeroz; reparação de portas;

- limpeza de telhados, com arranque de ervas, limpeza de caleiras, gárgulas e algerozes, fixação de telhas desligadas e substituição das partidas.

Como adiante referiremos, e como as fotografias documentam, exige o edifício actualmente novas intervenções, orientadas e que não destruam, de forma anárquica e sem observar as regras e normas a que o edifício está sujeito, o que ainda resta do seu espólio arquitectónico e mesmo arqueológico - parte aliás inexplorada, numa zona estratégica decisiva no percurso das diversas civilizações que ocuparam a cidade e os seus espaços limítrofes.

(1) "(...) Ao período de esforços bem empenhados mas fragmentários, que foi o século XVI, sucedeu a concepção e realização de um plano geral, denso e prolongado, que deixou as suas marcas em todos edifícios da família monástica. Em vez de benefícios singulares, limitados aos conventos momentaneamente privilegiados, por qualquer razão fortuita, o século XVII - o século por excelência dos nossos modernos cistercienses - assistiu à completa e minuciosa tarefa de revigoração que ainda hoje nos impressiona.(...) Enquanto para o século XVI reverteria o esforço essencialmente construtivo, para o seguinte ficaria o pendor pela decoração nas suas técnicas mais em voga. Nenhuma nova fundação se veio acrescentar ao património e as obras de vulto para beneficiar as existentes foram escassas.(...)" Artur Nobre de Gusmão, *Os Mosteiros de Cister na época Moderna*, pp. 9 a 12.

(2) "(...) Ha doze annos, quando olhei para a torre do extinto mosteiro de S. Bento, a dois kilometros de Évora, vi um sino, que, apesar de ser do feitio dos outros sinos, fez-me bater o coração! Não foi sem custo que consegui approximar-me d'elle. Então, fiquei maravilhado: era um sino gothico, de bello e delicado lavor, que a distancia a que o havia visto não deixou apreciar. Que longa história esse formato bronze não nos poderia contar! Quasi cinco séculos estavam ali representados, como o attestava a data, nitidamente revelada!(...) Mil e CCCXXIX. Mais haveria que estudar, se não tivesse sido surpreendido e não temesse chamar a atenção para tão extraordinária reliquia. Desci, com a idéia de voltar, o que não pude fazer até hoje. O mosteiro de S. Bento, de freiras de S. Bernardo, foi fundado em 1196, e deve ter sido terminado no tempo de D. João II, época posterior à fundição do sino - o mais bello que tenho visto. Embora da fabrica não restem vestigios gothicos que se imponham a uma rápida visita, é de crêr que existem, tanto d'este, como do período românico, em que o convento foi fundado. Recommendo a algum curioso, que viva mais perto do mosteiro de S. Bento, este exemplar, que é digno de ser estudado em todos os seus pormenores - não vá o bicho derretê-lo, ou cosa por el estilo. Por conseguinte, peço a quem mais directamente competir, vigilância sobre este documento, que representa um valor muito mais alto para a história da arte, que para reduzir a moeda corrente. É tempo de acabar com o actual desleixo. Os que nos succedem, têm o direito de vêr dentro do seu proprio paiz alguma coisa de bello e de estimável do que possuimos. Perto do sino, objecto desta descrição, ha ainda um outro, datado de 1753.(...)" José Queiroz, *Da minha Terra - Figyras gradas. Impressões de Arte*. Ulmeiro, Lisboa, 1989, pp. 115 a 117.

(3) Biblioteca Pública de Évora, Códice CXXXI/2-22: *Livro das Visitas ao Real Mosteiro de S. Bento de Castrix que principia a servir no triennio do R.º P. M. Dr. Fr. António Caldeira*, que tem início em 1763 finalizando a 26 de Maio de 1832.

(4) Códice 1493, nº 1 ,E. 3-22 da Biblioteca Nacional de Lisboa; também em microfilme 1262, fl. 22,23,30 e 31. O mesmo códice acrescenta, e com interesse para o nosso estudo o seguinte: "Não consta o número primitivo de Relligiosas, e só se sabe que herão antigamente entê o tempo da Geral prohibição das aceitações, setenta; prezentemente, he o seu número de 48, e se acha completo. Consiste o seu rendimento, em Juros Reaes, Foros, Herdades e algumas fazendas proprias, tudo na mesma Provincia e circumvezinhança do mesmo Mosteiro e dinheiro que tem à rezão de Juros; que tudo bem calculado virá a fazer o total de 4 contos 550 mil réis. Não tem dívidas passivas. Devem ao Mosteiro a rezão de Juros de três e mais por cento, 3:800\$000. Deve-lhe o Mosteiro de Odivellas, sem juros, 1:860\$000. Não recebe Ordinárias algumas, nem as paga. Tem obrigação de dois legados de Missas, que satisfaz pelas suas rendas, e são por todas 56, e não tem mais Capella, nem obrigaçãõ alguma particular. Alem disto despendem ordenados, sustento das Relligiosas, demandas, jornadas, Esmolas, ornamentos sagrados, cera e mais couzas precisas, por tudo 1:200\$000. Rezumo: Rendimento total: 4550\$000 . Despeza certa: 1:200\$000. Excesso, para vestiduria, e sustento das Relligiosas, e reparos do Mosteiro: 3:350\$000". Repare-se nesta última alínea, onde seria grande a percentagem do rendimento dedicada aos reparos do mosteiro.

(5) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IV/1/22/101: descrição do edifício, tendo um grande pátio quadrilongo, onde existia um hospício em que habitavam o Confessor e o Capelão, e que tinha 11 casa altas e 4 baixas, um armazém para azeite, com talhas de lata e de barro; 5 casa para criados, grande cavalariça, palheiro, alagariça, chafariz na frente da porta de entrada, portaria do convento, com 4 grades de ambos os lados; no pavimento térreo, o Claustro, grande e belo, com uma capela, no meio um jardim, ao lado direito a Sacristia e o Coro de baixo, esteirado com esteira de palhinhas, com cadeiras fixas de madeira de fora; casa de despejo, um celeiro, e uma grande cerca toda murada com um muro de dezoito palmos de altura e 3 de largo, composta por grande olival, vinha, terra de semear, pomar, capela e pequena casa da cerqueira; junto à cerca, a horta, com nora, tanque, criando hortaliças e frutos. No primeiro andar, claustro, casa de grade, Coro de cima com cadeiras fixas de bela madeira.; lado nascente, grande terraço, e das outras três partes cinquenta e tantas casas onde habitavam as madres. Teria dois dormitórios, cozinha, Casa do Mirante, torre com 3 sinos e várias sinetas.

Da mesma altura, a referência, na mesma fonte, ao lagar de azeite, sito nas terras das religiosas, composto por: 4 cuxias com tulhas de ambas as partes; grande casa com moinho de quatro pedras; uma casa igual com duas varas para espremer a azeitona; pequeno armazém para azeite, poço e pequeno tanque ao lado da porta do lagar. Referenciam-se ainda as terras à volta do mosteiro, que continham 3 moradas de casa, 2 das quais habitadas por servos da casa e uma cabana para bois.

(6) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IV/1/22(53).

(7) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IV/1/22(7).

(8) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IV/1/22(2) : "*(...) solicitamos que a esta estação seja cedida a caza que serviu d'egreja do extinto convento de S. Bento de Castris, pois que só com muita difficuldade posso limpar e armazenar o producto das colheitas, por me faltar uma caza que tenha amplithude necessaria para celeiro ao que a referida egreja satisfaria por completo, achando-se a mesma egreja já despojada de todos os objectos de culto religioso(...)*".

(9) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, IV/1/22(2) : "*(...) Cumpre-me declarar que a egreja do supprimido convento de S. Bento de Castris com quanto não seja um magestoso templo é todavia de solida construcção e de regular architectura encontrando-se ainda em muito bom estado de conservacção, que necessariamente a continuar ao abandono aque tem estado votada, se ressentirá bastante, vindo a época mais ou menos distante a deterioracção até chegar à ruina, que vulgarmente nestes edificios principia pela falta de limpeza dos telhados, dando origem a infiltrações que começam a deteriorar os madeiramentos, seguindo-se-lhe depois a humidade à parte da alvenaria, etc. Actualmente na referida egreja só existe a capella mor em talha dourada e em perfeito estado de conservacção e bem assim outras capellas lateraes mas de mais simples construcção. A capella mor é dividida da egreja por uma grade em pedra mármore, em columnas muito bem trabalhadas, e a dita egreja é toda guarnecida em volta de painéis de azulejo, representando diversos assumptos religiosos(...)*".

## II.5. Ensaio Cronológico das Obras entre os séculos XIV e XIX

Pretendemos explicitar com a planta número quatro a evolução do espaço - e respectivas funções - do mosteiro, a partir do existente e dos vestígios anteriores.

O nosso ensaio abrangeu apenas o primeiro piso, por duas razões fundamentais: uma, porque de facto é aquele que revela um maior hibridismo nas construções, podendo ser abrangidas mais épocas do ponto de vista construtivo; a outra, porque foi aquele em que, de facto, à excepção da ala poente, foi o piso que menos intervenções - no presente século - teve, e, quando elas ocorreram houve um esforço no sentido da conservação da traça original ou mesmo do aproveitamento do material original, como sugere a documentação existente nas Direcções Geral e Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais, em particular o material fotográfico. Parece-nos oportuna a referência na tentativa de recolher material fotográfico o mais antigo possível, em especial fotografias antes das intervenções a partir de 1937; fica esta preocupação demonstrada no Anexo fotográfico apresentado.

Para explicitação da planta, e da respectiva legenda, observamos o seguinte:

a) a vermelho contínuo, surgem-nos os vestígios góticos - século XIV - : vestígios da primitiva igreja, sala capitular, portas góticas nos lanços norte, sul e nascente. Desta cor surgiriam ainda os vestígios góticos do Coro de Cima.

b) a verde contínuo, a hipotética configuração, respeitando o formulário cisterciense, do primitivo mosteiro, e que conheceram intervenções - estruturais e decorativas - no século XVI; este traçado primitivo, com as respectivas funções, corresponde à planta número 5, apresentada acerca da hipotética configuração do mosteiro no primeiro quartel do século XIV.

c) A azul claro, traço contínuo, os lanços iniciais do Claustro, que se prolongaria um pouco na ala sul acompanhando a Igreja, e que se conservavam ainda antes das intervenções de Estêvão Lourenço.

d) A azul escuro traço contínuo, as intervenções estruturais do século XVI: aumento do Claustro - antes simples poial -, nova Sala do Capítulo, construção da Enfermaria e salas anexas, reformulação estrutural da Igreja, Sacristia e construção do Coro de baixo. A azul traço e ponto, temos o hipotético prolongamento das intervenções estruturais do século XVI.

e) A azul escuro tracejado, na ala poente exterior e que sofreu total alteração, o hipotético prolongamento das intervenções estruturais do século XVI.

f) A lilás, as intervenções dos séculos XVII e XVIII: 1605, pintura mural no Refeitório, 1640 decoração barroca no Coro de baixo, 1654, azulejos no Refeitório.

Acrescentaríamos ainda, embora fora da Planta apresentada, em 1687 novas obras no Claustro, 1.º piso, com as pinturas ao longo das alas, a capela cronografada com decoração esgráfica, construção dos Dormitórios paralelos, também no 1.º piso, tal como o aumento, em 1697, do corpo alto da Enfermaria. No século XVII verificaram-se ainda intervenções no portal de Igreja, nas dependências dos Padres Feitor, Confessor e Capelão ( com escada privativa de acesso à sua horta) , em 1617 a abertura da comunicação do pátio com a horta e em 1636 a construção do frontão da entrada.

No século XVIII, assinalamos os azulejos da nave da Igreja, as talhas, o retábulo da capela-mór também em talha, azulejos junto à portaria e também as coberturas em madeira, restauro da capela no ângulo sul/nascente, à maneira rococó. Desta época é também, de 1757, a abertura do pátio que comunicava com a cerca, hoje entaipada.

g) a amarelo, intervenções no lanço nascente do Claustro, que ruiu, no primeiro quartel do século XIX. Obras de inícios deste século são também a fonte e capela da cerca, tal como o poço de alvenaria, com cúpula, no quintal da lavagem.

Desta forma, constatamos em S. Bento de Cástris um evoluir do edifício sobretudo em termos de espaço ocupado: o mosteiro cresceu, de um núcleo central inicial irradiou para alas paralelas ou para pisos superiores, demonstrando o crescimento da população monástica e o seu bem-estar económico - fruto do alargamento dos seus bens, da intervenção régia e de algum mecenato local, à maneira renascentista e também a uma longa acção reformista , em pleno século XVI, por parte da Abadessa D. Violante de Sousa, que após a passagem de D. Edme de Saulieu, veio de Odivelas ocupando o referido cargo durante vinte e oito anos, até 1580; a Igreja e instalações anexas acompanharam este crescimento estrutural, ocorrido nos séculos XVI e XVII, tentando as posteriores Abadessas, trienais ( a primeira das quais D. Maria de Almeida, em 1 de Maio de 1586) desde meados do século XVI, marcar a sua presença por intervenções decorativas pontuais.

A contextualização político-religiosa local e nacional não pode ser esquecida no evoluir do espaço do mosteiro, quer espaço edificado quer espaço fundiário. Os mosteiros cistercienses, masculinos, são associados a uma missão de cristianização que desempenharam na Europa até cerca de 1200, e que terá correspondido ao seu período áureo, ligados a zonas de fronteira religiosa; sendo a região de Évora uma zona de constantes conflitos político-religiosos, logo zona de decisiva importância na conquista da zona Sul do Tejo para os cristãos, os mais antigos mosteiros da cidade teriam que desempenhar papel fulcral. Desde o seu início que o historial de S. Bento de Cástris a isso está associado, mas num tempo histórico que se prolongou: é a tomada da cidade



pelos cristãos a partir da Torre de S. Bento - ponto estratégico, integrada na cerca do mosteiro; são as preocupações do alargamento do espaço fundiário, a partir da zona circundante do mosteiro, da sua organização sistemática e racional e de uma boa gestão dos recursos, à maneira cisterciense, das primeiras abadessas, a que se sucedem, a partir de inícios do século XIV, mais estável religiosamente, preocupações de cariz estético e arquitectónico, que, com maior ou menor intensidade, também de acordo com o contexto político-económico, se viriam a prolongar.

## II.6. Mestres de Obras

Como primeira referência, tardia, temos Pero Fernandes, designado como pedreiro e mestre de obras, em documento do mosteiro de 27 de Setembro de 1392<sup>(1)</sup>. É citado enquanto testemunha da doação da herdade de Alcorovisca ao mosteiro, que decorreu nas suas instalações, e daí a sua relação a S. Bento e às recentes intervenções; frisemos também a importância que a actividade tinha para a época.

Já no século XVI, Estêvão Lourenço, com a documentada intervenção no Claustro desenvolvida em II.3.

Referência também a José Vicente, pedreiro e Mestre da Casa há vários anos, que em 1814 surge num acto de avaliação da casa de uma religiosa, no mosteiro.

(1) Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de S. Bento, doc. 16.

### **III. Materiais e Técnicas de Construção**

#### **III. 1. Caracterização Construtiva Actual**

Antes de passarmos à sua caracterização, convém assinalar a alteração de funções do edifício, a partir de meados do presente século, alterando completamente os seus espaços.

A compreensão do edifício e da sua estrutura, tal como hoje se nos apresenta - fundações, paredes resistentes e de compartimentação, coberturas, acabamentos - só é possível com a explicitação das diversas obras efectuadas a partir de 1937; de facto, encontrando-se, nessa altura, na sua quase totalidade à beira da ruína, a análise dos materiais e técnicas usados torna-se imprescindível, constituindo hoje, passado que é mais de meio século, um autêntico "documento histórico" para os arquitectos dos nossos dias - devendo mesmo ser tido como referência obrigatória para futuras intervenções no edifício. Assim sendo, pareceu-nos fulcral a consulta do material - documentação escrita, desenhos e fotografias - existente na Torre do Salvador, em Évora ( Direcção Regional de Monumentos do Sul ) e que serviu de base para a caracterização construtiva actual de S. Bento de Cástris.

Para adaptação do edifício às suas novas funções, o que compreendia obras na cozinha e anexos, refeitório para 200 alunos, refeitório para pessoal, oficinas internas de tipografia, encadernação, alfaitaria e sapataria, oficinas externas de padaria, serralharia (30 alunos) e carpintaria (30 alunos), aulas internas de moral, duas salas para instrução primária (45 alunos cada), duas salas para aulas de curso complementar (30 alunos cada), sala de desenho (30 alunos) e sala música, dormitórios para alunos e para o pessoal, rouparia, serviços de saúde, serviços de secretaria.

A distribuição foi esta:

Rés-do-Chão, em torno do Claustro - ginásio, oficinas interiores, gabinete do padre Director - próximo à capela da Senhora do Rosário -, sala de aula de moral, portaria, átrio, vestíbulo, secretaria e sala de visitas, secção de higiene de roupas, cozinha, copa, refeitórios para 200 alunos e 30 empregados, com instalações sanitárias privativas, arrecadação e instalações sanitárias gerais.

Primeiro piso - salas para aulas do curso complementar, sala de tratamentos, gabinete de enfermeiro e quartos para doentes; uma aula de instrução primária; divisão em secções dos antigos dormitórios para distribuição pelos 170 alunos, com instalações sanitárias.

Segundo piso - Dormitórios para o pessoal com instalações sanitárias; rouparia; salas de aula de desenho, de música e uma de instrução primária;

No exterior, a Casa do Director - antiga zona da capelania -, depósitos para economato e despensa, casa das máquinas da lavandaria, oficinas exteriores, barracão para alojar as vacas existentes.

Para estas adaptações, conheceu o edifício, então em estado ruinoso, obras de vulto.

Gostaríamos de apontar significativas demolições, que nos auxiliam na percepção dos espaços anteriores:

- demolição de paredes de alvenaria na entrada e de paredes nas alas Norte e Poente, devido ao seu estado de ruína;
- demolições em anexos e depêndencias do Claustro;
- demolição de panos de tijolo de duas salas do rés-do-chão, e, na ala poente, de paredes de alvenaria e de paredes divisórias;
- demolição de alvenaria na Igreja - e posterior construção de alvenaria em tapamento de vãos- e em vários locais do convento, compreendendo regularização dos enchalços;
- demolição, no primeiro piso, de telhados e de alvenaria para abertura de vãos
- para obtenção das salas de aula;
- demolição de alvenaria no Refeitório (novo), cerca e nos dois pisos;
- demolição de telhados provisórios existentes - nas oficinas;
- demolição de pavimentos, paredes e tectos em ruína na Torre e salas anexas.

### **III.1.1. Fundações**

Nas obras executadas no século XVI, assinalámos a técnica construtiva do mestre de obras para as fundações: uso de alicerces de alvenaria para sustentar os pilares, até ao nível do solo - prosseguindo depois em pedraria.

Apenas passados quatro séculos nos surgem informações sobre as fundações; em 1952, houve recalçamento de fundações, no rés-do-chão, junto à cozinha, envolvendo também a escavação e remoção de terras. Três anos depois, tivemos a construção de fundações em alvenaria hidráulica, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3, junto à cozinha, implicando desaterros, construção de paredes e valeta calcetada com pedra rija da região; a parede exterior acima do nível do terreno foi rebocada com produto impermeabilizante, tipo "melitol".

### III.1.2. Pavimentos

No Rés-do-Chão, há a referir o seguinte: na igreja e nas várias alas do Claustro ( em superfícies de 40 metros na ala norte, 30 metros na ala poente, 35 metros na ala nascente e 30 metros na ala sul ), depois da regularização de massame e levantamento do pavimento anterior, assistiu-se à aplicação de lageado geométrico de cantaria apicoada, assente em revestimento térreo; ainda no Claustro, temos reconstrução do pavimento de tijolo, nas várias alas, e regularização para seu assentamento. Recorreu-se a tijoleira regional, incluindo rodapé, assente em argamassa de cimento e areia ( ao traço 1:3, incluindo massame de betão pobre -200Kg de cimento- ao traço de 1:4:6, com 7 cm de espessura, segundo os dados recolhidos nos Monumentos Nacionais).

Na Igreja, temos a tijoleira no Coro Alto e no Coro baixo, construção de pavimento de xisto de Mourão no átrio, assente em argamassa hidráulica. Na nave, pavimento de madeira, compreendendo vigamento de pinho (com a secção 0,16x0,08 cm de eixo a eixo), tarugado; o soalho é de pinho, com pintura com duas demãos de tinta anti-séptica.

Na Sala do Capítulo, lageado de granito aparelhado a pico fino, assente em argamassa hidráulica, sobre massame, numa superfície de 7,50x6,00.

Ainda no rés-do-chão, temos cinco salas com pavimento de adobinho assente em argamassa hidráulica; em dois saguões, o mesmo tipo de pavimento, depois de arranque do existente. Na cozinha e refeitório (ala poente), pavimento de mosaico hidráulico, com rodapé usando argamassa de cimento e areia ( ao traço de 1:3, empregando massame de betão pobre - 200 Kg de cimento- ao traço 1:4:6, com 7 cm de espessura ) e prévio revestimento com cascalho e areia seca, regada e batida a maço. Nos sanitários e em edificios exteriores - oficinas-, pavimentos de betonilha, esquartelado, com o mesmo tipo de massame e revestimento

No primeiro piso, pavimento de mosaico hidráulico com rodapé, nos sanitários, tal como nos dormitórios, zona esta que conheceu revestimento com material plástico na década de setenta. Nas salas adaptadas para sala de aula e biblioteca, pavimentos de solho de pinho à portuguesa com rodapé. Neste segundo piso do Claustro, ao longo da galeria, mantém-se a tijoleira regional, assente em argamassa hidráulica.

No segundo piso, pavimentos de solho à portuguesa nas aulas, com rodapé assente sobre sarreões, imunizados com tinta anti-séptica, tarugados e afastados 0,40 cm, sendo afagado e encerado. Nos sanitários, repete-se o mosaico hidráulico.

No terceiro piso, preservação do terraço, de tijoleira com induto tipo "silexor".

Pavimentos de tijoleira prensada tipo nacional na Torre e Torreão poente.

### **III.1.3. Escadas**

Usou-se granito da região para trinta soleiras e dezassete degraus, nos acessos do rés-do-chão ao primeiro andar.

Pavimento e forro de mármore na escada de acesso ao segundo andar, mármore polido de Estremoz, com 0,22 de espessura, assente em argamassa hidráulica para escada, patim, capeamento e guarda chapim.

### **III.1.4. Paredes de Compartimentação**

Na ala poente, na cozinha e refeitório novo, vigas de betão armado para sustentação de paredes de alvenaria hidráulica e de paredes de tijolo a meia vez, com argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4; usadas também em exteriores, no primeiro andar - sanitários e dormitórios- e no segundo andar - dormitório do pessoal.

Emprego de alvenaria hidráulica em tapamento de vãos e acabamento de paredes, com argamassa de cimento ao traço 1:5, na Igreja e salas anexas. Para tapamento de outros vãos e construção de paredes na Igreja e suas dependências, uso de alvenaria de tijolo a meia vez, com argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4.

Incluimos aqui uma pequena referência aos vários vãos abertos, e que não faziam parte do traçado original: abertura de dois vãos de 0,68 x 1,75 em janelas do rés-do-chão em paredes de alvenaria, sendo assente cantaria e regularizados os paramentos; transformação de três vãos ( de 1,10 x 2,20) de portas em janelas, com portais de cantaria, pano de peito em tijolo e sua regularização; em quatro salas do rés-do-chão foram abertos vãos de portas em paredes de alvenaria com regularização das paredes.

### **III.1.5. Paredes Resistentes**

Alvenaria hidráulica em elevação, com dois paramentos vistos, empregando pedra rija e argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3 ( refeitório e anexos; oficinas). Temos ainda este tipo de alvenaria noutros locais, com traço de 240 Kg de cimento por m<sup>3</sup> areia.

Alvenaria de tijolo a vez e meia em paredes, empregando argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4, em edificios exteriores; a mesma argamassa, mas agora com tijolo a uma vez, em paredes para refeitório, carpintaria e no primeiro andar.

Presença de betão armado, incluindo armaduras ( ao traço 1:2:4 - 300 Kg de cimento - ), na lage sobre o refeitório, lintéis e no segundo andar. Temos também betão armado em cintas de travação, lintéis e escada de acesso ao segundo andar. Betão armado também em lages e lintéis ( ao traço de 1:2:4 ) na Igreja e salas anexas. Alvenaria de betão armado também no rés-do-chão - instalações de oficinas, refeitório -, no primeiro andar - salas de aula, sanitários e dormitórios- e no segundo andar - tapamento de vãos.

Paredes de alvenaria e lages, vigas e lintéis de betão armado na Torre e na escada do terceiro andar.

Nas intervenções pós anos oitenta, assistimos ao emprego de alvenaria em elevação com dois paramentos vistos para tapamento de lombos, usando pedra rija da região e argamassa de cimento e areia ( ao traço de 1:4 ), e ainda à construção de betão armado numa viga e lintéis, e lages de betão pré-esforçado na estrutura de nova cobertura.

### **III.1.6. Coberturas**

No rés-do-chão, a abóbada do Claustro foi reconstruída, depois de demolida: ala norte, 34 metros; ala poente, 36 metros; ala sul, 30 metros. Lembremos que a ala nascente tinha conhecido construção recente - século XIX- daí a sua resistência.

Nos telhados empregou-se telha nacional, incluindo vedações, nas várias alas e alpendre; no Claustro, uso de telha especial, assente em armação cuidada, incluindo cintagem armada.

Abobadilhas de tijolo rebocadas, de intradorso e extradorso, em duas salas deste piso.

Nas construções exteriores, acrescentadas, cobertura de telhado com estrutura de ferro perfilado incluindo ligações, empregando telha portuguesa patinada, telhas de vidro, beirados e remates.

Cobertura com telha românica em canais e telha portuguesa assente em cobertura, totalmente argamassada, incluindo telhas, telhões, beirados; construção de madeiramento constituído por asnas, madres, varedo e ripado; pintura de todo o madeiramento com induto preservativo; construção de algerozes; esta intervenção está presente por todo o edifício, numa área de 450,00 m<sup>2</sup>.

Ao longo do primeiro piso, vigamento de pinho em pavimentos incluindo pano com tijolo de meia e pintura a carbonilo no vigamento.

Nos dormitórios, em 1971, assistiu-se à construção de tectos em aglomerado de madeira.

Em 1980, os tectos de estuque da galeria foram reparados: estuque moldurado, compreendendo a demolição das zonas em estado de ruína, substituição das peças da estrutura em mau estado, execução de emboço, reboco, estuque e remates.

No segundo piso, em 1955, foi construído o telhado do corpo das salas de aula, assente em madeiramento constituído por asnas, madres, varedo e ripado; é de telha românica em canais e portuguesa em cobertas, totalmente argamassada, nas telhas, passadeiras, telhões e beirados. O telhado do antigo tanque da roupa era do mesmo tipo, assente em pilares de alvenaria de tijolo .

Ainda neste andar, temos tectos de metal distendido incluindo vigamento de esteira com 16x8 cm, enchimento de betão e estuque, nas salas de aula e instalações sanitárias.

No terceiro piso, tectos de estafê e de madeira de casquinha - camisa e saia - com vigamento de pinho e pintura a óleo com três demãos .

Nas obras de restauro da Igreja e Torre em 1955 foi ainda usado neste pavimento o tecto em tijolo armado.

### **III.1.7.Revestimentos**

Emboço, reboco áspero, caiação e encasque, que incluiu picagem em salas do rés-do-chão. O processo acaba por se repetir ao longo dos pisos de todo o edifício: picar, rebocar, guarnecer e caiar as paredes, interiores e exteriores, também dos tectos, sendo repetido o trabalho da caiação.

Logo em 1937, assistimos a pintura a carbonilo com duas demãos a quente em madeira, nas várias alas do Claustro, e a pintura com três demãos de tinta em todo o convento.

Frisamos o emboço, reboco e guarnecimento com massa fina de areia, com caiação à esponja com três demãos de cal, prévios encasques onde necessário, sendo o reboco com argamassa de cimento, cal e areia ( ao traço de 1:1:6 ), em abóbadas, tectos, paredes interiores e exteriores - quer nas contruções acrescentadas quer nas já existentes - , processo que ocorreu em 1955.

Os rebocos que cobriam as nervuras e abóbadas do Coro foram picados, havendo também reparação e reconstrução das molduras, em 1957, completando-se o trabalho com emboço, reboco e caiação com massa fina de areia e caiação à esponja com três demãos de cal.

Em 1958, as paredes do Coro alto foram pintadas a tinta de água. Notemos que nesta altura ocorreram reparações de paredes salitrosas no Claustro, duas salas do ré-do-chão, na capela e no refeitório pequeno.



### **III.1.8. Carpintaria e Ferros**

#### **a) Carpintaria**

Nas várias alas do Claustro, assistiu-se a um trabalho inicial de apeamento e reconstrução do telhado, nas várias alas e Claustro. Também para elas se construíram portas exteriores de carvalho ou castanho, com 0,04 de espessura. Caixilharias interiores e exteriores são reparadas ou substituídas.

Temos ainda no rés-do-chão nove portas engradadas e almofadas em casquinha, incluindo aros, ferragens em ferro forjado tipo especial. Nos restantes pisos, e na Igreja e dependências, temos portas e caixilhos de casquinha, portas em geral com 4 cm de espessura, incluindo ferragem.

Nos dormitórios, temos divisórias envidraçadas, usando madeira de casquinha, com vidros e ferragens.

Caixilhos em casquinha com veda luz.

#### **b) Ferros**

Em 1937, foram reparadas ou substituídas 40 grades de ferro, sendo pintadas a óleo sobre ferro com três demãos e uma de zarcão.

No rés-do-chão, temos ferragens tipo especial em ferro forjado, em aros e tábuas de peito.

São de ferro forjado as grades na escada de acesso ao segundo pavimento.

### **III.1.9. Instalações hidráulicas**

Foram já elaborados estudos a propósito dos sistemas hidráulicos no mosteiro<sup>(1)</sup>, numa perspectiva de espaço cisterciense.

Também no domínio da hidráulica e dos esgotos o edifício conheceu recentes adaptações e instalações<sup>(2)</sup>; o sistema hidráulico original acabou por ser secundarizado, estando muitos dos seus elementos destruídos - fontes, poços, tanques, canais subterrâneos, cisternas - completamente abandonados.

### **III.1.10. Elementos de Acabamento**

Em 1937, assistiu-se à consolidação geral de paredes e reparação de outras em mau estado de conservação: fachadas sul e poente, mirantes dos arcos, Cozinha, por cima do Refeitório antigo, como se constata pelas diversas fotografias do Anexos

Fotográfico. Também houve um trabalho de apeamento e reconstrução de paredes de alvenaria na ala sul em cerca de 25 metros, que apresentava desaprumo.

Ocorreram várias consolidações - das paredes do claustro sul, das abóbadas da Sala do Capítulo, incluindo rebocos; foram aferroadas paredes de alvenaria de betão; foram assentes vários azulejos em lambris -nomeadamente nos sanitários e nas construções recentes-, azulejos cerâmicos e de cerâmica decorativa, assentes em argamassa de cimento, cal e areia ao traço de 1:1:3, destinando-se os painéis de azulejos decorativos à Igreja e às galerias, que deviam ser iguais aos existentes. Quando do restauro da Igreja, em 1955, foi também raspada a caiação existente, de forma a não prejudicar os frescos das abóbadas.

Acrescentamos ainda, como fruto das intervenções do século XX: obras para termostato, água e tubagem em fibrocimento incluindo caixas de visita para telefone, construção da rede de esgotos; construção de uma caleira para drenagem de água ao lado da parede da cozinha; construção de tampa para poço e reparação da fonte do Claustro, incluindo adução de água à fonte e esgoto da mesma; construção de placas ajardinadas no Claustro, que compreendeu escavações, arrelvamento e plantação de árvores de pequeno porte. Fez-se uma medição do claustro para a sua divisão pelas placas ( hoje já desordenadas):

- a) número de partes iguais: 0,5
- b) comprimento(44,00) x (largura+espessura)
- c) largura: 21,00
- d) altura ou espessura: 18,30
- e) parciais: 846,60

Parece-nos oportuno salientar as mais significativas intervenções que, neste século, a Igreja conheceu no sentido do restauro, reparação e conservação, para que nela fosse possível prestar culto novamente.

Assim, temos em 1953 e 1955 referência para reparação do altar-mor em talha dourada - compreendendo colagens e o fornecimento e assentamento de pedaços que faltavam; o fornecimento de sacrário em talha dourada e mesa de altar, também em talha dourada; fornecimento e assentamento de um púlpito em casquinha, incluindo dourar a ouro de imitação em folha; fornecimento de escada móvel para o púlpito em madeira de casquinha, incluindo enceramento e posterior douramento; fornecimento e assentamento de balaustrada em casquinha para o Coro; fornecimento e assentamento de escada de pinho de acesso ao trono do altar-mor, com sete degraus, de dimensões bem especificadas: 1,00x0,25x0,20; fornecimento e assentamento de painéis de azulejo decorativo, iguais aos existentes; levantar e reassentar um painel de azulejo decorativo, com 6,72 m<sup>2</sup>.

Em 1958, assistiu-se à colocação de duas telas na Igreja, ao fornecimento e colocação de apliques de bronze na Igreja, de acordo com o estilo do lambrim de azulejo existente, de três meias lanternas de ferro forjado na Sacristia, que também recebeu um arcaz de madeira exótica, com 4,00 x1,00 x1,00, e ao fornecimento de sinos em bronze, incluindo chumaçeirias e cabeçotes (estes em madeira de azinho).

Frisemos também que o mobiliário para o Refeitório Antigo foi fornecido em 1957: 26 bancos de castanho, 4 mesas em madeira de castanho encerado, com tampo revestido de madeira impermeável, assentamento de nove tampos de madeira de castanho revestidos a madeira impermeável assentes nos pés de granito existentes.

(1) Elsa Caeiro, António Borges Abel e José Manuel Mascarenhas - "Os sistemas Hidráulicos da Abadia de S. Bento de Cástris (Évora). Reconhecimento e Análise Preliminar", Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Hidráulica Monástica Medieval e Moderna, Convento da Arrábida, Outubro de 1993.

(2) Grandes obras de hidráulica aconteceram neste século, dada a instalação da Secção masculina da Casa Pia; as mais importantes decorreram em 1955, com a construção de estação elevatória para transporte de água, desde o aqueduto até um depósito, que então já estava construído, na parte superior do edifício. A ligação ficaria garantida pela construção de um poço de ligação, cuja soleira teria uma cota inferior à do Aqueduto, para garantir um volume permanente de água e o funcionamento de moto-bomba, instalada na pequena central elevatória sobre o poço. Um tubo de fibrocimento faria a ligação poço/ aqueduto com diâmetro de 60 mm. A conduta assentaria em vala aberta a 1,30m de profundidade, e o roço a abrir na partede do edifício para instalação da canalização a de 0,30 cm. Foi assente canalização para abastecimento de água empregando tubo de ferro galvanizado com 0 de 1 1/4", no rés-do-chão, e com 0 de 3/4" no primeiro andar.

Assistiu-se também à construção de rede de esgotos, com canalização de manilhas de grés com 10 e 12 cm de diâmetro, usando argamassa de cimento e areia ao traço 1:2 e seis caixas de visita de canalização de 0,60x0,60 de alvenaria de tijolo a meia vez, rebocadas com argamassa de cimento ao traço de 1:2, fundo com massa de betão e revestimento de betonilha, tampa móvel de betão com argola de ferro.

#### **IV. Patologias detectadas**

Considerando o edifício antigo como aquele cujo material estrutural dominante antecedeu o uso nessas funções do betão armado e a era do cimento Portland, temos de pensar no recurso à madeira, à pedra, à areia, ao barro e à cal usados nas técnicas tradicionais de construção ao reflectirmos nas soluções mais recomendáveis para as intervenções. De facto, embora se detecte a existência de várias escolas, os procedimentos construtivos - técnicas e materiais - eram estáveis até ao advento da Segunda Revolução industrial, ainda em pleno século XIX e, já no século XX, ao uso dos betões armado e pré-esforçado.

Assim, refletiremos sobre as patologias que afectaram os materiais e as técnicas mais antigas neste edifício, quer nas que ainda hoje se mantêm desde a época da sua construção, quer nas que lhe foram acrescentadas por "aglutinação" - uma vez que implicou alterações dos materiais e técnicas originais - que afectam as áreas que poderíamos considerar historicamente mais interessantes, uma vez que são mais ancestrais. Nesta perspectiva, referimos em especial os vários andares do Claustro, a Sala do Capítulo e a Igreja.

Importa ainda salientar que como o mosteiro está desde a década de cinquenta afecto a uma escola, com condições de habitabilidade, tem sido regularmente intervencionado, daí o seu estado de conservação não ser mau. No entanto, sendo o conjunto desde à cerca de cinquenta anos adaptado a uma escola, importa prestar atenção ao que sobrevive desde épocas mais recuadas e que está mais afectado patologicamente, ou ainda reconhecer os malefícios de construções, por exemplo em pisos superiores nas construções mais antigas que, como sabemos, se localizam no rés-do-chão.

##### **IV.1. Pedras**

Consideremos agora, e perante os dados relativos ao clima apresentados, o conjunto edificado no que concerne às principais rochas usadas, no intuito da sua relação com os principais agentes de deterioração a que está sujeito.

Podem estes agentes de deterioração ser agrupados de acordo com a sua natureza, e assim podemos falar de agentes de deterioração físicos - os que destroem a estrutura dos materiais -, de agentes de deterioração químicos - os que provocam alterações na composição química dos materiais, e que dependem da natureza do material, e do ambiente - e os biológicos -; num contexto genérico, podemos considerar como agentes de deterioração a água, o oxigénio, os complexos de matéria

orgânica, a acidez, a oxidação, os sais, a temperatura, os microorganismos, a luz e a poluição.

Numa abordagem mais completa, diríamos que o decaimento das rochas de um monumento está dependente de :

a) factores intrínsecos, endógenos, relacionados com as rochas do monumento, onde se compreendem elementos como a porosidade, a tensão de rotura, a dureza e abrasividade, a permeabilidade aos gases e à água, a textura, estrutura e a composição mineralógica;

b) factores extrínsecos, exógenos, relacionados com o ambiente em que se encontra o monumento, onde se situam factores constantes - temperatura do ar, humidade relativa do ar, pressão atmosférica, ponto de orvalho, energia radiante, regime pluviométrico, conteúdo da atmosfera ( vapor de água, gases, como o óxido de azoto e o dióxido de enxofre, partículas sólidas) -, em relação aos quais apresentámos atrás algumas dados, e factores aleatórios, como os físicos - vibrações e sismos -, os químicos - oxidações, dissoluções e recristalizações, hidrólise de silicatos - e os bioquímicos - acções de micro e macro organismos;

c) factores impostos decorrentes da geometria do monumento e sua orientação geográfica: orientação do monumento - regime pluviométrico e eólico, tipo de insolação, por exemplo, e a configuração das suas superfícies expostas - lisas, lavradas, etc.;

d) factores antropológicos, que dizem respeito à função do monumento ao longo da história, à invasão turística e ao vandalismo ( se quisermos, a incultura das gentes que usam determinado monumento), nomeadamente.

Destes factores fizemos já referência aos factores extrínsecos constantes que pudémos analisar, definidores do microclima, e da orientação do monumento, referenciando em especial os regimes eólico e pluviométrico. Façamos agora uma breve análise sobre os factores intrínsecos, com as rochas do monumento

O decaimento das rochas no edifício em estudo, faz-se sentir sobre a principal rocha que está presente na sua construção: o granito.

É o granito uma rocha dura, de cor variável, constituída por quartzo, mica e feldspatos, podendo ser uma rocha ígnea ou magmática. De acordo com a dimensão dos elementos constitutivos, podemos falar de granito de grão grosseiro, médio ou miúdo. Falamos de granito moscovítico, biotítico ou binário - de duas micas-, quando nos estamos a referir à natureza dos minerais acessórios, ou de granito porfiróide (dente-de-cavalo) quando os minerais de feldspato são decisivamente maiores que os outros minerais constituintes.

O grau de alteração ( que supõe a desagregação-fenómeno físico- e a decomposição - fenómeno químico -), é função dos factores extrínsecos e intrínsecos

acima mencionados; por outro lado, a alterabilidade é função do estado inicial da rocha em determinado tempo. Existem hoje sofisticados mecanismos que tornam mensurável essa mesma alterabilidade, por exemplo pelo cálculo da taxa de decaimento, exigindo também um conhecimento total de toda a história do caso; para o caso que tratamos, teria especial interesse analisar essa taxa por exemplo nas colunas do Claustro (mais sujeitas por exemplo às chuvas), que também temos historicamente documentadas; porém, o contrato de 1520, da colocação de algumas colunas no Claustro e adaptação de outras - diz o documento que umas as colunas foram lavradas e limpas e outras escolhidos os capitéis e bases, de maneira a suportarem outro lavramento; desta forma, a comparação entre a coluna original e a que hoje existe não se nos afigura possível.

Assim, ficámos particularmente atentos aos factores físicos e químicos, ao nosso alcance, aplicáveis ao caso: envelhecimento das rochas por sucessivas secagens e molhagens sazonais, acção dos vegetais, dilatação de minerais constituintes resultado da água de escorrência e os efeitos directos da água sobre a pedra (dissolução e hidrólise), e sobre os ligantes (pedra/cal, pedra/argamassa, pedra/cimento e pedra/estruque), os materiais instáveis (pedra/ferro), e as pedras (pedra/pedra).

Localizamos, no material da cerca do mosteiro de S. Bento de Cástris, restos de tijolo burro, restos de telhas e blocos de várias dimensões de granitóides e de gnaisses de tipos petrográficos idênticos aos encontrados no exterior do mosteiro. Na zona onde se localizava o tanque de lavagem, pedaços em mármore e também restos de granodiorito de grão médio a fino; temos ainda restos de um pequeno poço tapado, que apresenta, embora deteriorada, a cúpula em tijolo, e as colunas em granodiorito biotítico com "mulas", de grão médio muito alteradas, com a biotite a "largar" o ferro, estando todo o conjunto a descamar.

Na zona da torre campanário, que, como as restantes zonas a seguir mencionadas, temos granito/granodiorito de grão grosseiro, com tendência porfíroide, apresentando os feldspatos alterados, tendo já levado argamassa. Nas escadas de acesso aos sinos, da mesma rocha, de grão médio a grosseiro, com tendência porfíroide e com "mulas" (encraves de rocha mais básica); os degraus não são todos da mesma altura, tendo havido substituições, notando-se alguns mais desgastados.

No Claustro, temos colunas com vestígios de cobertura de argamassa; algumas estão muito alteradas - quer no lado que dá para a zona interior quer no que dá para o espaço ajardinado exterior -, sobretudo devido a um fenómeno de pulverização/arenização, não se notando em algumas a parte esculpida do capitel. De uma maneira geral, estas colunas são de granodiorito de grão fino a médio, com biotite e moscovite. Há colunas cujo fuste já não deve ser original, porque se vê que a rocha é de grão grosseiro e mesmo porfíroide, nalgumas zonas quase pegmatítico grosseiro,

notando-se ainda a presença de argamassa para garantir a ligação do fuste com o capitel .

Temos ainda fenómenos de escamação (escamas que se destacam com c. de 1 a 20 mm) e esfoliação ( lâminas que se destacam com c. de 1 mm), e ainda de incrustação - crostas ( camadas de material compacto diferente do da pedra do substrato mas a partir dele formado) -, concreções - depósitos gerados por aposição ou crescimento a partir da superfície.

Os contrafortes presentes no primeiro piso do Claustro para sustentar a cobertura do piso seguinte são de granodiorito de grão grosseiro, biotítico e alguns blocos parecem não ser originais pois não têm nenhuma argamassa. Esporadicamente aparecem alguns blocos de gnaiss e granodiorito com orientação.

Tivemos ainda em atenção a constituição de um dos elementos mais antigos do mosteiro: a porta de entrada da Sala do Capítulo. Vê-se a rocha original e a sua cobertura (cal e ocre) e argamassa mais recente (tipo cimento rosado). Observando com cuidado os capitéis, notamos a presença de minerais arredondados escuros (granadas? piroxenas?). As colunas das janelas têm um toque oco, quando se bate com o nó dos dedos, possivelmente por serem finas ( c. de 10 cm de diâmetro).

Do ponto de vista epocal, as rochas são claros testemunhos de três grandes épocas do mosteiro: a original, de finais do século XIII/ inícios do XIV de que a Sala do Capítulo é exemplo, tal como o portal da ala nascente e o portal incompleto da ala norte, a da intervenção quinhentista, presente em algumas colunas completas do Claustro e apenas em alguns capitéis de outras, com um granito de grão médio a fino, e uma terceira época, já do presente século, em que a intervenção é notada pelo uso de um granito de grão mais grosseiro, com presença bem vincada no Claustro.

As fotografias números 23, 24, 25, 26, 27 e 28 procuram ser claras quanto às patologias mais eminentes nas rochas do mosteiro.

Nos feldspatos vai agir um dos principais factores de degradação do granito, a água, agindo quer quando falta quer quando é em excesso - chuva, por exemplo -; neste caso, pode provocar o destacamento, alteração da superfície da rocha advindo uma ilitização. Num outro processo físico, como as chuvas, num meio poluído, aquelas provocam a lixiviação nos feldspatos que resultam na sua caulínização e originam minerais de argila, sendo também a superfície da rocha alterada. As infiltrações nos poros ou as alterações bruscas de temperaturas originam também fendas e posterior desagregação.

Tivemos em especial atenção a actuação deste factor físico - a água das chuvas - sobre o conjunto construtivo.



Neste contexto, e atendendo aos factores aleatórios extrínsecos relacionados com o ambiente e que contribuem para o decaimento das rochas, apresentamos a seguir pesquisa realizada com base na recolha de águas pluviais em três meses distintos - Outubro de 1994 e Fevereiro e Maio de 1995 - procurando aplicar os dados ao caso em estudo.<sup>(1)</sup>

Realizou-se a primeira colheita em 8 de Outubro de 1994, onde estivémos particularmente atentos à importância das primeiras chuvas; nesta altura, a colheita realizou-se apenas da água de chuva, sendo analisados três parâmetros: o pH, os sulfatos e o anidrido carbónico.

Na recolha de 4 de Fevereiro, analisámos apenas um parâmetro, o da condutividade da água, onde comparámos a água escorrida das paredes e a água da chuva.

Na colheita final, em 6 de Junho de 1995, foram analisados todos os parâmetros antes mencionados, e, para melhor comparação, recolheu-se água da chuva e água escorrida das paredes.

São estes os resultados, após exames laboratoriais no Laboratório de Análises de Águas da Universidade de Évora:

**QUADRO 1**

Parâmetro	EDR	R
pH	e S	6,93
Sulfatos	mg/L SO <sub>4</sub> <sup>2-</sup>	3,64
Anidrido Carbónico	mg/L CO <sub>2</sub>	2,60

**QUADRO 2**

Parâmetro	Chuva	Paredes
Condutividade uS/cm20°C	48,5	48,3

### QUADRO 3

Grupo	Parâmetro	EDR	VMR	VMA	Chuva	Paredes
	pH	eS	6,5/8,5	6,5/9,5	6,84	7,52
	Condutividade	$\mu\text{S/cm}20^\circ\text{C}$	400		24,7	46,8
	Sulfatos	$\text{mg/L SO}_4^-$	25	250	4,87	4,16
	Anidrido Carbónico	$\text{mg/L CO}_2$			2,53	3,17

EDR - Expressão dos resultados

VMR - Valor máximo recomendável

VMA - Valor máximo admissível

OD - Oxigénio dissolvido

CBO - Carência bioquímica de oxigénio

R - Resultados

SDT - Sólidos dissolvidos totais

SST - Sólidos suspensos totais

n.d. - Não detectado

Os valores máximos recomendáveis (VMRs) e os valores máximos admissíveis (VMAs) apresentados são os indicados para as águas de sistemas de distribuição.

Numa breve análise, no que respeita à condutividade, diremos que a diferença é muito maior em Junho, onde em especial na água escorrida das paredes se pode verificar uma grande retenção de sais; neste mês, os valores da água das paredes são, porém, menores que os apresentados em Fevereiro, onde temos uma considerável retenção de sais, mas que muito pouco se aproximam do valor máximo recomendável. Em relação ao pH, numa leitura muito simples em relação aos valores de Junho, houve acentuada alcalinização da água escorrida das paredes, mas dentro dos valores máximos recomendáveis e admissíveis; comparando este parâmetro em relação à água das chuvas em Outubro, diremos que houve nestes oito meses uma ligeira alcalinização da água. Passando aos sulfatos, em Junho a água escorrida das paredes perdeu sulfatos em relação à água da chuva, registando-se, em relação a Outubro e no que respeita à chuva uma presença de mais sulfatos, mas muito abaixo dos VMR e VMA. O anidrido carbónico, em Junho, marcou mais a sua presença na água das paredes, mostrando, em relação à água da chuva, valor muito similar ao registado em Outubro. De tudo isto, e partindo dos VMR e VMA de todos os parâmetros, diremos que o que mais nos preocupa é o apresentado pelo pH, uma vez que é, dos registados, o que mais se aproxima dos valores citados.

Não poderíamos deixar de mencionar os factores antropológicos que contribuíram para o decaimento das rochas de S. Bento de Cástris, bem como de todo o conjunto arquitectónico.

Teve este mosteiro, após a morte da última freira, um conjunto de funções que em muito o afectaram; após um período de cerca de 10 anos em que foi esquecido, mesmo após a doacção à entidade que depois o ocupou, conheceu a presença, nos primeiros anos do presente século, da oitava Estação Agrícola - região de Évora. Foi por ela abandonado, esquecido ficando até meados da década de cinquenta, altura em que viria a ser ocupado pela Secção Masculina da Casa Pia de Évora - Secção Maria Amália. Ocupado por uma população juvenil com a média das idades rondando os doze anos, tendo oitenta jovens este antigo mosteiro como morada fixa, ao longo de um período de cerca de trinta anos, compreendemos o estado com necessidade de intervenção de alguns locais.

Afastado da cidade, não é muito visitado por turistas, passando a maior parte das vezes despercebido, daí não ser este um dos perigos eminentes que corre.

## IV.2 Madeiras

A deterioração das madeiras surge com a acção de agentes vivos, especialmente insectos e fungos, sendo a qualidade das madeiras determinante na sua conservação. Estes ataques provocam reduções na resistência mecânica, quando se trata especialmente de elementos estruturais. Os elementos em madeira presentes no mosteiro resultam, na sua maior parte, das recentes intervenções do século XX, quando se coloca o problema da conservação da madeira de forma ainda mais pertinente, uma vez que estamos perante o uso de elementos estruturais de cada vez menor secção; apela-se assim ao uso de métodos que preservem as características da madeira, sobretudo as de resistência. Nas obras para adaptação das instalações do mosteiro a Casa Pia-Secção Masculina recorreu-se sobretudo à madeira de pinho bravo, nas estruturas, e de casquinha, nas caixilharias. Os ataques de insectos e de fungos têm condições propiciadoras ao seu desenvolvimento - quanto aos insectos, no caso das «formigas brancas» (*Reticulitermes lufugus* ROSSI), insecto subterrâneo, prefere temperaturas na ordem dos 25°C, e de humidade a partir dos 20%. Instala-se em especial em madeira de pinho, e de casquinha, no cerne e no borne, de madeiras húmida propícios ao ataque de fungos, mas também em madeiras secas, sendo o seu ataque detectado quando os alados saem para o exterior. Ocorrem os ataques em zonas de fundações, massames ou paredes da construção. O «capricórnio das casas» (*Hylotrupes bajulus* L.) ataca especialmente a madeira de pinho, actuando sobre os elementos mais húmidos e quentes, agindo preferencialmente em fendas de secagem da

madeira e nas juntas de união de várias peças, em especial em coberturas. Entre os insectos, ataques ainda de «carunchos» (*Anobium punctatum* DE GEER) - grandes e pequenos - repartem o seu ataque entre resinosas e folhosas, no borne de madeiras já com algum tempo de aplicação, atacando menos os elementos estruturais e mais as caixilharias, instalando-se nas fendas e abrindo galerias pela madeira seca, na qual vivem, em temperaturas de c. de 25°; detecta-se o seu ataque pelos orifícios das madeiras.

O ataque dos fungos, em madeira aplicada, verifica-se preferencialmente quando existe elevada temperatura (22-26°C) e elevado teor de humidade (18-26%), e em madeiras de durabilidade natural fraca. Em madeira de estruturas, depois de aplicadas, temos o ataque de vários fungos (*Merilus lacrymas*, *Poria sxantha*, *Trametes trabea* são os mais frequentes em Portugal), agindo em ambientes muito húmidos, zonas de contacto com o solo ou em alvenarias em que a ascensão de água por capilaridade se verifique, originando podridões características; cerca de 22% de humidade mínima será o valor escolhido para início do ataque. No caso destes ataques, ventilação adequada dos ambientes ou drenagem de águas pluviais são respostas possíveis para baixar a humidade das madeiras, tal como o uso de madeiramentos já tratados com produtos preservadores ou de madeiras cujo cerne apresente elevada durabilidade.

Verificamos, no caso que estudamos, a aplicação de madeira em pisos elevados, recentemente afagados e envernizados com verniz isolante, daí que dos ataques possíveis nenhum foi detectado.

Citemos os principais locais onde localizámos ataques de insectos (carunchos e térmitas) e de fungos (de podridão seca e húmida):

Em relação às coberturas, inclinadas, revestidas a telha cerâmica mas cuja solução estrutural passou pela asna de madeira, secundarizadas por estruturas mais complexas para colocação dos revestimentos - no caso, do estuque sobre fasquiado de madeira, pregado directamente sob vigamento da cobertura, estuque esse aplicado sobre argamassa de cal e areia -, detecta-se, ao longo da galeria do segundo piso, o ataque de insectos e de fungos (fotografias números 31 e 32), resultando do mau escoamento e sucessiva acumulação de águas pluviais. Também na Sala actualmente com funções de Biblioteca, com revestimento do tecto em forro tipo saia-camisa, ao longo dos seus caixotões, detectamos problemas directamente ligados à existência de problemas na cobertura, revelando-se até pelos vestígios de escorrências ao longo da Sala. Não poderíamos deixar de frisar o estado ruinoso, devido a ataques de carunchos, nas molduras dos quadros que ainda a ornam, necessitando de urgente recuperação.

Em caixilharia diversa, em especial no rés-do-chão, detecta-se ataque de caruncho e de fungos de podridão seca, em especial nas portas de casquinha, necessitando parcial ou total substituição, com recurso a vernizes isolantes.

Caso crítico, só reparável com total reparação, é o pavimento e do último piso do Claustro, baseado em madeira, mas em total estado de abandono, confundindo-se ataques de insectos e de fungos, aliados à livre entrada das águas pluviais.

O estado da madeira empregue nas coberturas é o mais reocupante, daí a apresentação de fotografias referentes a essa situação.

### **IV.3. Material Cerâmico**

Presente nas coberturas - terraço ou inclinadas -; nas inclinadas, a estrutura é baseada em arcos e cúpula de alvenaria, conjugando abóbadas interiores e coberturas exteriores em telhado. Neste mosteiro, estes sistema serve de apoio a uma estrutura secundária de madeira que suporta o revestimento da cobertura, e que se desenvolve ao longo do último piso de todas as alas. Também aqui as manifestações patológicas surgiram em primeiro lugar nas partes mais sensíveis, como nas ligações a caleiras e algerozes; assiste-se actualmente a uma urgente necessidade de limpeza da flora típica das coberturas, como constatamos na fotografias números 41 e 42.

A presença do tijolo está presente ainda nas recentes - década de 50 - paredes resistentes e de compartimentação, com alguns problemas relativos fundamentalmente à humidade, sendo porém recurso típico nos elementos construtivos mais antigos do mosteiro: tijolo chanfrado citado na campanha de obras do século XVI, para arcos e abóbadas, bem como nos elementos de sustentação, associado à alvenaria e à pedra. Essa campanha de obras fica testemunhada pelas fotografias que ocorreram quatro séculos depois, bem exemplificada na fotografia dedicada à Sala do Capítulo, com cobertura manuelina.

O pavimento dos dois andares completos do Claustro, salas quinhentistas do rés-do-chão, salas que ladeiam a Sala do Capítulo, Coros, fundo da Igreja, actual Biblioteca, Sala a seguir à portaria, a Sala e o pátio que lhe ficam paralelos, patamares de algumas escadas e zona da Torre , são as principais zonas onde o pavimento é cerâmico, em ladrilho tradicional; o desgaste, mais evidente no rés-do-chão ao longo do Claustro, exige em algumas zonas substituição de alguns ladrilhos, e uma operação geral de manutenção.

### **IV.4. Fundações, Alvenarias e Rebocos**

Como "método de diagnóstico"<sup>(2)</sup>, considerámos o sistema construtivo, a construção de paredes, tipo e ocupação dos espaços, o clima da zona, obras realizadas, localização das zonas, no edifício, de aquecimento e de produção do vapor de água - em termos de análise documental -, e a observação in loco, e a algumas fases da análise não destrutiva (isto é, sem recolha de amostras de material).

Para análise do estado actual das fundações, havia que recorrer a sondagens, em que o método de prospecção mais eficaz são os poços de inspecção logo seguido das sondagens por furação. Nenhum deles foi aplicado, pelo que nos preocupámos em localizar algum local onde fosse visível construção menos segura; estamos perante um caso, presente na generalidade das alas mais antigas do edifício - alas sul, norte e nascente - de fundações directas, pois "(...)verifica-se, até ao terreno, um prolongamento das paredes resistentes com a mesma largura ou com ligeiro alargamento, em função das características do terreno".<sup>(3)</sup> Detectámos, porém, no interior do Claustro problemas que exemplificamos com as fotografias números 33 e 34.

Sobre os três elementos que intitulam este ponto exerce a água acção determinante, que pode dissolver sais existentes nos terrenos ou nos próprios materiais de construção, transportando-os desde as fundações até aos níveis superiores, e depois para a superfície das paredes, evaporando a água e ficando depositados esses sais, formando eflorescências - fotografias 35 e 36.

Relativamente às fundações, localizámos manchas de humidade em algumas paredes junto ao solo, aliadas a eflorescências, manchas de bolor e vegetação parasitária. Um exame detalhado, com adequadas técnicas, conduziria a soluções adequadas. Em mau estado encontramos ainda cunhais e fundações do exterior da Enfermaria, rés-do-chão, nas fotografias números 29 e 30.

Relativamente às alvenarias e rebocos, as anomalias provocadas pela precipitação manifestam-se nos paramentos interiores de paredes exteriores, sendo difíceis de observar em época seca; devem-se à penetração em fissuras ocorrendo bolores e eflorescências. Na inexistência de fissuras, a penetração é ainda possível pelo escorrer da água nas superfícies, penetrando com auxílio do vento ou da capilaridade dos materiais, com as mesmas ocorrências. Nas partes de intervenção mais recente, notam-se, sobretudo em zonas de balneários ou de tratamento da roupa, algumas condensações superficiais, pois as paredes não estão com o devido isolamento térmico nem os locais devidamente ventilados. O mau escoamento do vapor de água da área dos esquentadores está também a provocar, por condensação, infiltrações nas fundações.

Manifestações patológicas em rebocos e alvenarias, sobretudo nos frescos, têm a ver com sais solúveis presentes nos solos e nos materiais - sulfatos, carbonetos, cloretos, nitritos e nitratos - sendo todos, à excepção dos dois primeiros, higroscópicos

( absorvem a humidade do ar, quando esta é elevada -65 a 75% - e dissolvem-se, voltando a cristalizar com aumento de volume quando a humidade relativa baixa); surgem manchas de humidade em locais onde esses sais abundem e onde há elevada humidade relativa do ar , e degradando-se o revestimento das paredes quando o estado higrométrico é variável - caso dos frescos e estuques, que nos surgem nas fotografias números 43 e 44.

Problemas nas alvenarias podemos ainda localizá-los noutras situações: na relação alvenaria/ ferro (fotografias números 37 e 38), na relação granito/alvenaria, na base do portal manuelino da Igreja, no acrescentar de novas partes integrando elementos anteriores - fotografias números 39 e 40 -, originando fissuras longitudinais em algumas paredes resistentes, resultantes em especial da humidade.

#### **IV.5. Cantaria**

Na cantaria de mármore, o principal mal que aflige o conjunto, no que respeita a cantarias externas: é o problema da humidade, geradora de flora e fungos, que alteram completamente as superfícies.

Do uso do granito em cantaria decorre um problema que tem sobretudo a ver com a pátina e algumas concreções, e também da humidade.

#### **IV.6. Escadas**

Acentuado desgaste nas escadas, sobretudo naquelas cujo degrau é de mármore, presente mas menos evidente nas que são completamente de granito.

#### **IV.7. Acabamentos**

Frisamos aqui o caso dos azulejos da Torre campanário, incompletos; dos esgrafitos, quase em estado de desaparecimento, na galeria do segundo piso em portal que dá acesso à biblioteca, onde se localizam fissuras e a descoloração da decoração original - além da sobreposição de pinturas que degradaram ainda mais o estado do material; na cerca, o estado de abandono e de invasão da flora nos principais testemunhos românticos - a fonte e a capela - fotografias números 45, 46, 47 e 48, bem como o entaipamento do portal de meados do século XVIII, que aliava o granito e a alvenaria escurecida, e que dava acesso à cerca.

(<sup>1</sup>) Procurámos seguir as recomendações da Eng. Maria João Serralheiro e do Dr. Neto Vaz, do Departamento de Química da Universidade de Évora, para as recolhas, bem como as instruções recomendadas por Stewart Allen, na obra Chemical Analysis of Ecological Materials, Oxford, 1989, p. 63.

(<sup>2</sup>) Fernando M.A. Henriques. *Humidade em Paredes*. L.N.E.C., 1995, 2<sup>a</sup> ed.

(<sup>3</sup>) João Appleton. *Edifícios Antigos - Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções a Empreender*. L.N.E.C., Lisboa, Outubro de 1991. (policopiado).



## **V. Bases para uma Proposta de Valorização Histórico-Arquitectónica**

### **V.1 Pressupostos Teóricos**

É a Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios- (1964), que ainda hoje continua a influenciar grande parte da produção teórica sobre o domínio da recuperação e valorização.

Importa realçar a noção de monumento histórico, que é extensiva quer a conjuntos quer a unidades isoladas.

A noção de conservação patente nesta Carta deriva da de Atenas, onde se frisa que a conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos. Sugere a necessária adaptação do monumento conservado para uma função útil à sociedade, mantendo porém a sua ordem; adaptações futuras deverão também respeitar os limites impostos pela disposição e pela decoração dos edifícios. Todo o enquadramento à escala do edifício deve também ser conservado, apelando-se mesmo ao enquadramento tradicional quando este ainda exista. São também assumidas posições sobre a deslocação do todo ou de parte do monumento, devendo ser esta atitude tomada apenas quando a sua conservação o exija.

Quanto ao restauro, a Carta de Veneza frisa o seu carácter excepcional, devendo conservar os valores estéticos e históricos do monumento, respeitando substâncias antigas do património construído e os documentos autênticos que a eles respeitam. Deve o restauro ser precedido e acompanhado de um estudo arquitectónico e histórico do monumento, e o seu limite situa-se no surgir da hipótese da reconstituição; as intervenções devem ainda acusar a marca da data da intervenção, donde advém também a legitimidade do recurso às técnicas modernas quando as tradicionais se revelem inadequadas.

Deve ser favorecida a integração harmoniosa, mas distinta, de elementos novos introduzidos, destacando-se das partes originais de molde a que o restauro não falseie o monumento; estes acrescentos devem pois respeitar a arquitectura do edifício - por exemplo, em relação ao equilíbrio da sua composição- e integrar-se no meio envolvente. Estes princípios aplicar-se-ão igualmente aos conjuntos monumentais.

Particularizando as escavações arqueológicas, exclui a referida Carta de Veneza as reconstituições, mas autoriza a anástilose (recomposição das partes existentes mas desmembradas), devendo os elementos novos de integração ser facilmente reconhecíveis, de maneira necessária à conservação do monumento e ao restabelecimento da continuidade das suas formas. Gostariamos de salientar que é estabelecida nesta Carta a necessidade de constituição de uma documentação de referência aos trabalhos de conservação, restauro e de escavação.

Na Carta de Veneza e em documentos sucedâneos - Declaração de Amsterdão, de 1976, Declaração de Dresda, 1981, entre outros - há uma preocupação comum, que é a de querer preservar o património construído e a sua envolvência, respeitando os variados períodos históricos e os diferentes contextos culturais; saliente-se também a vontade de recurso a soluções contemporâneas nos conjuntos históricos e que hoje já são fruto de práticas anteriores e de toda uma aturada reflexão. De notar ainda a responsabilização dos poderes públicos para a realização de planos de salvaguarda e do seu despertar para os valores históricos que os monumentos possibilitam partilhar. Lembremos aqui a Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972, segundo a qual compete aos Estados " a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural (...) situado no seu território."

Resultado da conjuntura actual concernente às atitudes recomendadas perante os edifícios ou conjuntos de interesse histórico, arquitectónico ou artístico sob ameaça de ruína e da análise aturada de todas estas Cartas, Declarações e Recomendações levam-nos a definir claramente os limites de conceitos como os de conservação, restauro e renovação, dentro de um conjunto de operações e noções tão vastas e que compreendem ainda a preservação ( acção de salvaguarda que implica o recurso a medidas ou actos essencialmente preventivos), a reconstituição ( reconstrução de um edifício na sua forma ou estado de origem, podendo ainda compreender a reconstituição conjectural), a reconstrução ( reedificação sobre terreno tornado vago de estruturas que podem não ter necessariamente a mesma aparência e utilização que anteriormente tinham), a recuperação ( noção ampla, que engloba acções de salvaguarda in situ ou de recolocação de certos elementos de arquitectura antiga) e a salvaguarda ( intervenção com vista à protecção do bem cultural, recorrendo a pressões políticas, económicas ou morais ou a meios jurídicos, técnicos ou financeiros).

Em Portugal, até 1985, a classificação dos imóveis, de acordo com a legislação, distinguia monumentos nacionais, imóveis de interesse público e valores concelhios; nesse ano, surge a Lei do Património Cultural, que, adoptando uma linguagem actualizada ditada pela Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico Europeu também de 1985, distingue três classes dentro dos imóveis: os monumentos, os conjuntos e os sítios (e numa perspectiva ampla, deste o valor local ao internacional, passando pelo regional e nacional). É esta classificação, apesar da não regulamentação da Lei do Património Cultural, a base legal da defesa, salvaguarda e vaalorização do bens considerados património, só possíveis após trabalhos sucedâneos

de inventariação e levantamento, em que é feito apelo particular ao estudo histórico dos monumentos

## **V.2. A Defesa e a Salvaguarda do Conjunto**

Concretizando, em S. Bento de Cástris, e tendo como base os princípios acima descritos, as bases da nossa Proposta conduziriam à valorização histórico-arquitectónica do conjunto; essa valorização seria o culminar de um processo anterior, de defesa e salvaguarda do Edifício.

O processo iniciar-se-ia pela protecção, apostando num trabalho pluridisciplinar, com intervenção preventiva e profiláctica perante as patologias detectadas, e numa perspectiva de reparação/reforço dos seus elementos construtivos, pelo que sugerimos a actuação de acordo com a gravidade das situações, sendo complementada por observações e acompanhamento periódicos. Diríamos que, numa perspectiva de intervenção imediata, urge reparar, no segundo piso, os estuques do tecto, que se apresentam em estado de degradação, em especial na ala norte, sendo visível a existência de humidade e sujidade nos entre-forros; esta reparação só faz sentido com uma conjugada limpeza das coberturas, reparando e substituindo telhas nalgumas zonas. Este sucinto trabalho finalizaria com caiação geral do edifício.

Em mais aturadas obras e, numa fase sucedânea, correspondendo já a actuações no campo da conservação - apenas no sentido da manutenção das características morfológicas e físicas do edifício - e da recuperação - compreendida aqui como correcção de anomalias e patologias quer dos materiais quer das estruturas, apoiada em critérios de qualidade/durabilidade dos materiais e sua reversibilidade, recorrendo a critérios harmoniosos de técnicas e materiais actuais conjuntamente com o recurso ao saber e práticas construtivas locais, respeitando ainda a compatibilização de forma a evitar o surgir de novas anomalias-, proceder-se-ia a :

a) revisão geral das fundações, sobretudo no Claustro, e, no espaço interior ajardinado, reforço dos contrafortes; também no corredor de separação entre a Sala do Capitulo antiga e a nova, se detectam problemas nas fundações, em terrenos pendentes para as paredes, o que faz acumular as chuvas, além de ser uma área de fraca ventilação; assim, temos manchas de humidade junto ao solo, com manchas de bolor e vegetação parasitária; a reparação das fundações, introduzindo produtos impermeabilizantes ( produtos tapa poros - resinas epoxídicas - e produtos hidrófugos - silicones -, entre outros) e a introdução de barreiras estanques através do corte da parede pareceriam aconselháveis; outras soluções são igualmente apontadas por especialistas para retirar a água em excesso das paredes, como a electro-osmose e os drenos atmosféricos, carecendo porém a situação apontada de estudo particular.

b) em todas as alas exteriores do recinto claustral, bem como nas paredes exteriores da zona da Enfermaria, reparação urgente das fundações, das paredes resistentes, cunhais, revestimentos e acabamentos;

c) reparação integral das coberturas - implicando revisão dos suportes, ao nível das estruturas de madeira (asnas, por exemplo) -;

d) reparação nos pavimentos cerâmicos, com um tratamento para maior resistência à água e líquidos, e maior resistência ao desgaste, obtido com produtos gordos, oleosos, como o óleo de linhaça;

e) nos revestimentos de alguns tectos de madeira - e de elementos estruturais onde este material é usado - também o estudo aturado se revela importante, pois há que avaliar o grau de deterioração, a qualidade da madeira, em especial, antes da aplicação das resinas; a protecção ao existente seria feita de maneira mais radical nas zonas de ataques de fungos e de insectos xilófagos, com o uso de sais metálicos injectando-os nas superfícies; nas outras zonas, usando preservadores de superfície (pulverizados ou pincelados). Se uma das críticas apontadas ao uso de resinas epoxídicas é precisamente a sua propensão aos incêndios, soluções actuais, como os vernizes ignífugos retardadores são cada vez mais recomendados, sobretudo nos elementos estruturais;

f) pegando nas alvenarias e rebocos, e na influência que neles tem a precipitação, uma vez que eflorescências e bolores são visíveis mesmo após Invernos pouco rigorosos e já em plena estação seca, há necessidade nas paredes de todo o Claustro de um reforço da estanquidade das paredes - novos revestimentos, um hidrófugo de superfície, por exemplo; no caso das fissurações (apesar destas poderem ser de variada dimensão, em que seriam até recomendáveis soluções como a aplicação de um revestimento curativo de ligantes, envolvendo até rede de fibra de vidro) localizadas nos vários pisos, elas são de pequena dimensão mas permitem a infiltração de água, há que remover a tinta existente, proceder a posterior escovagem, aplicar ligantes sintéticos juntamente ao revestimento curativo, que seria com escova em demãos cruzadas, com espessura entre os 0,5 e 0,7 cm;

g) ao nível das galerias do Claustro, em especial do rés-chão, resolução dos problemas da incrustação, quer crostas, quer concreções, da pulverização ou enfarinhamento, esfoliação e escamação;

h) reparação dos abundantes bolores - Claustro, corredor de separação entre a Sala do Capítulo e Sala do Capítulo nova -, com lavagem esterilizante com uma solução de 10% de hipoclorito de sódio, lavagem com água simples, secagem, aplicação de produto fungicida e sua extracção para posterior pintura geral do paramento ou aplicação de outro acabamento equivalente;

i) no caso dos frescos, corte e criação de zona estanque em paredes com problemas de humidade ascendente por capilaridade - introdução de resinas hepoxídicas ou telas betuminosas, entre outras -, tal como a impermeabilização das paredes exteriores em que a água da chuva actua, por exemplo com aplicação de revestimentos pára-chuva. No caso do Refeitório velho, para o que ainda subsiste dos frescos do tecto, atender em especial a melhores condições de ventilação.

Dispersam-se os frescos pelo edifício, existindo na galeria do segundo piso, na chamada Casa dos Pássaros - no ângulo sul/poente do terceiro piso -, na ala acrescentada da Enfermaria e no citado Refeitório.

A responsabilidade dos problemas de humidade existentes no ângulo norte/nascente do Claustro e nos dois pisos da Enfermaria prendem-se com a aí localizada lavandaria, causando problemas nomeadamente nas alvenarias - humidade por condensação. É urgente para a "saúde" do edifício o seu deslocamento por exemplo para um local situado no ponto de passagem actual para a cerca, e que neste momento apenas necessitaria cobertura e necessárias adaptações. Com esta operação, seria ainda desentapada uma porta que dá acesso à sala renascentista, na ala norte, que dispõe de coluna central, permitindo ligação entre os elementos renascentistas do rés-do-chão;

j) na Capela que finaliza o lanço nascente da galeria claustral do rés-do-chão, decoração em estuque no arco que separa o Capítulo Velho da sala renascentista, Capela e fonte da Cerca, porta de inspiração barroca emparedada que estabelecia a ligação entre a Cerca grande e a cerca das monjas, a fonte das Cerca das monjas, necessitam de uma reparação quase total, implicando um trabalho em equipa de técnicos especialistas em estuque, carpintaria e talha dourada, para além dos necessários trabalhos nas paredes e coberturas;

k) trabalho de reparação de caixilharia dos quadros existentes na actual biblioteca, atacada por térmitas, bem como das telas, em especial uma, de inspiração maneirista, em que já é muito difícil destrinçar o fundo das figuras;

l) intervenção ao nível de alguns trechos de azulejos, sendo completos os diferentes trechos por peritos;

m) reparação de todos os elementos que tivessem a ver com a circulação da água, dando ao mosteiro ainda uma maior frescura : caso da fonte do espaço interior do Claustro, das duas fontes do pátio, da referida fonte da cerca das monjas, e, dentro do Claustro, nas alas sul e norte, recolocar em funcionamento os dois lavatórios;

n) reparação no muro da cerca, com vários trechos demolidos, outros de intervenção recente : repor a cerca evidenciando bem os trechos intervencionados;

o) nova filosofia de ocupação do espaço horta, a manter como zona verde, obedecendo a exigências actuais, por exemplo enquanto espaço-jardim, reparando

tanques e noras, para ser privilegiado também como espaço-recreio; manter a zona da cerca com a vegetação que lhe é característica, assegurando uma constante vigilância como garante do equilíbrio do coberto vegetal.

### **V.1.3. Valorização Histórico-Arquitectónica**

Seriam estas alíneas de intervenção mais de cariz técnico, artístico e científico, com o necessário aprofundamento por pessoal técnico com a formação adequada, que proporcionariam que, do ponto de vista histórico-arquitectónico, as bases da proposta que apresentamos obedecessem também a uma reformulação das características funcionais do espaço: rever o edifício e as condições que ele oferece, no sentido de um melhor aproveitamento do existente. Desta forma, fica subentendida a necessária relação entre a acção de valorização e as de protecção e conservação.

Compreende-se a valorização como uma atitude conjunta de reconhecimento do valor do edifício, do seu significado cultural, avançando para a revitalização do edifício, adequando-o a novas funções e optimizando o seu uso; seria a atribuição, neste caso, de funções de cariz científico e cultural, de acordo com as suas condições.<sup>(1)</sup>

Desta forma, parece-nos estarmos perante um espaço propício à localização de um Gabinete Técnico Regional vocacionado para a Inventariação, Intervenção, Recuperação e Conservação de edifícios que, na cidade e na Região, disso tivessem necessidade. As principais vertentes seriam:

a) existência de equipamento adequado - prospeção de fundações, análises laboratoriais de água e solos, estudos geológicos e petrográficos, estúdios fotográficos, entre muitos outros;

b) existência de diversos gabinetes de Engenharia, Física, Química, Geologia, Arquitectura, História da Arte, Arqueologia, Paleografia e Epigrafia, Urbanismo, Legislação, entre outros, funcionando ao longo de todo o segundo e terceiro pisos, assegurando desta forma o necessário trabalho de interdisciplinaridade; desta forma, espaços não rentabilizados nestes pisos e que correspondiam às antigas celas, algumas salas com aproveitamento escasso, como a chamada sala de reuniões localizada antes do acesso à Torre, zona do Mirante, seriam aproveitados;

c) existência de oficinas de restauro - frescos, talha, estuque, pintura, iluminuras e livros, mobiliário, azulejo - aproveitando as instalações ao longo do pátio e na zona do actual refeitório, que teriam interesse em prolongar a sua acção até à população interessada através de acções de formação, no intuito de formar equipas

capazes de actuar, na prática, em casos que na Região necessitam premente intervenção, e claro, no próprio mosteiro;

d) serviços administrativos, na zona actualmente ocupada para tais funções, repartido com um gabinete especializado em estudos cistercienses, que teria a seu cargo, além de um trabalho teórico a apresentar ( por exemplo em publicações e iniciativas da especialidade) a concepção e acompanhamento de visitas guiadas ao mosteiro e a participação, para uma constante actualização, em iniciativas relacionadas com os usos cistercienses;

e) criação de um Núcleo Museológico nas salas contíguas às do Capítulo, de um e outro lado, num intuito de, pelo menos, reunir todas as peças em granito e mármore que encontramos espalhadas pela cerca, pela cerca das monjas, no jardim do Claustro e suas galerias;

f) rentabilizar o núcleo mais antigo do mosteiro - elementos góticos, Igreja, Capítulo, Claustro, Refeitório das monjas, Coros - numa perspectiva de abertura à comunidade, tais como as construções sucedâneas, tornando perceptível a evolução construtiva e a simbiose presente das várias épocas históricas, orientando por exemplo Visitas de Estudo;

g) orientar o espaço-biblioteca no sentido de uma conservação das espécies, mas também de uma actualizada bibliografia sobre a matéria, a que se juntaria um Núcleo de Informática que permitisse ligações com organismos nacionais e internacionais competentes, tal como uma constante actualização de dados;

h) proporcionar, nas amplas Salas renascença - do Capítulo Novo e, no seu prolongamento, toda a ala ocupada pela actual lavandaria, nomeadamente com o desentapamento da porta acima referida ficando assim restabelecida a ligação - um espaço aberto ao diálogo em matéria de recuperação e conservação do património: falamos da realização de Colóquios e Encontros sobre essa matéria, nos vários ramos em que os diversos Gabinetes e Núcleos se envolveriam, com técnicos especialistas nacionais e estrangeiros que proporcionassem sobretudo uma constante actualização; para isso, haveria necessidade de adaptações, por exemplo para Auditório ou instalação similar, que não mexesse no sistema estrutural, que julgamos mais eficazes na primeira sala referida, porque mais ampla.

i) para o Claustro, apostariamos no regresso à simplicidade cisterciense que o originou, pensando num espaço relvado. Previligiar-se-ia a componente estética e utilitária do espaço, retirando as árvores que de forma anárquica hoje se situam no recinto sendo substituídas por árvores de pequeno porte. Bancos de relva à maneira medieval rodeariam os canteiros, que, no seu interior, seriam decorados, de maneira singela, com rosas de cor contrastante com a brancura da alvenaria da crasta. A fonte voltaria a jorrar água, ficando no mesmo local (uma vez que qualquer lógica de

enquadramento é falível na planta trapezoidal do claustro: ou com hipotético alinhamento do lanço norte, com as entradas para o recinto , na sua relação com os mais antigos vestígios construtivos), o poço seria colocado ao nível do solo, de forma que o Claustro desse uma idéia de mais desimpedimento que o actual. O espaço de toda a zona claustral, intra e extra galerias, é espaço propício à realização temporária de exposições, em especial de escultura, ou ainda, devido às condições acústicas de que dispõe, enquanto espaço privilegiado para espectáculos musicais, em especial de música coral erudita.

Só uma conjugada acção das entidades competentes, a nível nacional, local e autárquico, do sector privado e de todos os cidadãos, permitiria o avançar destas bases de proposta para uma proposta de base , criando um centro servindo toda a zona Sul, e que ao mesmo tempo permitiria uma relação mais imediata com os órgãos centrais para resolução imediata de problemas no terreno.

A proposta apresentada, pretende consciencializar do valor do edifício em termos de memória colectiva, símbolo que é, pelo hibridismo dos estilos e intervenções, de uma continuada e diferente presença de povos, civilizações e influências na cidade de Évora, cujo evoluir acompanhou ao longo de setecentos e vinte anos. De facto, é o edifício paralelamente mosteiro cisterciense mas também mosteiro local, daí que na sua traça, à maneira de edifícios nacionais congéneres, se encontre mais viva a presença de um "estilo" regional - materiais e técnicas de construção, ocupação e uso do solo - do que de um "estilo" estrutural e decorativo cisterciense. Ao ser conjunto classificado, dotado de uma zona *non edificandi* , fruto do diálogo de gerações sucessivas, é-lhe devida atenção no sentido da sua protecção, recuperação, e valorização.

São também lançadas as bases para uma proposta prática, de necessidade urgente para a zona, que justifica por si só a existência de num edifício com as características sugeridas.



(<sup>1</sup>) Para valorização do património, com a optimização, revitalização e adequação dos edifícios, a Lei nº 13./85, de 6 de Julho, Título III, Artigo 44º, 3. é clara acerca das medidas a tomar para a valorização do património cultural, que deverão ser" (...) de carácter preventivo e correctivo (...) completadas com outras que visem dar a cada um dos bens culturais uma função que os insira adequadamente na vida social, económica, científica e cultural compatível com o seu carácter específico.(...)"

## VI. Apêndice Documental

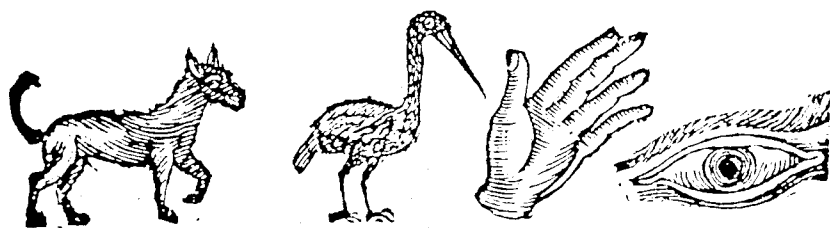
### Documento 1

Amador Patricio

*História das Antiguidades da Cidade de Évora*

Livros Primeiro (pp. 1 a 19) , Quinto (pp. 159 a 161), Sexto (pp. 174 a 177) e Décimo (pp. 318 a 321).

"(...)Muitos dos que vieram com Osiris se deixárão ficar affeição-do-se ao sitio da terra; e de todos menão parece fóra de proposito fazer menção de nove mulheres mui affamadas nestas, e outras sciencias, às quaes os Poetas chamão Musas, que erão filhas de Jupiter; mas na verdade não eram suas filhas, ainda que assim lho podemos chamar pois tinhão vindo com elle. Estas nove mulheres se aposentaraõ em hum monte junto a Evora, que he aonde agora esta a Torre de São Bento, e alli tinhaõ a sua habitação, e morada. Tinhaõ os nomes seguintes: Caliope, Clio, Erato, Thalia, Melpómene, Tersichore, Polimnia, Urania, Euterpe. Estas todas tinhaõ por officio inventar artes, e scienciass, e ainda que naõ nasceraõ em Evora, podemos dizer que foraõ daqui naturaes, pois aqui moráraõ tanto tempo, e aqui morrêraõ conforme se vio em huma pedra, que se achou quando se fez a torre, que está naquelle outeiro de São Bento onde estas nove mulheres moravaõ. E assim se tem por certo estarem enterradas como diz Manildo no livro das artes liberaes, e Formado nas suas antiguidades cap. II. A pedra que se achou esteve muito tempo posta por marco junto à estrada, até que fazendo-se o Convento de São Bento ficou posta no mirante das Freiras, mas naõ está escrita com letras, das que hoje usâmos, e usavaõ naquelles tempos os Eborenses, senaõ com Humas figuras, que os Egypcios costumavaõ escrever, e estas mulheres como tinhaõ de lá vindo escrevêraõ como sabiaõ, que he da maneira seguinte.



Estas quatro figuras, ou letras querem dizer assim, conforme os Autores acima referidos. No tempo vindouro haverá Piedade, agradecimento, liberalidade, paz, e justiça.

*Bem entendião estas nove Musas, que o tempo em que estavaõ se principiava com muitos vicios, mas que ao diante se tornaria tudo a emendar; porque a figura do Caõ, que está affagando com a cauda, significa o tempo, que está por vir, que sempre nos convida com sua esperança; a Cegonha significa a piedade, e agradecimento, porque mantém a seus Pays na velhice em remuneraçãõ do qtempo que os mantiveraõ no ninho; a Mão aberta com os dedos estendidos significa liberalidade, franqueza; o Olho aberto significa o homem bom guardador de justiça. (...) e fez Sertório dous passadiços, ou minas por baixo do chaõ por onde podia ir hum homem muito a seu gôsto: huma hia sahir ao campo, onde agora esta Nossa Senhora do Espinheiro, por onde lhe traziaõ as novas, do que se passava fóra da Cidade, quando alojava sua gente por aquelle campo, sem ninguem o saber; e estas minas se virãõ muito claramente em nosso tempo quando se trabalhava para a obra daquelle Mosteiro: a outra mina hia para huma torre, que hoje está em pé no outeiro de Saõ Bento, a qual torre Sertório mandou fazer, por ser esta parte mais accommodada para se poder descobrir todo o campo á roda de Evora, onde sempre tinha vigias, que sempre o avisávaõ por esta mina, sem se saber de fóra, o que se passava na torre; a qual servio depois do mesmo effeito aos Mouros (...).*

*Depois disto appareceo em evora huma Ave taõ grande, que causava espanto a todos: e diz o nosso Belesio, que tinha se tinha por certo se a Ave Feniz, conforme os signaes, que tinha; porque diz Plinio, que he mayor, que huma aguiã, e vive 660 anos he toda vermelha, salvo o pescoço, que parece ouro, e o rabo he roxo, e diz, que não ha mais, que huma no mundo(...) e andou alguns mezes pelos campos de Evora, recolhendo-se a descançar, e dormir sobre o pinheiro que está junto da torre de Saõ Bento, onde começava de fazer hum ninho, que parece lhe faltava já pouco tempo de vida; mas não teve effeito algum, porque sobrevivendo o Inverno, que nestas partes he muito aspero, se ausentou esta Ave Feniz, que nunca mais appareceo. Alguns por curiosidade subiraõ ao Pinheiro, e notáraõ a composiçãõ do ninho, que era grande, feito de pedaços de cedro, de páos de canella, gíngivre, ramos de cravo, sandalos, e mais especies odoríferas, que a mesma Ave tinha trazido do interior da India, e adas partes da Arabia, por onde ella costumava andar, para onde provavelmente devia tornar(...) Era este Pinheiro taõ antigo, que nunca pude saber o ano em que nasceo; porque nem o nosso Belesio o declara, nem achei Author algum antigo, que o diga: Só sabemos, que no anno da creaçãõ do mundo de 3960, e no depois do Diluvio de 1980, era já taõ grande, que pôde fazer nelle ninho a Ave Feniz de que fallámos. Tambem sabemos, que ao pé deste Pinheiro se escondeo o esforçado Giraldo, para matar as centinellas Mouras, de que mais largamente daremos noticia em o ultimo livro. Depois andando o tempo foi vendido: o que sabendo hum Fidalgo Eborensense da antigua familia dos Sepulvedas, pagou ao vendedor o preço, e adquirido*

o dominio deixo intacto o nosso Pinheiro; ao qual huma grande rabanada de vento muito furiosa, derrubou, e pos por terra em huma noite da quinta para sexta feira, tres de Janeiro deste mesmo anno de 1739. Cahio para a parte de fóra da cêrca das Religiosas de Saõ Bento, dentro da qual estav, e com o seu muito peso derrubou o muro, e se profundáraõ algumas pernadas pela terra dentro perto de huma vara. Esteve assim por alguns dias, para que o visse toda a Cidade, que andava alvoroçada naõ só de ver huma antiguidade destruida , mas tambem por ver aquella grande machina de lenha, que era tanta, que só de rama fizeãõ provimento para espaço de seis mezes todos osfornos de Evora; e alguns curiosos houve, que mediraõ o comprimento, que tinha a circunferencia, ou groçura do tronco, a que propriamente chamaõ Diámetro, e dizem, que eram 13 palmos, que por boas contas, e regras Mathematicas vinha ater o tronco de grossura, ou circunferencia muito perto de 4 braçadas. Foi depois este tronco levado á cozinhas das Religiosas de São Bento, e lá serve de cepo, em que se faz o picado para as tortas, e pastéis: e dizem as Religiosas que os picados ficaõ taõ saborosos, e cheirósos, que ãõ he necessari lançar-lhes adubos. Isto só se pode attribuir a ter a Feniz feito ninho neste Pinheiro, que como dissemos, constava de páos de canella, gengivre, etc. Naõ tinha o Pinheiro raizes por todo o arredor como as mais arvores; mas só duas raizes, em o meio das quaes ficava huma pedra, que ainda esta no mesmo lugar. A qual para a parte da Torre de Giraldo tinha umas riscas, que alguns duvidáraõ se eraõ , ou naõ eraõ letras, e para que os Eborenses se tirasse desta duvida, chamáraõ hum home, que era muito insigne em ler letras antiguas, e disse: que aquellas riscas eraõ letras, como humas, que estaõ no frontespicio da Camara da Cidade para a parte da Cadeia, e que em nosso portuguez queriaõ dizer o seguinte:

(...)

Cahirá este Pinheiro,  
Se escapar de ser queimado  
O tronco, dará um cepo,  
Em que se fará picado.

Os quaes versos deviãõ ser feitos por algum Mago feiticeiro, que adivinhava, o que havia de succeder no tempo vindouro, e assim o dizem os mais bem entendidos; e bem se collige dos primeiros o que dissemos no primeiro livro pag.16 de que neste outeiro de Saõ Bento era o lugar das Musas: dos segundos a verdade desta história: e dos ultimos bem se vio, que foi certo ir o tronco deste Pinheiro para a cozinha das Freiras de Saõ Bento, onde o poderá ir ver o curioso.(...)"

## Documento 2

Frei António Brandão

*Crónicas de D. Afonso III, Cap. XLIV*

*"(...) Como umas santas mulheres de Évora determinaram fundar nova religião em Portugal, e para isso foram a Roma, e o Papa as remeteu ao abade de Alcobaça para lhes dar o hábito de Cister*

*No tempo em que o reino de Portugal se via atribulado com as censuras apostólicas e el-rei e mais senhores do reino se descuidavam do que mais importava e de suas consequências, dando ocasião a ser vexado o reino e eles notados de contumazes e pouco obedientes, não faltava quem, tratando só do bem de suas almas, se oferecia com tanta sujeição ao Sumo Pontífice que, por novos votos de religião, tratava de se mostrar obediente à Santa Sé Apostólica. Umas religiosas e devotas mulheres, a principal das quais se chamava Domingas Soeira, havia algum tempo que viviam recolhidas em uns aposentos, junto à cidade de Évora, e com santos exercícios de devoção e penitência corriam pelo caminho de sua salvação com bom exercício de vida. Movidas ao que se pode crer de inspirações do céu, tratam de se sujeitar ao jugo da santa religião, e tiveram ânimo de fundar nova Ordem, em que vivessem. (...). O Cardeal, (Pedro Julião, futuro João XXI) feitos exercícios diligentes na matéria, considerando a santidade da Ordem de Cister, e observância dos religiosos dela, escreveu ao Abade de Alcobaça de parte do Sumo Pontífice, e lhe encarregou encarecidamente admitisse à profissão de sua Ordem as ditas Domingas Soeira e suas companheiras, dando-lhes o hábito religioso e as constituições e mais cerimónias da Ordem. O Abade de Alcobaça, que então era D. Estêvão, obedecendo aos mandados do Papa e do cardeal, tendo também comissão do Capítulo Geral da Ordem, as admitiu por religiosas de Cister, dando-lhes o hábito; e, ensinando-lhes os estatutos e regras que haviam de guardar, ordenou que o mosteiro que haviam dantes principiado se afastasse mais da cidade de Évora, e se dedicasse à gloriosa Virgem Mãe de Deus, a cujo nome estão oferecidas todas as casas da religião cisterciense. Prometeu tomar aquele mosteiro debaixo de sua sujeição e obediência, de o visitar e assistir à eleição de abadessas, quando vagassem, cuja obrigação ficaria aos abades de Alcobaça, seus sucessores. Para isto, mandou passar uma carta aberta, selada do seu selo, cuja data é em Alcobaça, a quatro dos idos de Janeiro da era de 1313, que*

*vem a ser 12 de Janeiro de 1275, a qual, por ser notável e resumir toda a relação que havemos dado, me pareceu necessário lançar neste lugar, e é a seguinte(...).*

*Este foi o princípio e a ocasião que houve para se fundar o mosteiro de monjas de S. Bernardo da cidade de Évora, o qual, pôsto que é da invocação de Nossa Senhora, como são todas as nossas casas, e o Abade de Alcobaça ordenou particularmente nesta, se chama contudo de S. Bento, por um altar colateral que tem deste glorioso patriarca, em o qual faz o Senhor muitos milagres, por onde é frequentado de gente da terra e de muita romagem.*

*Bem sei que muitos autores dão princípio mais antigo a esta casa. Mas a escritura que alegamos é original, a qual achámos em o insigne mosteiro de Odivelas, e ao que parece a mesma Domingas Soeira, ou alguma sua companheira, a levou àquela casa, porque, como poucos anos adiante a fundasse el-rei D. Dinis, como se contará difusamente em o termo seguinte, é muito provável que vieram algumas religiosas de S. Bento, a dar-lhe o princípio. Os autores que fazem o mosteiro de Évora mais antigo, e lhe dão por fundadora uma nobre matrona chamada Urraca Ximenes, pode ser que respeitem o tempo em que começaram a viver retiradas aquelas donas antes de professar religião particular, como se usava no tempo antigo, por onde eram chamadas enceladas ou emparedadas em algumas partes; ou seguiram alguma religiosa viciada, a qual não se pode escusar de algumas erros, pois o bispo que faz de Évora em o ano do Senhor de 1169, por nome D. Paio, não o havia, nem o houve anos adiante, como em o tomo antecedente tenho mostrado.*

*Floresceu este convento com muita observância, e é um dos que mais se assinalam na guarda da Santa regra e rigor monástico entre os de Portugal, como se verá em alguns casos e exemplos de santidade que deram as monjas dele.(...)"*

### Documento 3

BPADE

Código CXXX/1-11

Padre Manuel Fialho, *Évora Illustrada*, Tomo 4º, 1ª parte

*Convento das Religiosas de S. Bernardo, teve princípio no ano do Senhor de 1169 ou 1275*

#### Capítulo 3º

*"(...)Antes que fallemos das religiosas em particular digamos do Convento em geral, do seu edificio, gandeza e devoção, como o vimos em hum mamscrito, de que nos fizeram graça lá de dentro do mesmo Convento. Fica ditto que tem rendas, com que alem do que se perde e desperdiça, não sei porque nem como, nem por onde, sustenta 140 pessoas, hora mais hora menos. He o Coro de cima hua formosa caza, grande, e muito alegre. O tecto está todo pintado com retratos de varios sanctos. Sobre as cadeiras vam pintados nas paredes os pasos da paixam de nosso Senhor Jesus Cristo. Sobre a grade da Igreja esta hum muito milagroso crucifixo; disem que concede tudo, o que lhe pedem as religiosas; supponho que não pedem ellas senão o que conduz para a salvação e perfeição religiosa, e gloria do Senhor. Ao lado da cadeira Abacial em nicho está o Menino Jesus, a quem a Irmã Luiza de Barroa, de quem fallaremos abaxo, vio tocando hua arpa, cantando ella e as mais religiosas: Correspondente ao Menino, Nossa Senhora da Esperança, que tambem dizem que e muito milagrosa. Alem dos exercitos religiosos do choro se canta neste todas as quintas feiras o terço à honra do Santíssimo Sacramento.*

*Defronte da porta do choro esta hua capella da Senhora dos Prazeres, e ali S. Joseph e St.ª Thereza, a todos honra hum Sancto Christo, pequeno de vulto, grande em maravillas: a todas as almas esta tirando com as setas de suas divinas inspirações. A Me. Maria da Resureição vio que lhe tirava ao coração com hum rayo de resplendores. O choro de baxo he muito menor mas he muito gabada obra que o entendem a sua abobada: sobre a Cadeira da Me. abadessa esta hum muito devoto crucifixo. Fora deste Choro esta a Capella de Nosso Senhor da Piedade com o seu Sacratissimo filho nos braços; he fama constante que deu saude e vida a duas religiosas, que desconfiadas dos medicos, esperavam per instantes à morte. A caza do Capitolo he muito galante com suas cadeiras: ali está o Senhor dos Passos que faz muitos milagres, adiante veremos um de sua tunica.*

*Aque reza todo o Convento o terço às segundas e sextas feiras. Fora do Capitolo estão tres Capellas, todas do Senhor nos misterios da Conceição, Natividade, e Encarnação. Em hum dos claustros estão quatro: a da Senhora do*

Rozario, que he milagrosissima, a da Santa Cruz com a Senhora da Piedade, Evangelista, Magdalena e St.<sup>a</sup> Helena: a 3<sup>a</sup> da Senhora da Nazareth, a quem acompanha o Pe. S. Bernardo: e a 4<sup>a</sup> do apostolo S. Bartholomeu; que tem feito evidentes milagres dando vida a muitas já desconfaiaads; Celebram ao St.<sup>o</sup>. no seu dia com grande devoção e dispendio as criadas do Convento: nem por isso deixam de se empenhar as M.dres .

A portaria, ainda que ampla e bem ornada, supponho que não alegra às mais religiosas M.es mas alegra muito às que de fora entam por elle. Ha no convento dous claustros, que recream aos olhos com suas fontes, que nascendo na cerca do convento vem a buscar e recrear os claustros e animar aos viventes ainda que insansitivos: aonde e quando ellas faltão substituemlle os poços: ha aqui jardins de muitas e escolhidas flores, das comuns não se faz caso; nem lhe faltam tambem aqui a seu tempo gostosos fructos: porem pellas parades estão as melhores flores e fructos que são as almas devotas e sam os sete pasos da paixam, em perfeitos quadros sobre seos altares. Aqui correm as mais devotas a via sacra; aqui se tem as estações da sesta feira de Passos com a sua procissão que fazem as Madres com muita devoção, e com pregação antes e depois lá na Igreja; depois de tanta devoçam tambem se pode ver o refeitório, ainda que seja em jejum: he hua boa peça, e bem ornada e com excellentes paineis da Cea do Senhor; do banquete de Simão, e Conversão da Magdalena e do de Canã da Galileia: tem formosas janellas com alavas vidraças; as paredes azulejadas e no tecto se deixam ver os quatro elementos e os 12 mezes do ano; no meio preside a tudo o Pe. S. Bernardo que tempera tudo com a sua salsa.

As mais oficinas correspondem ao Convento. Ha 4 Varandas altas que caem sobre os claustros, e nelles ha varias outras capellas. Ha 43 moradas de casa particulares e dellas as 27 sam grandiosas, com tudo o requisito que a vivenda. Tres dormitorios sam a maior parte do convento: o mais comprido he mais estreito, mas todos tem as cellas muito alegres e asseadas. No principal esta a capella da Imagem nova do Senhor, que vay nos Passos, he imagem perfektissima: esta debaxo do altar e sobre este hum Senhor crucificado muito parecido ao Senhor dos Passos; mostra-se depois da pregação do Calvario: tudo esta lindamente ornado e cauza muita devoção: aqui concorrem as mais devotas a meter ao Senhor dos Passos suas petições. Nos outros dormitorios estam outras muitas capellas; por todas sam 17 dentro do Convento, afora os altares da via sacra, ou das estações da procissão dos Passos: e todas lindas e perfeitas, que podem meter, estam metendo curiosidade e devoção ainda às almas mais faltas dellas.

Nam he necessario descermos a todas as miudezas(...)"



#### Documento 4

BPADE

Originais da Câmara de Évora

Livro 139, fls.267, 267v.,268 e 268v.

#### *Ley sobre a clausura das freiras*

*Dom João por graça de deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em africa senhor da guine e da conquista navegação e comersio detiopia arabia persia e da India etc. faço saber a vos Corregedor da Comarca da cidade de Evora que eu pasey hora huma ley por mim asinada da qual o traslado he o seguinte eu eL Rey faço saber aos que este Alvara virem que no anno de seisentos e tres se fes ley sobre as penas em que avião de encorrer as pessoas de qual quer qualidade e condisão que fosem que entrando em mosteiro de freiras delle loguo quebrantasem a clausura delles e cometesem ou se provase que cometerão alguma cousa illicita como esta desposto pella ordenação no Livro 5 fl.15 pella maneira E co mais sercunstancias que na dita ley se declara E da qual o traslado he o seguinte: eu eL Rey faço saber que por entender muito que convem ao seviso de deos e meu que a clausura dos mosteiros de freiras se guarde sem per nenhuma vertude violar e que na ordenação do L<sup>o</sup> 5 ffl.15 não esta bastantemente provido neste caso querendo pro ver de Remedio comviniente hey por bem e mando que qualquer pessoa de qualquer qualidade e condisão que seja que entrar em algum mosteiro de freiras de Religião se dentro delle for achado ou se provar que entrou e esteve de dia ou de noite dentro no dito mosteiro em Casa ou luguar que seja dentro do enserramento que paresa que hera pera fazer nelle alguma cousa illicita ou que tirou alguma freira do mosteiro e esteve em alguma parte so com ella posto que delle a mesma freira se torne a clausura do dito mosteiro ou que por seu mandado e indusimento foi fora do mosteiro a serto lugar donde assim a levar e se for com ella que nestes casos E em cada hum delles se aja o deli to por provado como que se fose nisto ter copula carnal com freira do dito mosteiro o delinquente seja preso e morra morte natural e pague quinhentos cruzados ao dito mosteiro pella afronta que niso Recebeo e a mesma pena se dara a pessoa ou pessoas que acompanhar em ao dito delinquente em qualquer dos casos asima declarados e as pessoas que se provar que levarão cartas e recados pera se cometer qualquer dos ditos delitos com baraso e pregão serão publicamente asentados e degradado sete annos sendo homem pera as galles e sendo mo lher pera o brasil e provandose que dormio com alguma freira em caso que elle a não tirasse posto que por um justo respeito com minha li censa este*

em alguma casa fora do dito mosteiro sera preso e com pregão em audiencia degradado quatro annos pera as partes de africa e pagara duzentos cruzados pera o dito mosteiro e sendo peão com baraso e pre gão sera publicamente asoutado e degradado dois annos pera galles e defendo e mando que nenhuma pessoa recolha em sua casa freira alguma profesa sem provisão asinada por mim posto que a dita freira tenha licença de seu prelado pera andar fora do mosteiro e a pessoa que sem minha especial licença a recolher sera presa e com pregão em audiencia degradada dois annos pera africa e pagara duzentos cruzados a metade pera quem acusar e a outra metade pera cativos e esto não haverá lugar nos pais e maes que recolherem sua filha ou irmaos as irmas sendo com licença do seu prelado e vindo a noticia dos corre gedores da Camara da minha corte e desta cidade ou das mais comarcas do Reyno que algum homem entrou em algum mosteiro dos de sua Comarca ou cometeo algum dos delitos asima declarados fara logo auto e tirara devasa e procurara com muita deligencia prender os culpados e os autos e devasa que tirar me enviara pera eu mandar prover no caso como mepareser seviso de deos e meu e serão obriga dos tirar devasa indo per correisção per algum modo secreto se alguns homens vão aos mosteiros de freiras que ouver em suas Comarcas que tenha os em elle conversação desonesta de que aja escandalo ou forem informados que acatão amores illicitos com as freiras delles e os que achar niso culpados notificara de minha parte que não vão mais a elles de dia ou de noite de que fara termo asinado por ambos e achando per prova certa o que despois da dita defesa tornão em qualquer tempo ao dito mosteiro os prenderão em ferros posto que sejão de calidade que per minhas ordena sões devão ser presos em omenagem e os autos de suas culpas me enviarão pera eu os mandar ver e dar a pena e castigo que conforme ao excesso que cometerão me bem parecer e da deligencia com que os Corregedores de fee me desta Cidade e os mais das Comarcas procederem nestes casos os indicantes que por meu mandado lhe tomar residencia se informara particularmente perguntando as testemu nhas que lhe parecerem que do caso podem saber e fara disto auto apartado a que juntara aos da resedencia este capitollo se ajuntara aos mays do Regimento das residencias e mando ao Regedor da Casa da Suplicação guo vernador da Rellação de facto e aos desembargadores das ditas Rellasoens e aos Corregedores do Crime da minha corte e aos desta cidade de Lisboa e a todos os mais Corregedores e ouvidores das Comarcas e juises de fora das cidades villas e lugares de meus reinos guardem cumprão esta ley como se nella contem e ao doutor Pedro barbosa do meu conselho e chan celer mor de meus reinos e senhorios a publique na chancelaria e a em envie logocom meu selloe seu signal a todos os Corregedores e ouvidores das Comarcas e ouvidores das terras dos donatarios em que os Corregedores não entrão per via de correição pera que a todos seja notorio

*esta ley se registara no livro dos desembargo do paço e da casa da Suplicação do porto ou de simelhantes leys se costumavão registrar e tresladar domingos de medeiros a fes em valedolim a trese de janeiro de mil seiscentos e tres o secretario fernando de mattos a fes escrever Rey; e porque cmvem a meu serviso que a mes ma ley se entenda nos que tambem entrem em Recolhimentos e clausura delles mepras e hei por bem que as pesoas que niso forem clpadas con cervarão as mesmas penas em que ande encorrer os que entrarem em mos teiros e se encontrerm nelles pella maneira que asima se declara e este Alvara quero se cumpra e guarde como nelle se contem o qual tera a força de Ley e se registara nos Livros do desembargo do Paço casa da suplicação e Relasão do porto e mando ao Chanceler mor o faça publicar na chancelaria e constar o treslado delle sob meo sello e seu signal a todos os Corregedores das Comarcas e mais Julgadores dellas pera assim o executarem Antonio de morais o fes em lisboa a desoito dagosto de mil e seiscentos e sincoenta e sinco Pedro sanches farinha o fes escrever. Rey. por decreto de sua magestade de trinta e hum de outubro de mil e seiscento e sincoenta e quatro Afonso furta do demendonsa deão de lisboa fes publicada esta ley conforme a ordem de sua magestade nesta chancelaria mor lisboa dois de setembro de mil eseiscentos e sinco guaspar maldonado com a qual lei mandei pasar esta carta para vos pela qual vos mando que tanto que vos for mostrada a facaes publicar e registrar na vosa comarca e publicatr nos mesmos lugares della pera ver a noticia de todos e se cumprir e guardar como se nelle contem e a despeza que se fezer em se publicar nos mais luguares sera a custa das rendas da camara da Cabesa de vosa comarca dada na cidadede lisboa a dois dias do mes de setembro eL Rey noso senhor o mandou pello doutor afonso furtado de mendonsa deão de lisboa do seu concelho e chanceler mor destes reynos esenhorios de portugual ma noel de sampaio a fes anno do nascimento de noso senhor jesus cristo de mil e seiscentos e sincoenta e sinco E eu manael antunes de sampaio que sou a serviço de escrivão da chancelaria mor a sobescrevi Afonso furtado de mendonsa deão de lisboa.*

( seguem-se as assinaturas)

## Documento 5

BPADE

Originais da Câmara de Évora

Livro 138, fls. 165, 165v. e 166

*Petição e provisão que por vertude della se concedeo as freiras de  
são bento desta cidade  
registra a 30 dagosto 1644*

*Disem as religiosas do convento de sam bento extra mu ros da Cidade de Evora que em resão da malinidade das agoas que tem este que usam no dito Convento podessem no dito Convento padessem de Contino notaveis im fermidades fasendosse fiticas E opiladas cujo re medio so consiste na mudansa das agoas como das certidois de seus medicos juntas consta E Usan de agoa de carreto excedera sua despesa as ren das do dito Convento e lhe falta pão para o mais sustento ordinario e porque o Cano dagoa da pratta passa junto a porta do pateo de seu convento e pouca destansia dellas estar hua arca ou o repu xo do dito Cano a onde se pode sem dano algum fazer hua bica com sua pia ou chafaris que siria assima pera ellas suplicantes como para alivio dos pasageiros por ser em hua estrada publica e ainda ficara servindo de respiradouro digo de respiração para o Cano que por serem de utilidade e ha outras em varios lugares como he aonde chamão as sinquo bicas E na rua dos sapateiros e junto a porta do moinho do vento que todas estas bicas so servem de respirações pera alivio do Cano E demais validade ficara sendo no lugar que se aponta por nao haver de sua na cerca he o mesmo orta alguma Respiração do dito Cano por cuja causa succede a rebentar por varias partes e serem seus concertos de grandes custos quanto mais que os mais dos conventos tem esta agoa e este he o mais antigo pede a vossa magestade atento o sobredito lhe conceda a provisão para que se fassa no lugar que apontam hua bica e chafaris que sirva para alivio dos passageiros e governo do Convento dellas suplicantes e respiração do Cano e receberão merce. Eu eL rei fasso saber aos que este Alvara virem que avendo respeito ao que na petição atras escripta disem as religiosas do Convento de são bento extra muros da cidade de Evora e visto o que allegam em resão da malinidade das agoas que tem de que usar no dito Convento padecendo por isto de contino no taveis infirmidades fasendosse muitas fiticas e opiladas ho que constou*

da informação que sobrescrito mandey to mar pello provedor da Comarqua da dita cidade e resposta dos officiais da camara della hey por bem e me pras que da agoa da pratta da dita cidade se lhes de hua pena de agoa tirada na Arca que esta no Cano da dita agoa junto do dito seo convento para servisso delle fazendosse para isso junto da dita Arca hua bica com seu chafaris que fica tambem sendo publico e de utilida de aos passageiros que passarem por aquela estrada o que assy se fara a custa das ditas religiosas e com declarasão que todas as veses que a dita cidade devora quiser ou tiver necessidade da dita pena de agoa a pode ca to mar e tornar a meter no dito Cano sem as ditas reli giosas lho poderem contradiser nem chamarsse a posse en tempo algum e na escriptura que do dito com trato se fiser se tresladara este Alvara que se cum prira inteiramente como nelle se contem posto que seu effeito aja de durar mais de hum anno sem embar go da ordenasão do livro segundo titallo corenta en contrario e assim mais se registara nos livros da dita camara. manoel gomes a fes en lisboa a vin te e sete de junho de mil e seiscentos corenta e qua tro joão pereira de Castella a fes escreverhi aonde presidente ha vossa magestade por bem que da agoa da pratta da cidade de Evora se tire hua pena de agoa na Arca que esta no Cano della junto ao Convento das Religiosas de sambento extra muros da dita cidade para servisso delle fasendosse pera isso hua bica com seu chafaris junto da dita Arca com a declarasão pella maneira se hira declarada fara vossa magestade ver por despacho da mesa a fernão cabral pagou quinhentos e corenta reis lisboa desasseis de julho de seiscentos e corenta e quatro annos e ao official quatrocentos e vinte e oito reis miguel maldonado registada na chaselaria a folhas tresentas e vinte e nove manoel godinho da silva e fernão cabral na folha dusetas noven ta e nove do livro primeiro dos direitos novos fica encarregados ao thesoureiro joão pinto quinhentos e corenta reis desta merce lisboa desaseis de julho de seiscentos e corenta e quatro joão pinto An rique correa da silva cumprasse e registesse em camara trinta de agosto de seiscentos coren ta e quatro Camara Britto guterres segundo se continha na dita petição e provisão que enterguey Eu Luis da fonsequa escrivão da camara desta cidade de evora a bento Roiz requerente do Convento de são bento que de como a recebeo e assinou aquy.

(assinado: bento roiz

## Documento 6

BPADE

Código CXXXII/1-1

*Auto de vestoria e exame  
feito sobre os consertos do edeficio  
do Mosteiro de Sam Bento de  
Castris extra muros desta cidade*

*Anno do Nascimento de noso senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa anos aos dezasete dias do mes de Dezembro do dito ano nesta Cidade de Evora em casa de morada do desembargador Manoel Thomas de Sousa e Azevedo Corregedor desta comarca de Evora; onde eu Escrivam de seu cargo vim, e sendo ali presen tes Joam Visente mestre Pedreiro, e Antonio Jose Soares mestre carpinteiro avalliaadores do conselho dos Pre dios urbanos, aos quaes o dito Menystro lhe deferio o Juramento dos Santos Evangelhos de baxo do qual lhes mandou que vendo e examinando com toda a gudeza e exasam o Mosteiro de Sam Bento de Castris extra muros desta Cidade, declarassem o estado do mesmo con vento, se havia mister reparo, reedificassem ou algum outro conserto; o qual elle fose; se era ou nam de nesiedade urgente, quanto importaria pouco mais ou menos, e quanto seria nesario para todos os repa ros que o dito anualmente nesitase. e sendo por elles aseito o dito Juramento, depois de presede rem ao exame recomendado, declararam: Que o Refeitório presezava ser ladrilhado, em cujo Ladrilho cal area e feitio se despendia doze mil reis; Que a Claustro tambem devia ser Ladri lhada, em cujo Ladrilho, cal area, e feitio se des pendia trinta mil reis; Que o Pasadiso prezava emma deirado no qual se despendia vinte e coatro mil reis; que estes reparos asima expresados eram para melhor conservassem do Edefisio e que importavam a quantia de sesenta e seis mil reis; E que os de expresa nesiedade eram os seguintes, a saber : a reedificassem das casas altas que ficam em cima da Infarmaria por terem cahido, em cuja obra de cal area aviamentos, madeiras, e maos de ofisios de carpinteiro e Pedreiro importaria tudo a quantia de terzentos e sincoenta mil reis; Que a Atafona, casa dos bois e dos mosos tambem era de nesiedade expresa o seu amanho, no qual se despen deria madeira, cal, area e mãos de ofesiais a quantia de sento e sincoenta mil reis, cuja obra toda de nesiedade importava em quinhentos mil reis segundo o calcullo: Declarando outro sim ultimamente, que para conservassem do mesmo Edefisio e suas ofesinas, arbitravam segundo suas intelligencias todos os anos para con sertos de tilhados, e para outro*

*algum reparo, em cada hum delles a quantia de sem mil reis; E por esta maneira houve elle Doutor corregedor este exame e vestoria por feita de que mandou fazer este auto que comigo assignou e os ditos avalliaadores. Eu Thomas Alberto Soares que a escrevi e assigney.*

*(seguem-se as quatro assinaturas)*

## Documento 7

BPADE  
Originais da Câmara, Livro 6º, fl 396

*Juíz, vereadores e procurador da cidade devora a Cardeal Affonso vos envia muito saudar pegado com o mosteiro de são Bento na Estrada estaa hua fonte que não serve de cousa alguma e de que o dito mosteiro tem muita necessidade E por que sers mais serviço de nosso senhor aproveitarse que estar perdida como esta Vos aguar decerei muito a quererdes dar ao dito mosteiro pera que se possa meter dentro delle e se aproveitar Encomendovos mais que o facaes assi por meu respeito e allem de ser cousa em que fazeis serviço de nosso senhor receberei eu dissi muito contentamento. de Lisboa primero de dezembro de mil quinhentos e sessenta. balthasar da fONSEQUA a fez.*

*(assinatura)*

## Documento 8

BPADE  
Códice CXXXI/2-22

*Livro das Visitas ao Real Mosteiro de S. Bento de Castrix que principia a servir no Triennio do R.º P. M. Dr. Fr. António Caldeira*

*fl. 29*

*" (...) Exultamos de prazer e de Santa alegria com a Vezita que acabamos de fazer neste noso Real Mosteiro de S. Bento de Castrix, porque vemos levada a sua perfeição a grande obra de reedificação desta Sancta Caza que choramos destruida, e que nos principios da sua reedificação vezitamos (...).*

O documento é datado de 28 de Dezembro de 1784.

*Fl.36*

*"(...) Determinamos que para educação das noviças num noviciado a Religiosa Madre Abadessa escolherá o lugar mais competente que achar no mosteiro, ainda que para isto seja preciso fazer alguma despeza em obras. Por ora nos parece poderá remediar o Dormitório que se acha de novo consertado, por serem muitas as noviças e educandas; mas como depois segundo a regular aceitação, hão de ser poucas as noviças, bastará caza mais pequena fechada, com seu oratório na forma dos mais Noviciados de religiosos e religiosas da nossa Congregação(...).*

*Fl. 37*

*"(...) Recomendamos a muito religiosa M. Cerqueira ponha todo o cuidado na cultura da cerca, para que não somente sirva de conveniência às religiosas utilizando-se dos fructos que della pode produzir; mas tambem de recreação, aproveitando-se dos passeios, e respirandonella hum ar mais puro, e saudavel, o que muito concorre para afastar dos claustros aquela tristeza, e melancolia, que he tão opposta a verdadeira virtude. Para este fim mandará tambem alimpar as ruas ao menos duas vezes no anno; e mandará tambem alimpar a rua ao redor do muro, e cortar uma oliveira que embaraça o seu passeio. Tambem lhe lembramos que mande plantar bastantes oliveirase ordeis (?), para que as Religiosa possam fazer o seu provimento de melhor azeitona (...) e para que não torne a succeder encher-se a cerca de mato tão grande(...)"*

Estes dois fôlios correspondem à visita ao mosteiro feita em 23 de Fevereiro de 1789.



Fl. 41 v.

"(...) Item por vermos a necessidade que este mosteiro tem de agoa, e a penuria em que as Religiozas vivem por falta desta, não tendo senão nua só fonte que por estar arruinada não da toda a que he bastante, ainda para os minis terios precizos: mandamos a M. Rell. D. Abb.<sup>a</sup> e ao R. P. Feitor fação sem perda de tempo consertar os aquedutos todos da cerca para que a dita agoa chegue as Fontes não so da maior precizão, mas ás que estão no meio do Claustro, e no pateo fora do mosteiro: e que tão bem se po nha hua Norazinha de mão em o Poço que esta na mesma cerca com a qual se poça tirar a agoa que seje preciso a encher o tanque que esta ao pé do mesmo Poço, para assim servir de Recreio as Religiozas quando forem aquelle sitio. Item por vermos a ruinna em que estão as cazas que tem o seu assento sobre o Dormitório da Noviciaria, e conhecermos que se acazo se lhe não acudir promptamente poderão cahir, e arruinar o dito Dormitorio, e toda a obra nova que nelle se fes, e que nisto cauzara prejuizo a todo o Mosteiro, o qual deve evitar semperda de tempo, e sa bemos alem disto que as ditas cazas pertenserão ou pertensem a hua Religioza particular: mandamos que as ditas cazas seião demolidas athe o vão das janellas que tem, e postas as paredes todas chão se lhe tornem a meter as ditas janelas hum pouco assima da abobeda do Dormitório que lhe fica debaxo, se lhe faça armação de madeira, se cubrão de telha, e de forma que fiquem siguras, e vedada toda a agoa, para dipois se lhe poder dar aquela applicação que for mais justa, procurando por todos os modos para que esta obra não faça prejuizo algum nem ao Dormitório debaxo nem as cazas que lhe estão juntas, e no cazo, de haver algum prejuizo nestas sera o Mosteiro obrigado a reparalo com a maior promptidão: e tudo histo não querendo a Religioza a quem pertenserão estas cazas, fazer esta obra a sua custa, no tempo de dois mezes que lhe determinamos; por que querendo ella fazer a dita obra lhe ficarão pertensendo as ditas Cazas, e não a fazendo no tempo de terminado ficarão ao Mosteiro reparandoas este como se determina sem que a dita poça ja mais pretender coiza alguma dellas, e determina mos que assim se execute por ser de muita e urgentissima necessidade a dita obra(...)"

Fl. 42 e 43

"(...) e vendo além disto que temos por obrigação evitar os damnos, e prejuizos que pode haver e conhecendo que estes podem acontecer nos dois retabulos dos Altares dos nossos Patriachas, que ainda estão em madeira que ainda admite currução:

*manda mos para evitar tudo isto que os ditos Altares sejam doirados o mais breve que puder ser e que com a mesma brevidade se fação duas cortinas de Damasco hua Roxa, e outra encarnada que sirvão para fechar a tri bune da Capella Mor e ficar assim mais resguardada e mais de cente; e que para a sacristia se fação aquelles ornamentos de uzo que fo rem necessarios sigundo as cores que manda a Igraja, e pela que res peita aos ornamentos ricos, pratas, e outras obras que nos forão reque ridas não são de providencia preciza e peremptoria, rezerva mos a Espola na prezensa da N. R.vº e P.es da Junta para que elles de terminem o que lhes parecer mais justo.(...)*

*Item mandamos que a imagem do Senhor Morto seja pos ta no Altar que esta no Coro a onde se fara com toda a decensia o lugar que seja proprio para elle estar que se conserte a Capela de S. João Evangelista que esta no Claustro para que mudandoce para La a imagem do dito Santo se satisfaça ao Legado que esta imposto em humas cazas que ficarão com a obrigação de ter hua Luz aceza diante do dito santo(...) e dipois recomendamos ao R. P. Feitor alguns reparos entre oa quais he hum Peneiro do Forno e o Corte de Arvores que estão pegadas aos muros da Clau zura, e outras que lhe ficão incumbidas, e por achar mos tudo o mais bem providenciado damos esta Vezita por finda e acabada.(...)"*

Data de 30 de Julho de 1790



Cribas do Rey.

1449

Carta de D. Afonso, Rey de Portugal e de Leão e de Castella e de  
Registada - Martin Goncalves

D. Afonso por Graça de D. Rey de Portugal e de Leão e de Castella e de  
de Capta e do Vasquez Jurante novo Almoxtarifado em a  
Cid. de Evora e do Escrivão de Officio Saude. Mandamos  
que cada um que antes que se hicor vos vissem por novo Al  
moxtarifado e Escrivão Saude. Mandamos q' os Sinheiros q'  
por nos recebem e recebem das nossas terras e direitas del  
se Almoxtarifado de jor. dia de jan. q' o resto da Era  
desta terra em diante de cada d'ella e sinheiros de Almoxtarif  
ro de d. B. de esta cid. em cada hum anno 280 Reis tribu  
cos q' de novo e mandamos de sua emole e d'endadas a que se  
lhe pagae em cada hum anno juro em cada hum  
anno entrada d'ella e em sem embargo de a presentia  
atinda non se deys e puros q' mandamos q' non pagues n. n.  
ninguun Sinheiro a nenhuma pessoa por carias e carias sem  
nada sinheiros por q' queremos q' se non entenda em en  
ta emista por q' he couto q' nunca se pode fallar e es  
ta se face em cada hum anno com d. he as d. tempo e  
crevas ad. Escrivão em vossos livros de coms q' se pagaa e q'  
a receber e registar esta Carta no livro do registro do d.  
almoxtarifado e mandamos aos nossos Contadores e vossos  
recebas em despesa cada d. B. e q' non tenham em seu  
poder n. em cada hum anno por ella e queerem ad.  
paga eal non facades. Dantes em a nossa Villa da  
Santarem quatro dias de Maio e o Rey mandou por  
Lopo d'Almeida cavali. de sua casa e vossos d'agua fo  
ronda Rui Bry azer anno do S. de 1449 - Lopo d'Al  
meida





# Bibliografia

## Fontes Manuscritas

### Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

Secção de Reservados:

Códice CXXXI/ 2-22 - *Livro das Visitações ao Mosteiro de S. Bento de Cástris*

Códice CXXX/ 1-11 - P. Manuel Fialho - *Évora Ilustrada*. Tomo 4º, 1ª parte.

Códices de S. Bento de Cástris: CXXXII/1-1, 1-31, 1-32, 1-33, 1-34, 1-35; CXXXII/1-1, 1-30; CIX/2-7, docs. 13, 14 e 15.

Pastas de Pergaminhos Avulsos Vários:

- Pastas Grandes, de 200, 100, 50, 122 e 50 pergaminhos;

- Pastas Pequenas, de 77, 22, 100, 70, 40, 100, 80, 98, 41, 104 pergaminhos;

- Pasta de Pergaminhos de S. Bento.

Fundo de S. Bento de Cástris, 24 Pastas não catalogadas.

Arquivo Distrital

Livro 3.º de Pergaminho, fl. 271,v.

Livro Pequeno de Pergaminho, fl. 62

Livro V dos Originais, fl. 182

Livro VI dos Originais, fl. 390

Livro IV do Registo, fl. 50 , fl. 83v. e fl. 125

Livro V de Registo, fl. 164v. e fl. 267 ( este, sobre a clausura das freiras).

### Biblioteca Nacional de Lisboa

Secção de Reservados:

Códice 63 - *Listas Alfabéticas de Conventos portugueses de diversas Ordens, e apontamentos sobre história eclesiástica*, fl. 14 v.

Códice 1429 - *Registo de religiosas, educandas e seculares em diversos mosteiros e conventos*. 4º vol., 1.

Códice 1490 - Frei Manuel de Figueiredo, *Fundação do mosteiro de S. Bento de Évora ou de Castris, com as mais particularidades que respeitam a este mosteiro*. fl. 100 a 110 v.

Códice 1595 - *Parecer para que os conventos de Freiras sejam todos sujeitos ao Ordinário*, 1674, nº 16, fl. 56.

Códice 5743 - *Apontamentos sobre actas de Definitórios e eleições de religiosas*.

Códice 9843 - *Relação dos Empregados do Mosteiro de S. Bento de Cástris de Évora : ordenados. 1871, 1 fl.*

Mss. 29, nº 50 - *Apontamentos de História Eclesiástica- Évora*.

Mss. 187, nºs 55 a 149 - *Évora e o seu Termo: Documentos Diversos, séculos XII/XIX*.

Mss. 208, nº 23 - *Rendimento e despesas dos mosteiros da Ordem de Cister-Fragmento*.

Mss. 216, nº 75 - *Évora: Inventário de Documentos Antigos desde 1252 a 1760*.

Mss. 255, nº 40 - *Estado dos Conventos de religiosas em 1754*.

### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças  
- Cástris, Caixa 53, Capilhas 1, 2 e 3.

Corpo Cronológico:

Parte I, maço 26, doc. 100 - *Confirmação do Contrato que o amo do Príncipe fez com Estêvão Lourenço sobre as duas quadras do Claustro do Convento de S. Bento de Évora*, 1520.

Parte I, maço 26, doc. 112 - *Alvará de vedor das Obras de S. Bento de Évora a Gonçalo Nunes*, 1521.

Chancelarias de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, Filipe I e Filipe II.



## Fontes Impressas

ALLEN, Stewart - *Chemical Analysis of Ecological Materials*, Oxford, Blackwell Scientific Publication, 1989, 2.<sup>a</sup> ed.

ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, I,II,III, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1967, 1968, 1970.

ANJOS, Frey Luís dos - *Jardim de Portugal em que se dá notícia de algumas sanctas e outras molheres illustres em virtudes, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino e suas cõquistas*, Coimbra, 1627.

ANNONI, A. - *Sienza ed Arte del Restauro Architectonico*, Milão, 1946.

ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Arte paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, Lisboa, Direcção Geral dos serviços de Urbanização, 1962.

AZEVEDO, Martim Cardoso de - *História das Antiguidades de Évora*, Évora, Officina da Universidade, 1739.

BARREIRA, João - *Arte Portuguesa*, Lisboa, Edições Excelsior, s.d. (4 vols.).

BATAILLON, Marcel - " Un Itinéraire Cistercien a travers d'Espagne et le Portugal du XVI<sup>ème</sup> siècle" in *Mélanges d'Études Portugaises offerts à M. Georges Le Gentil*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1949.

BARROS, Aires de - *Notas de Mineralogia e Petrografia Portuguesas*, Lisboa, Bol. Mus. Lab. Min. Geol. Fac. de Ciências, 7<sup>a</sup> Série.

BLONDEL, Jacques-François - *Architecture Française ou Recueil des Plans*, Paris, 1752/55 (4 tomos).

BOITO, C. - " I Nostri Vechi Monumenti. Conservare o Restaurare?", in *Nuova Antologia*, 87, Roma, 1886.

BRANDÃO, Frei António - " Fundações dos mosteiros de Cister deste Reyno", in *Primeira Parte da Monarchia Lusitana* , Lisboa, Impressão Craesbeeckiana, 1690, Livro 12.

- *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, Porto, Livraria Civilização, 1945.

BRANDI, Cesare - *Teoria de la Restauración*. Alianza Editorial, Madrid.

BRITO, Frei Bernardo de - *Crónica de Cyster*. Lisboa, 1602, Tomo V, cap. XXXII.

- *Segunda Parte da Monarchia Lusytana*, Lisboa, Impressão Craesbeeckiana, 1690.

- *Terceira Parte da Monarchia Lusytana*, Lisboa, Impressão Craesbeeckiana, 1690.

BRONSEVAL, Frère Claude de, e COCHERIL, Maur - *Peregrinatio Hispanica*, Paris, Presses Universitaires de France, 1970 ( 2 vols.).

CARBONNARA, G. - " Questioni di Principio e di metodo nel restauro dell'Architectura", in *Restauro*, 36, 1978.

CARDOSO, George - *Agiológio Lusitano dos Sanctos Varoens Illustres em virtude do reino de Portugal*, Tomo II, Oficina de Henrique Valente D'Oliveira, Lisboa, 1657.

CARITA, Helder e CARDOSO, António Homem - *Tratado da Grandeza dos Jardins de Portugal*, Lisboa, 1987.

CASTRO, D. Miguel de - *Diffiniçoens da Ordem de Cistel: e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça*. Impressão com licença da Sancta e Geral Inquisição, por António Alvarez Impressor, Lisboa, 1593. (Reservado nº 23 da Biblioteca Pública de Évora.)

CHAVES, Luís - " As injúrias do Homem nos Monumentos", in *Brotéria*, vol. 17, fasc. 4, 1933.

CHICÓ, Mário Tavares - *História da Arte em Portugal*, Vol.II, Porto, Portucalense Editora, 1948.

CHICÓ, Mário Tavares; NOVAIS, Mário - *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Editorial Sul, Lda. , 1954.

COCHERIL, P. Maur - *Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*. Collection Portugaise, Lisboa, 1967/68.

COCHERIL, P. Maur - " Le «Monasticon Praemonstratense» et le Problème des Sources de l'Histoire Monastique" in *Studia Monastica*.

- " Le Portugal et la «Peregrinatio Hispanica» de Frère Claude de Bronseval", in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1955, Vol.I, T.VI.

- *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1978.

- *Notes sur l'architecture et le décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1972.

COLVIN, Brenda - *Land and Landscape*. Jonh Murray, Londres, 1970.

COSTA, P. António Carvalho da - *Corografia Portuguesa e descripçam topographica do famoso reyno de Portugal*. Tomo II, Livro II, Tratado I, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

CROZET, René - "Remarques sur l'Architecture Cistercienne au Portugal", in *Bracara Augusta*, Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo.

CUSTÓDIO, Jorge; BEIRANTE, Cândido - *Alexandre Herculano, um Homem e uma Ideologia na Construção de Portugal - Antologia*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979.

ELERPERK, Augusto Butler - "Synopsis de todas as Ruas, Praças, Travessas, Becos, Igrejas, Conventos, Edifícios mais notáveis e algumas antiguidades da Cidade

d'Évora, com a extensão d'alguns nomes das mesmas, e outras particularidades históricas", 1849, in *A Cidade de Évora*, nºs 61/62, 1978-79.

*Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971 ( 4 vols.).

*Dizionario degli Istituti di Perfezione*, 5, Roma, Edizioni Paoline, 1978.

DUBY, Georges - *Saint Bernard. L'Art Cistercien*, Paris, Arts et Métiers Graphiques, 1976.

EMPID, Florentino Perez - *El Mudejarismo en la Arquitectura Portuguesa de la Época Manuelina*, Madrid, 1965.

ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, Vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1966.

ESPANCA, Túlio - *Património Artístico do Concelho de Évora. Arrolamento da Freguesias Rurais*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1966.

*Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola. Catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882 ( 5 vols.).

FARIA, Manuel Severim de - " Da Origem das Vestes Sacerdotais", in *Discursos Vários Políticos*, Évora, Imprensa de Manuel Carvalho, Impressor da Universidade, 1624.

FARINA, F.; VONA, I. - *L'Organizzazione dei Cistercensi nell'epoca feudale*. Casamari, 1988.

FARINHA, Bento José de Sousa - *Collecão das Antiguidades de Évora* . Lisboa, 1785.

FERREIRA, Abel Martins - *Archivo Eborense* . Évora, 1893.

FERREIRA, Carlos Antero - *Valorizar e Desenvolver as Áreas de Património Classificado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1992.

- FONSECA, P. Francisco da - *Évora Gloriosa*. Roma, 1728.
- GIOVANNONI, G. - *Restauri di Monumenti*. Roma, 1912.
- GUSMÃO, Artur Nobre de - *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956.
- GUSMÃO, Artur Nobre de - *Os Mosteiros de Cister na Época Moderna*, «Lusiada», III, nº10, Porto, 1957.
- HAUPT, Albrecht - *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, s.d.
- HUNTER, Jonh Michael - *Land into Landscape*, George Godwin, Londres e Nova Iorque, 1985.
- JELLICOE, Susan e Geoffrey - *The Landscape of Man*, Londres, 1975.
- JORGE, Virgolino Ferreira; LOPES, J.M. Carrilho e VIANA, Adélia - *Aspectos da Degradação da Estrutura da Sé de Évora - Notícia Preliminar*, Santiago do Cacém, 1988.
- KUBLER, George - *A Arquitectura Portuguesa Chã*, Lisboa, Vega, 1988.
- LACERDA, Aarão de - *História da Arte em Portugal*, I, Porto, Portucalense, 1942.
- LAMBERT, Elie - *Art Musulman et Art Chrétien dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Privat Éditeur, 1958.
- LAMPEREZ, Vicente - *Historia de la Arquitectura Cristiana Española*. Calpe, S.A., Madrid, 1930, 2ªed.
- MANOEL, Caetano Camara - *Atravez a Cidade de Évora*. Évora, Minerva Comercial, 1900.

MARTINS, Mário - *Livros de Sinais dos Cistercienses Portugueses*, XVII, 3-4, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1958.

MARTINS, Rui Cunha - *Património, Parentesco e Poder- O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*. Lisboa, Ed. Escher, 1992.

MATEUS, Tomás J. E. - *Bases para o Dimensionamento de Estruturas de Madeira*. Lisboa, L.N.E.C., 1961.

MATTOSO, José - *CISTER, Ordem de*, em *Dicionário de História de Portugal*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971.

MENEZES, Francisco Xavier de - *Memórias Eclesiásticas do Arcebispado de Évora*. Academia Portuguesa de História, 1723.

MOTA, Salvador Magalhães - " O Regime Alimentar dos Monges Bernardos no Final do Século XVIII", in *Revista das Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Vol. V, 1990.

MONTEVERDE, José Luís y - *Monasterio de las Huelgas - Burgos*, Madrid, Patrimonio Nacional, 1964.

NASCIMENTO, Aires Augusto e DIOGO, António Dias - *Encadernação Portuguesa Medieval - Alcobaça*. I.N.I.C., s.d.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira da - *Obras Várias*, Vols. I a V, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, s.d.

OLIVEIRA, P. Miguel de - *Origens da Ordem de Cister em Portugal* « Revista Portuguesa de História», Tomo V, Coimbra, 1951.

OLIVEIRA, P. Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, União Gráfica, 1958.

PATRICIO, Amador - *Historia das Antiguidades de Évora*, Évora, Primeira impressão à custa de Francisco Mendez, Officina da Universidade, 1739.

PEREIRA, Gabriel - *Estudos Eborenses*, Vol. I, Évora, Ed. Nazareth, 1947, 2ª ed.

PHILIPPOT, P. - " Restauro , Restoration" in *Enciclopedia Universali dell'Arte*. Vol. 11, Roma, 1963.

*Portugaliae Monvmenta Historica- Diplomata et Chartae*, I, Lisboa, academia das Ciências, 1867.

QUEIROZ, José - *Da Minha Terra- Figuras Gradadas. Impressões de Arte*, Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1989.

REGO, A. da Silva - *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos, 1960 e 1962.

*Regra do Glorioso Patriarca S. Bento*, Mosteiro de Singeverga, "Ora et Labora", 1951.

RENY, Claude - *Principes et Critères de Restauration et d'Insertion*, Québec, Gouvernement du Québec, 1986.

RESENDE, André de - *Historia da Antiguidade da Cidade de Évora*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783, 3ª ed.

RIBEIRO, Orlando - *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., s.d.

RUSKIN, John - *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*. Madrid, Dirección General da Belas Artes e Archivos, 1989.

SAGREDO, Diego de - *Medidas del romano agora novamente impressas y añadidas de nuebas peças e figuras muy necessarias a los oficiales que quierem seguir las formaciones de las basa, columnas, capiteles y otras peças de los edificios antigos*, Lisboa, 1542. ( Biblioteca Pública de Évora, Res. 28)

SANTA-RITTA, Gonçalo - *Portugal, A Expressão da Paisagem*, Lisboa, Breviários de Cultura, 1982.

SÃO THOMAS, Fr. Leão de - *Benedictina Lusitana*. Coimbra, Officina de Diogo Gomes de Loureiro, 1644 e 1651 (2 tomos). Edição fac-similada com introdução por José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1974.

SCOTT-JAMES, Anne e LANCASTER, Osbert - *The Pleasure Garden*. Londres, 1977.

SERRÃO, Vítor - *O Arquitecto Maneirista Pedro Nunes Tinoco. Novos documentos e obras( 1616-1636)*, «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», 83, Lisboa, 1977.

SILVA, Jorge Henrique Pais da - *Páginas de História da Arte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 2ª ed. ( 2 vols.).

SILVA, Jorge Henrique Pais da - *Pretérito Presente ( Para uma Teoria da Preservação do Património Histórico-Artístico)*. Lisboa, 1975.

SILVA, José Custódio Vieira da - *O Tardo-Gótico em Portugal - A Arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

SIMSON, Otto Von - *A Catedral Gótica - Origens da Arquitectura Gótica e o Conceito Medieval de Ordem*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, 1ª ed.

SIMÕES, J. M. dos Santos - *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971 (2 tomos).

SOUSA, D. António Caetano de - *Agiológio Lusitano, dos Santos, e Varões Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*, IV, Lisboa, Regia Officina Sylvana, 1744.

SOUSA, D. Manuel Caetano de - *Pequenos na Terra, grandes no Ceo, ou Memórias históricas dos religiosos de várias ordens que no humilde estado dos Leigos subirão a um alto grao de perfeição por que merecem a coroa da gloria*, 1716, 1º vol in 4º de 260 fls, enc.

SOUSA, D. António Caetano de - *Agiológio Lusitano dos Santos e Varões Illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*. Lisboa, 1744.



SOUTHERN, R.W. - *A Igreja Medieval - História da Igreja*, vol. 2, Lisboa, Ed. Ulisseia, Lda, s.d.

*STATUTA ORD. CISTERCIENSIS*, Tomo I, 1134 (ed. actualizada).

TORRES SÁNCHEZ, Concha - *La Clausura feminina en la Salamanca del siglo XVII. Dominicas e Carmelitas Descalzas*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1991.

VIOLLET-LE-DUC - "Entretien et Restauration des Cathédrales", in *Revue d'Architecture*, Paris, 1851.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa - *Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram, obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, Edição crítica por Mário Fiúza, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966.

VITERBO, Sousa - *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes ou ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, 1904 e 1923.

# ÍNDICE GERAL

( Volume 1 )

	Pág.
<b>Introdução</b>	
<b>1. Estado Actual da Investigação .....</b>	<b>7</b>
<b>I. Descrição do Mosteiro</b>	
I.1. Situação e Sítio .....	12
I.2. Plantas .....	18
I.2.1. Rés-do-Chão .....	19
I.2.1.1. A Igreja .....	20
I.2.1.2. Edifícios regulares .....	21
I.2.1.3. O Claustro .....	22
I.2.2. Pisos Superiores .....	24
I.3. Alçados .....	25
<b>II. História do Mosteiro</b>	
II.1. Construções iniciais .....	30
II.2. Quadro de Doações e Privilégios .....	32
II.3. As Obras do século XVI .....	43
II.4. Intervenções Posteriores .....	47
II.5. Ensaio Cronológico das Obras entre os séculos XIV e XIX .....	54
II.6. Mestres de Obras .....	57
<b>III. Materiais e Técnicas de Construção</b>	
III.1. Caracterização Construtiva Actual .....	58
III.1.1. Fundações .....	59
III.1.2. Pavimentos .....	60
III.1.3. Escadas .....	61
III.1.4. Paredes de Compartimentação .....	61
III.1.5. Paredes Resistentes .....	61
III.1.6. Coberturas .....	62
III.1.7. Revestimentos .....	63
III.1.8. Carpintaria e Ferros	

a) Carpintaria .....	64
b) Ferros .....	64
III.1.9. Instalações Hidráulicas .....	64
III.1.10. Elementos de Acabamento .....	64
IV. Patologias Detectadas .....	68
IV.1. Pedras .....	68
IV.2. Madeiras .....	74
IV.3. Material Cerâmico .....	76
IV.4. Fundações, Alvenarias e Rebocos .....	76
IV.5. Cantaria .....	78
IV.6. Escadas .....	78
IV.7. Acabamentos .....	78
V. Bases para uma Proposta de Valorização Histórico - - Arquitectónica	
V.1. Pressupostos Teóricos .....	80
V.2. A Defesa e a Salvaguarda do Conjunto .....	82
V.3. Valorização Histórico- Arquitectónica .....	85
VI. Apêndice Documental .....	89
Bibliografia .....	110

## Volume 2

- Anexo 1 - Fotografias
- Anexo 2 - Desenhos